ISSN 2763-5252



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

VOL. 1, N. 11, 2025



A Obra[1]

Tomada do Monte Castelo

"Arthur Nísio"

A obra "Tomada do Monte Castelo", de Arthur Nísio, representa a vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na batalha ocorrida em 21 de fevereiro de 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. A pintura se insere na tradição da pintura histórica nacional, cumprindo função simbólica e memorial. A composição é organizada de forma diagonal e ascendente, conduzindo o olhar do observador do esforço coletivo dos soldados até o ponto culminante da conquista. Essa estrutura cria uma narrativa visual de superação, sacrifício e vitória. A paleta cromática é dominada por tons terrosos, verdes escuros e cinzas, criando uma atmosfera densa e dramática. A luz é aplicada de forma estratégica para destacar os combatentes, conferindo-lhes dignidade heroica. Os soldados não são individualizados, mas representados como um corpo coletivo, reforçando a noção de heroísmo anônimo e de identidade nacional.

1 Fonte: texto gerado por IA, acesso em 01 de dezembro de 2025.

O gesto, mais do que o rosto, é o elemento central da expressão. O estilo de Arthur Nísio se apoia no realismo figurativo, com influência acadêmica, priorizando a clareza narrativa, a precisão anatômica e a função educativa da obra. A pintura estabelece importantes símbolos: a montanha como obstáculo, o avanço como resistência, o combate como luta contra o fascismo e a vitória como afirmação do Brasil no cenário internacional. No contexto museológico, a obra tem função histórica, educativa e simbólica, permitindo o ensino visual da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Síntese: Trata-se de uma obra que ultrapassa o registro factual, construindo uma narrativa visual da nação em contexto de guerra, destacando valores de coletividade, sacrifício e identidade.

Fatos Históricos

Arthur Nísio, paranaense, viveu 68 anos, de 1906 a 1974, foi um Artista Brasileiro na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Descendente de imigrantes italianos e alemães, construiu sua carreira entre Brasil e Europa. Após formação inicial em Porto Alegre e Curitiba, e uma bem-sucedida exposição em 1928, recebeu apoio governamental para estudar na Alemanha, onde se especializou em pintura de animais. Durante a II GM, Nísio enfrentou grandes dificuldades. Foi interrogado pela Gestapo e teve que submeter cinco obras para análise antes de receber autorização para continuar seu trabalho artístico. Entre 1938 e 1942, mesmo em meio ao conflito, participou de exposições coletivas em diversos salões alemães, incluindo o prestigiado Baden-Baden. Em 1940, casou-se com Katharina, que o incentivou artisticamente, mas todas as obras desse período foram perdidas quando tiveram que abandonar Munique às pressas devido aos bombardeios. Em 1942, nasceu sua única filha, Gudrun, e no ano seguinte foi obrigado a interromper sua arte para trabalhar na lavoura. Em dezembro de 1944, fugiu com a família para Haimhausen, perto de Munique, perdendo todo seu patrimônio acumulado em 18 anos na Europa. Após a guerra, viveu como refugiado na França, onde chegou a vender seu sobretudo para comprar materiais de pintura. Retornou ao Brasil em 1946, desprovido de bens materiais, mas com seu talento preservado. Contribuiu significativamente para as artes paranaenses até seu falecimento em 1974.

Informações Técnicas

- Autor: Arthur José Nísio.
- Dados biográficos: (1906 -1974) - Curitiba, Paraná, Brasil.

• Título: Tomada do Monte Castelo.
• Data da obra: sem data.
• Designação: Pintura.
• Técnica: Óleo sobre tela.
• Dimensões: 138,5 × 187,5 cm.
• Aquisição: integrada ao acervo do Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba, números de registro 174104 – 000099, números anteriores MON 2458.
• Créditos da fotografia: licenciada sob CC BY-NC-ND 4.0 https://museuvirtualdafeb.eb.mil.br/acervo-museologico/tomada-do-monte-castelo/

Visite

Museu Oscar Niemeyer - MON é um museu de arte, arquitetura e design em Curitiba. Também conhecido como Museu do Olho. Endereço: Rua Marechal Hermes 999 Centro Cívico – Curitiba/Paraná - CEP 80530-230 https://www.museuoscarniemeyer.org.br/visite



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 11, 2025

Resende, RJ
2025

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor
Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .
Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – **AMAN**
Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti
Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306
Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)
Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)
Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)
Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)
Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras
Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS
Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco
Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército
MBA pela Fundação Getúlio Vargas
MBA pela ISCTE – Lisboa/PT
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.
Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppin de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.
Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.
Mestre em História Social.
Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História.
Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.
Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.
Mestrado em Filosofia pela UFRJ.
Doutorado em História Social pela UFRJ.
Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.
Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista
Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor
Kélcio José Gomes

11ª Edição
vol. 1, n. 11, 2025

Periodicidade
Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br

EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 06 | NÚMERO 11

Antonio Carlos Simon Esteves[1]

A tela "Tomada de Monte Castelo", de Arthur Nísio, exemplifica de forma contundente os mecanismos de invisibilidade e esquecimento da arte de temática militar no cenário artístico brasileiro. Embora represente um dos episódios mais emblemáticos da participação da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial, a obra não foi incorporada ao circuito consagrado da arte nacional, permanecendo ausente dos grandes museus, exposições históricas e manuais de história da arte. Essa marginalização não se deve à irrelevância estética ou histórica da pintura, mas ao próprio modo como o sistema artístico brasileiro construiu seus critérios de legitimação ao longo do século XX.

No pós-guerra, o tema militar passou a ser simbolicamente associado ao autoritarismo, ao conservadorismo e aos traumas políticos do país, gerando resistência à valorização de obras que representassem conflitos armados sob perspectiva histórica e narrativa. Ao contrário de artistas como Portinari e Segall (homenageado na capa da Revista da AHIMTB de número 10), que trataram a guerra em chave universal e humanista, Arthur Nísio abordou diretamente o feito militar brasileiro, o que contribuiu para sua exclusão dos discursos críticos hegemônicos. Assim, a própria memória da FEB foi sendo progressivamente silenciada no campo das artes visuais.

O esquecimento da obra também reflete a ausência de política pública de preservação e difusão da memória militar, somada à centralização do sistema artístico nos grandes centros culturais. Sem acervo museológico relevante, sem circulação crítica

1 Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – Infantaria/AMAN, em 1977 - Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Professor Emérito da Academia Militar das Agulhas Negras. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

e sem respaldo acadêmico, a pintura permaneceu restrita a circuitos regionais ou institucionais, perdendo visibilidade. Desse modo, o apagamento de Tomada de Monte Castelo revela não apenas o destino de um artista, mas um processo mais amplo em todos os campos de fragilização da memória histórica nacional.

Procurando dar vida no presente aos fatos do passado, agora no campo das letras; nosso primeiro artigo faz um resgate da brilhante matéria jornalística "A História da Conquista de Monte Castelo", um dos episódios mais marcantes da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. A narrativa é feita pelo Jornalista Joel Silveira, que acompanhou os combates como correspondente de guerra e testemunha ocular.

A apresentação tem como fonte a Grande Crônica da Segunda Guerra Mundial, da Revista Seleções do Reader's Digest (1969), sendo republicada pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB/Resende, no contexto das comemorações dos 80 anos do retorno vitorioso da FEB, sob a supervisão do seu Conselho Editorial.

A AHIMTB presta reconhecimento a Joel Magno Ribeiro da Silveira (1918–2007), um dos mais importantes jornalistas e escritores brasileiros, reconhecido como precursor do jornalismo literário e internacional no Brasil. Iniciou a carreira no final dos anos 1930, destacando-se na "grande reportagem" dos anos 1940, mesmo sob a censura do Estado Novo. Atuou em veículos como Diretrizes, Diários Associados, O Estado de S. Paulo, Última Hora, Correio da Manhã e Manchete. Foi correspondente de guerra da FEB na Itália. Após o movimento político de 1964, foi preso diversas vezes. Autor de cerca de 40 livros, recebeu importantes prêmios, como o Machado de Assis (1998), Esso, Jabuti e outros. Viveu em Copacabana/RJ até sua morte, sendo lembrado pelo estilo crítico e marcante, que lhe rendeu o apelido de "a víbora".

O segundo artigo, no contexto do retorno da Campanha da Itália, analisa de forma minuciosa a criação, o funcionamento e o legado do Curso de Oficiais da Reserva (COR), implantado entre 1946 e 1949, como a principal iniciativa do Exército Brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial para aproveitar a experiência de combate dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O estudo resulta de uma pesquisa aprofundada, criteriosa e enriquecida por memórias familiares e documentais, conduzida pelos irmãos Coronéis Veteranos Júlio Raphael de Freitas Coutinho e Marco Antonio de Freitas Coutinho, que trouxeram contribuições significativas e esclarecedoras às dúvidas levantadas na reunião inicial de estudos da AHIMTB.

Fundamentado no Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945, o trabalho demonstra que o Estado brasileiro, já em processo de redemocratização após o Estado Novo, criou mecanismos para integrar de forma estável aos quadros da ativa os oficiais da reserva e praças condecorados da FEB. O decreto permitiu promoções por bravura, equiparações funcionais e o acesso de subtenentes, sargentos, cabos e soldados aos quadros de oficiais, mediante cursos específicos, evidenciando um movimento institucional de reconhecimento aos veteranos, relativizando a tese de que teria havido apenas temor político em relação aos expedicionários.

O texto contextualiza a atuação da FEB na campanha da Itália, com destaque para as batalhas de Monte Castelo e Montese, travadas em condições climáticas ex-

tremas e terreno acidentado, que exigiram grande capacidade de adaptação à doutrina norte-americana e elevada resistência física e moral. Essas vitórias, símbolos do valor e da persistência do soldado brasileiro, inspiraram a denominação da "Turma Monte Castelo–Montese", formada pelos concluintes do COR. Também é analisado o retorno dos pracinhas ao Brasil, marcado por grandes homenagens públicas, mas seguido por rápida desmobilização e restrições políticas.

A criação efetiva do COR ocorreu em 1946, por meio do Aviso nº 407, da Portaria nº 9.269 e das instruções do Boletim Interno nº 95. O curso foi estruturado em quatro períodos e vinculado à Escola Militar de Resende, funcionando em grande parte no CPOR do Rio de Janeiro. Iniciado em 1º de maio de 1946 com 426 alunos, encerrou suas atividades em 1949, com 270 concluintes nas Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Intendência. A formatura solene ocorreu em 2 de maio de 1949, no Estádio das Laranjeiras, com a presença do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

O artigo destaca ainda o perfil dos integrantes da turma, marcados por diversidade de origens, dificuldades pessoais, traumas de guerra e desafios acadêmicos. Por meio de trajetórias como as dos heróis: Nestor da Silva, Apollo Miguel Rezk, Carlos Augusto de Oliveira Lima e Tadeu Cerski, evidencia-se como o COR funcionou como uma verdadeira ponte entre a bravura no campo de batalha e a consolidação de carreiras militares de destaque.

Por fim, o estudo ressalta o papel essencial do Marechal Mascarenhas de Moraes e do Presidente Eurico Gaspar Dutra na defesa dos veteranos e na valorização da memória da FEB. Conclui-se que o COR foi muito mais que uma solução administrativa: representou uma decisão política, moral e estratégica, que preservou a memória dos pracinhas, modernizou o Exército e formou uma elite cívico-militar comprometida com a Pátria. Ao rememorar, em 2025, os 80 anos do Decreto-Lei nº 8.159, o artigo propõe uma revisão historiográfica sobre o pós-guerra e reafirma o COR como símbolo da continuidade entre o heroísmo da guerra e o compromisso permanente com a paz, a ordem e o progresso nacional.

O artigo "Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro – A Escola do Método", dos Coronéis veteranos Hiram de Freitas Câmara – in-memória e Carlos Roberto Peres, apresenta uma retrospectiva histórica da ECEME por ocasião de seus 120 anos, destacando seu papel como o mais elevado instituto de ensino militar do Exército Brasileiro e centro de excelência na formulação doutrinária. É uma homenagem póstuma ao Coronel Iram de Freitas Câmara, antigo Confrade da AHIMTB e coautor da obra, falecido em 2024. A trajetória da Escola é contextualizada desde as origens dos estados-maiores no século XIX até a consolidação da ECEME como formadora de oficiais de alto nível, aptos ao comando, à chefia e ao assessoramento estratégico. Criada em 1905, a Escola evoluiu acompanhando as transformações do Exército e passou por cinco sedes ao longo do tempo, fixando-se definitivamente na Praia Vermelha em 1940.

O estudo evidencia a influência decisiva de três matrizes estrangeiras — alemã, francesa e norte-americana — na formação do pensamento militar brasileiro. Da Alemanha herdaram-se o rigor organizacional e o método decisório; da França, a sistematização do estudo de situação e o ensino prático; e dos Estados Unidos, a objetividade

e a simplificação dos processos de comando, especialmente após a experiência da FEB na Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1960, consolida-se a formulação de uma doutrina autóctone, alinhada às características nacionais.

O artigo destaca ainda a importância dos comandantes da Escola, líderes que, pelo exemplo, moldaram sucessivas gerações de oficiais, com destaque para o General Humberto de Alencar Castello Branco. A missão da ECEME evoluiu da simples formação de oficiais de estado-maior para a preparação de assessores da alta administração militar, culminando com a criação do CPEAEx. Conclui-se que a ECEME construiu e aperfeiçoou um método próprio de tomada de decisões militares, tornando-se o pilar fundamental do profissionalismo, da doutrina e da liderança no Exército Brasileiro.

O artigo do Mestre Saulo Barreto Lima Fernandes analisa o Inquérito Policial Militar conduzido em 1942 pelo então capitão Luís Flamarion Barreto Lima, no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e do recrudescimento repressivo do Estado Novo. Após a declaração de guerra ao Eixo, em agosto daquele ano, motivada pelo afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o governo Vargas intensificou o controle sobre comunidades de origem alemã, italiana e japonesa, restringindo o uso de línguas estrangeiras, a imprensa e as associações culturais, além de promover o confisco de bens. Em meio a um ambiente de vigilância generalizada, o Exército passou a exercer papel central na identificação de supostos simpatizantes do nazismo.

Nesse contexto se desenrola a chamada "conspiração nazi-integralista" em Cruz Alta (RS), investigada pelo Capitão Flamarion. A partir de denúncias e de seu conhecimento sobre a colonização alemã no Brasil, o capitão apurou o envolvimento de 28 indiciados — militares e civis — acusados de afinidades ideológicas com o nazismo e com o integralismo, bem como de possíveis intenções de deserção e sabotagem. O inquérito descreveu manifestações de recusa ao combate contra a Alemanha, reuniões privadas com escuta de transmissões radiofônicas alemãs, divulgação de ideias nazi-integralistas em ambiente militar e até a participação de lideranças religiosas na disseminação de discursos favoráveis ao Reich.

Flamarion interpretava tais comportamentos como resultado de um processo profundo de "germanização", capaz de gerar minorias suscetíveis a reivindicações políticas e territoriais futuras, inclusive com o risco de fragmentação do território nacional. O inquérito foi encaminhado ao Ministério Público Militar em novembro de 1942, originando o processo nº 20.898 no Superior Tribunal Militar. O julgamento realizou-se em maio de 1944, em Santa Maria (RS), sob ampla atenção pública, baseado na noção jurídica de "dano potencial" em tempo de guerra. A maioria dos acusados foi condenada a penas severas, que chegaram a três décadas de prisão, embora algumas absolvições tenham ocorrido.

O artigo evidencia ainda que a atuação de Flamarion foi marcada tanto por rigor técnico quanto por motivações pessoais, especialmente o impacto emocional causado pela suposta morte de seu irmão no naufrágio do navio Baependi, posteriormente desmentida. Mais do que um episódio isolado de repressão, o inquérito revela o esforço sistemático do Estado brasileiro em vigiar, disciplinar e controlar comunidades imigrantes sob a lógica da segurança nacional. Em contraste com a luta externa contra regimes totalitários, o país reproduzia internamente práticas autoritárias que tensiona-

vam direitos civis e liberdades individuais.

O texto do Professor Saulo Fernandes dialoga eticamente com a apresentação da vida de Arthur Nísio, artista brasileiro atuante na Alemanha nazista. Embora situados em campos distintos — repressão política e produção artística —, ambos os casos revelam a mesma problemática: a tensão entre poder estatal, identidade e suspeição ideológica em contexto de guerra. Tanto no Brasil quanto na Alemanha, observa-se como a defesa da ordem foi utilizada para justificar o cerceamento de liberdades, mediado pela origem étnica e pelo controle ideológico.

O entrelaçamento central desses episódios evidencia o paradoxo dos Estados em guerra ou em conflitos internos; frequentemente recorrem a mecanismos de exceção, vigilância e punição interna. O caso da "conspiração nazi-integralista" em Cruz Alta, assim como a trajetória de Arthur Nísio, constitui, portanto, valioso registro histórico para a reflexão crítica sobre os limites da ação estatal e as ambiguidades entre defesa das instituições, poder e dignidade humana.

No artigo "Forte de Coimbra: 250 anos de história, bravura e soberania nacional" o Sargento de Material Bélico Ruan Iuri da Fonseca Farias é digno de público reconhecimento pela excelência intelectual, rigor metodológico e elevado espírito cívico demonstrados na elaboração de trabalho científico sobre a trajetória histórica, social e militar do Forte de Coimbra, por ocasião de seus 250 anos. O trabalho revela apurada capacidade de pesquisa, domínio de fontes, clareza analítica e valorização das tradições do Exército Brasileiro, além de integrar com sensibilidade os aspectos militares e sociais da guarnição e da comunidade local. Sua produção apresenta a trajetória do Forte como marco da defesa territorial do Brasil e símbolo da presença permanente do Estado Brasileiro no Pantanal. Fundado em 1775, às margens do rio Paraguai, o antigo Real Presídio de Nova Coimbra materializa o princípio do uti possidetis, consolidando a soberania portuguesa na Fronteira Oeste. Destacam-se dois momentos centrais: em 1801, a resistência liderada por Ricardo Franco, com apenas 49 homens contra cerca de 900 espanhóis, cuja célebre decisão de "repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do Forte" se torna lema moral dos defensores; e, na Guerra do Paraguai, em 1864, a atuação heroica da pequena guarnição comandada por Hermenegildo Portocarrero, apoiada por civis, indígenas e mulheres — em especial D. Ludovina —, cuja fé em Nossa Senhora do Carmo, o sacrifício e a retirada estratégica preservam vidas e reforçam o amadurecimento do Exército e sua identidade nacional. O texto também acompanha a evolução institucional do Forte, que assume diferentes denominações e funções até se tornar Pelotão Especial de Fronteira do 17º Batalhão de Fronteira, articulando defesa, apoio social e integração territorial. Ao final, o Forte é apresentado não como ruína, mas como "organismo vivo" e "santuário da Nação", metáfora da própria história brasileira, encarnando bravura, lealdade e abnegação, e lembrando que a soberania se constrói e preserva diariamente graças àqueles que, na fronteira pantaneira, continuam a vigiar em silêncio para que o ideal de Brasil permaneça vivo.

O Coronel de Material Bélico Veterano Antônio Geraldo Rodrigues através de sua elaborada pesquisa documental e testemunhal demonstra que 1991 foi um ano decisivo e estruturante para a Aviação do Exército Brasileiro, consolidando-a como vetor aéreo moderno, operacional e doutrinariamente integrado à Força Terrestre. Após

a recriação da Aviação do Exército em 1986 e o início dos voos com helicópteros em 1989, esse ano marca a passagem de uma fase embrionária para um patamar de plena capacidade aeromóvel.

O autor mostra, primeiro, a evolução organizacional de 1986 a 1990: criação do 1º Batalhão de Aviação do Exército, da Diretoria de Material de Aviação, da Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex) e do 1º Batalhão de Helicópteros, além da implantação do Forte Ricardo Kirk em Taubaté (SP). No final de 1990, a sede da Brigada é transferida de Brasília para Taubaté, aproximando o comando da tropa e permitindo maior integração entre chefia, pilotos e meios aéreos.

Em 1991, ocorrem as transformações centrais. É criado o Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército (NuCIAvEx), embrião do atual CIAvEx, que passa a desenvolver a doutrina de emprego em combate da Aviação do Exército, baseada em estudos próprios e na experiência da aviação francesa. Essa doutrina dá origem ao Curso de Piloto de Combate (CPC), com inovações marcantes: tiro axial com metralhadoras 7,62 mm na aeronave HA-1 Esquilo, primeiros voos táticos noturnos fora de sede, operações em campanha e criação de manobras e procedimentos específicos de voo tático de helicópteros. Ao mesmo tempo, a seleção rigorosa de instrutores e a filosofia "Per audaciam ad protectionem" sintetizam a ideia de que a segurança em combate se alcança por treinamento audacioso, porém consciente e tecnicamente controlado.

Outro eixo fundamental do artigo é a expansão da frota e a estrutura logística. Em 1991, a Aviação do Exército recebe 29 helicópteros HM-1 Pantera, elevando a frota a 52 aeronaves (36 Pantera e 16 Esquilo) e multiplicando a capacidade de transporte em operações aeromóveis: de 63 para 324 combatentes em uma única leva, em termos teóricos. Paralelamente, a antiga Companhia de Manutenção e Suprimento de Aviação é transformada em Batalhão Logístico de Aviação do Exército (B Log Av Ex), hoje Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, o "Dragão Alado", responsável por garantir manutenção, suprimento e alta disponibilidade de meios. Nesse mesmo contexto, são implantados o voo por instrumentos (IFR) e realizadas missões inéditas, como a primeira evacuação aeromédica (EVAM) sob condições IMC, em 1991.

O artigo destaca ainda o batismo de fogo da Aviação do Exército na Operação Traíra, com a "Patrulha Cruzeiro", em resposta ao ataque das FARC na Serra do Traíra. Com emprego de helicópteros HA-1 e HM-1, a Aviação apoia Forças Especiais e Infantaria de Selva em infiltrações, exfiltrações, evacuações, suprimento e reconhecimento em plena selva amazônica, demonstrando, na prática, o valor da aero mobilidade em teatro de operações real. Dessa experiência nasce o Destacamento Amazônia, em Manaus, considerado a gênese do atual 4º Batalhão de Aviação do Exército, garantindo presença permanente das "Asas da Força Terrestre" na Amazônia.

Na conclusão, o autor, amparado em depoimentos de Generais e oficiais pioneiros, sustenta que 1991 consolidou a Aviação do Exército como componente indispensável da doutrina de combate da Força Terrestre: estruturou comando, escola, logística, frota, doutrina e emprego real em operações, transformando a aero mobilidade de projeto em realidade. Por isso, o ano é qualificado como "o mais importante, audacioso e decisivo" da história recente da Aviação do Exército, marco definitivo na construção de sua capacidade operacional.

O Coronel de Artilharia Wellington Ferreira Gomes em seu artigo "Brigada de Infantaria Aeromóvel, uma casa de soldados: 30 anos de sua transformação em operações aeromóveis" analisa a evolução histórica da aero mobilidade no mundo e no Brasil e o processo de transformação da 12ª Brigada de Infantaria Motorizada na atual Brigada de Infantaria Aeromóvel, destacando-a como a única grande unidade do Exército Brasileiro plenamente vocacionada para operações aeromóveis. Inicialmente, apresenta as origens das operações aeromóveis a partir da Segunda Guerra Mundial, com o assalto alemão a Eben-Emael por planadores, a sistematização francesa na Guerra da Argélia com helicópteros e, sobretudo, o grande salto doutrinário promovido pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, com a criação da 1ª Divisão de Cavalaria Aérea, consolidando a aero mobilidade como revolução na arte da guerra. Em seguida, identifica a gênese da aero mobilidade no Exército Brasileiro na década de 1960, a partir da atuação da FAIBRAS na República Dominicana, sob coordenação do general Meira Mattos e com destaque para o então capitão Mário Dias, responsáveis pela introdução das técnicas de operações helitransportadas no EB. O estudo demonstra que, embora embrionária, essa experiência lançou bases doutrinárias duradouras. O artigo prossegue mostrando que a transformação da Brigada Aeromóvel foi resultado de um longo processo institucional, influenciado pelas lições das guerras do Vietnã e das Malvinas, pelos estudos do Estado-Maior do Exército e pelos projetos de modernização da Força Terrestre desde os anos 1970. Em 1995, a 12ª Brigada de Infantaria é oficialmente transformada em Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), consolidando-se como Força de Ação Rápida. Em 2025, a unidade passa a ser denominada Brigada de Infantaria Aeromóvel, no contexto do Macroprojeto Bda Inf Amv 2040. Conclui-se que a Brigada Aeromóvel é fruto de uma evolução doutrinária, organizacional e operacional de mais de seis décadas, constituindo hoje uma força estratégica de elevado poder de manobra, pronta para atuar em todo o território nacional, simbolizando a modernização da Força Terrestre e a consolidação da aero mobilidade no Exército Brasileiro.

A análise conjunta dos dois artigos sequenciados nessa Revista da AHIMTB evidencia clara convergência temática, ao demonstrarem que a aero mobilidade é eixo central da modernização do Exército Brasileiro. O estudo do Coronel Antônio Geraldo Rodrigues destaca 1991 como ano decisivo da consolidação da Aviação do Exército, com avanços em comando, doutrina, frota, logística e emprego real em combate. Já o Coronel Wellington Ferreira Gomes reconstrói a trajetória histórica da aero mobilidade desde suas origens internacionais até a consolidação da atual Brigada de Infantaria Aeromóvel como força estratégica de pronto emprego. Ambos abordam a incorporação de tecnologias, vetores aéreos e táticas modernas, ressaltando a integração entre o meio aéreo e a força terrestre. Os dois autores também convergem no rigor metodológico, apoiando-se em ampla documentação, referências teóricas e depoimentos, produzindo estudos de alto valor histórico e estratégico que contribuem de forma relevante para a memória institucional e o pensamento militar contemporâneo.

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

SUMÁRIO

A história da conquista de Monte Castelo 16
Joel Magno Ribeiro da Silveira

Curso de Oficiais da Reserva (1946-1949): O legado da mobilização de pessoal da FEB no processo de evolução do Exército Brasileiro 25
Júlio Raphaël de Freitas Coutinho
Marco Antonio de Freitas Coutinho

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro – a Escola do Método 50
Hiram de Freitas Câmara
Carlos Roberto Peres

A Conspiração Nazi-Integralista no Sul do Brasil: O IPM do Cap. Flamarion Barreto na 2ª G.G.M. (1942-44) 65
Saulo Barreto Lima Fernandes

Forte de Coimbra: 250 anos de história, bravura e soberania nacional 79
Ruan Iuri da Fonseca Farias

1991 – Um ano de grandes e importantes transformações na aviação do exército 97
Antônio Geraldo Rodrigues

Brigada de Infantaria Aeromóvel, uma Casa de Soldados: 30 anos de sua transformação em operações aeromóveis 121
Wellington Ferreira Gomes

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

A HISTÓRIA DA CONQUISTA DE MONTE CASTELO

Conselho Editorial da Academia de História Militar Terrestre do Brasil[1]

Este trabalho tem como Fonte a Grande crônica da Segunda Guerra Mundial, publicada na Revista Seleções do Reader's Digest, Rio de Janeiro, 1969, Editora Ypiranga, volume 3. O texto foi obtido por meio do Instituto de Geografia e História Militar Brasileira, compilado pela AHIMTB/RS e, no ano em se completam oitenta anos do retorno vitorioso da Força Expedicionária Brasileira, é publicado pela AHIMTB/Resende – Marechal Mário Travassos.

A Conquista de Monte Castelo inscreve-se entre os episódios mais notáveis da campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália. O feito dos nossos pracinhas é narrado nestas páginas pelo escritor e jornalista Joel Silveira que, na qualidade de correspondente de guerra, acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos.

Na véspera do dia 21 eu havia pedido um jipe ao Major Souza Júnior, encarregado dos correspondentes, para ir a Nápoles esperar o quarto escalão de tropas brasileiras que chegaria a 23. O major, então, me perguntou: Você prefere esperar o escalão ou uma coisa melhor?

A "coisa melhor" era a ofensiva brasileira do dia 21 sobre o Monte Castelo. Pela manhã, cedo, no QG recuado, fomos avisados de que a nossa artilharia abrira cerrado fogo, naquela noite, contra posições inimigas nas montanhas que há três meses nos barravam o caminho. Tomamos um café apressado, enchemos os bolsos de chocolate e chiclete, e soltamos nossas viaturas até o QG avançado. Os jipes necessários já esperavam os correspondentes, e cada qual subia no seu e procurou, na frente, o melhor lugar para uma observação total da luta. Creio que a sorte me protegeu, que meu jipe andou mais depressa, não sei: o certo é que tomei de assalto o PO

1 Cel Carlos Roberto Peres; Cel Anvalgleber de Souza Linhares; Coronel João da Costa Paiva Filho; Coronel Antônio Carlos Simon Esteves; Coronel Durland Pupim de Faria; Coronel Alexandre Neves Lemos Esteves; Coronel Nery Oliveira Dornelles; Empresário Luis Renato Braganholo; e Professor Julio Cesar Fidélis Soares.

avançado do General Cordeiro de Farias e lá me instalei por todo o dia. Eram 8h da manhã quando o general me cedeu seu lugar diante da luneta binocular e me disse:

- Começamos a atacar às 6 da manhã. As tropas em ofensiva constituem o 1º Regimento de Infantaria, o Sampaio. Os seus três batalhões avançam na seguinte ordem: o 1º, comandado pelo Major Olívio Gondim de Uzeda, segue pela esquerda; o 2º, comandado pelo Major Sizeno Sarmento, vai pelo centro; o 3º, comandado pelo Tenente-Coronel Emílio Rodrigues Franklin, partirá da direita. Nossa intenção é envolver todo o morro e, em coordenação com a ofensiva americana que já conquistou Belvedere, arrancá-lo das mãos nazistas até o fim da tarde de hoje.

Vejo, através da luneta, os nossos pracinhas agachados lá na frente, grupos aqui e ali rastejando em direção ao cume de onde atiram, com suas curtas e sinistras gargalhadas, as terríveis "lurdinhas" alemãs. Agora mesmo um deles encostou-se num pedaço de muro destruído e aponta sua Thompson para qualquer lugar lá em cima. Os morteiros nazistas rebentam nas faldas do sul, mas nossa artilharia reinicia seu canhoneio sistemático e certeiro, como fizera toda a noite. Escuto os silvos das granadas sobre nós, vejo-as explodirem lá adiante, numa coroa de fumaça que cai sobre o Castelo como uma auréola de chumbo.

Uma de nossas baterias parece que perdeu a mira, e seis tiros caem muito aquém, quase num determinado setor brasileiro. O General Cordeiro dá ordens secas e rápidas, e durante alguns minutos seus ajudantes-de-ordens procuram, através dos cinco telefones de campanha e dos dois rádios, localizar o canhão amalucado. Finalmente o Capitão Durval de Alvarenga Souto Maior, comandante da 1ª Bateria do 1º Grupo, descobre que o canhão pertence à sua unidade. Há uma ordem rápida pelo rádio, e os tiros agora estão perfeitamente ajustados no eficiente conjunto de toda a artilharia. À esquerda, sobre posições americanas além de Belvedere, cinco ou seis Thunderbolts descem em picada, rápidos como um peso despencado de cima, e metralham impiedosamente os nazistas em defensiva.

Quando cheguei ao Posto de Observação do General Cordeiro, duas ou três horas depois de iniciada a ofensiva, a situação era mais ou menos esta: os batalhões avançaram, com exceção do 2º, comandado pelo Major Sizeno, que partiria às 11h 35min de Gaggio Montano.

Os nazistas tentavam impedir a progressão dos brasileiros com um fogo concentrado de morteiros. Eu sabia que a conquista de Castelo só seria efetuada depois que os americanos, que partiram de Belvedere, houvessem se apoderado de Torraccia, um pico que, atrás, dominava certa parte do morro sob o qual avançavam nossos homens.

O ataque americano, que começara na noite anterior, estava sendo efetuado por toda uma divisão especializada, a 10ª de Montanha, recentemente chegada a este setor. Naquele momento, 10 da manhã, os norte-americanos se encontravam em determinado ponto além de Menzacona, meio caminho entre Belvedere e Torraccia. Menzacona ficara em poder de um dos batalhões brasileiros, com o qual os americanos haviam-se encontrado pela manhã.

Então a ofensiva combinada, no lado direito, tomou o seguinte aspecto: os brasileiros deixaram alguns homens em Menzacona e seguiram em direção a Caste-

lo, pela esquerda e comandados pelo Major Uzeda: os americanos foram à frente, em direção a Torraccia. Daí por diante, os acontecimentos se suce-deram nesta ordem, conforme me dizem os quase indecifráveis apontamentos que fui tomando, às carreiras, entre uma olhada de binóculo e uma informação dos rádios:

- Ao meio-dia o General Clark, comandante da frente italiana, o General Truscott, comandante do Quinto Exército, o General Crittenberger e o comandante-chefe das Forças Aéreas do Mediterrâneo estiveram em visita ao General Mascarenhas de Moraes, no seu Posto de Observação precisamente três quilômetros à direita do PO do General Cordeiro.

- Às 12h 30min, o Major Uzeda, que avança pela esquerda, pede proteção da artilharia para que possa alcançar um ponto na sua frente, e o General Cordeiro ordena as baterias: "Cinco rajadas de morteiros sobre 813".

- Às 13h 55min, um dos batalhões avisa que foram avistados reforços alemães que começam a chegar a Castelo. Ao lado direito, o Coronel Franklin está detido com o seu terceiro batalhão. O Major Uzeda previne pelo rádio que tentará envolver Castelo pela esquerda.

- Às 14h 20min, o Major Uzeda avisa que vai atacar 920, penúltimo ponto antes da crista de Castelo. Pede mais tiro ao General Cordeiro, que transmite, através de seus auxiliares (o Coronel Miranda Correia e o Capitão Souto Maior são dois deles), ordens às baterias. O Major Uzeda se encontra precisamente a cinco quilômetros do PO, tendo realizado já uma progressão de mais de dois quilômetros. O diálogo entre Alma I, Alma II e Alma III (observadores junto aos batalhões) e Lata I, Lata II e Lata III (oficiais de ligação em plena luta) se repete de minuto a minuto.

- Às 15 horas, o Major Uzeda se encontra firme em 930, mas neutralizado por metralhadoras alemãs. Seu objetivo final será 977, ou seja, o cume do Castelo, onde tenciona chegar depois das 16h 30 min. Fica combinado, então, que, às 16h 20min, quando seu batalhão iniciar a definitiva marcha sobre a crista de Castelo, toda a artilharia divisionária concentrará seus fogos sobre as faldas e o cume do monte. Estamos disparando com canhões 105, 155 e morteiros.

- As 15h 5min, escuto do General Cordeiro que, até aquele instante, calculava já ter gasto uns 8 milhões de cruzeiros de munição com os disparos de sua artilharia.

- As 15h 30min o Major Uzeda diz pelo rádio: "Meus homens estão prontos para atacar". Olho pelo binóculo que me emprestou o Coronel Miranda Correia e vejo lá em cima, no 930, os soldados em formação de ataque, esparsos pelos pequenos vales e deitados na pouca neve que o sol ainda não conseguira mandar embora.

Entre 13h 30min e 13h 50min há uma relativa calma: somente os morteiros nazistas, os aviões mergulhando nas faldas de Torraccia e um teco-teco brasileiro, plácido como uma asa estendida, que navega solitário sobre o campo de luta. O PO do General Cordeiro de Faria fica localizado numa elevação do terreno lá embaixo; é o vale que nos separa de Castelo, e aqui atrás, seiscentos metros distante, está localizado um dos grupos de nossa artilharia. Quando suas peças disparam, há um violento es-tremecimento de toda a casa, e xícaras e copos trepidam na mesa com um barulho cristalino. Os paisanos que aqui residiam, neste chalé amarelo, foram expulsos pela guerra e parece que não tiveram tempo de levar suas coisas. Os móveis estão intatos,

há litogravuras nas paredes, um Cristo desalentado e pálido, fotografias de cavalheiros fardados e senhoras em trajes de inverno. Num dos cantos da sala onde o general colocou sua luneta, descubro um "ricordo nuziale" cercado por uma moldura dourada. Ali se recorda que, no dia 11 de dezembro de 1927, numa igreja de Bolonha, se consorciaram Dino Bettochi e Caterina Cioni. Uma paz distante.

- Às 16h 5min o Coronel Franklin Informa pelo rádio que seus homens ocuparam Fornelo, à direita de Castelo e próximo ao seu cume. Tratava-se de um ponto forte inimigo, eriçado de metralhadoras, que foi dominado pelos nossos soldados. Fornelo foi um dos pontos em que foram barrados, em novembro e dezembro últimos, os anteriores ataques brasileiros contra a montanha tão cruel. Continua progredindo o batalhão do Coronel Franklin.

- Sem dúvida alguma, o instante mais sensacional de toda a luta do dia 21 aconteceu às 16h 20min, quando toda a Artilharia Divisionária concentrou seus fogos sobre Castelo. Já havia lá fora qualquer coisa da noite, e os obuses explodiam em chamas altas, que o binóculo me mostra, tão próximas e reais.

As faldas do monte estão cavadas e lá em cima o cume ficou transformado numa cratera de vulcão em erupção. O Major Uzeda avança protegido pela função dos tiros de fuligem, e nossas metralhadoras estão trabalhando ativamente. Aqui dentro, ninguém diz nada. O general colocou definitivamente os olhos na luneta, e seus dedos vejo bem alisam automaticamente um pedaço da mesa. O Coronel Correia diz num fiapo de voz:

- Todo mundo está andando...

- Às 17h 40min os homens do Major Uzeda alcançam Esperança, outro ponto forte nazista no setor 930.

- Às 17h 45min o General Cordeiro de Faria afasta-se das lunetas, vira-se para mim e diz: "Praticamente Castelo está conquistado." Chegam também informações sobre a situação dos americanos: eles não conseguiram ainda tomar Torraccia, e o avanço brasileiro sobre Castelo terá que ser feito com aquela estratégica posição ainda em mãos dos nazistas.

- Às 17h 50min a voz do Coronel Franklin vem, forte, pelo rádio: "Estou no cume do Castelo." E pede fogos da artilharia sobre pontos inimigos além do monte. "Castelo é nosso", diz-me o general. Mais três minutos, e as baterias estão canhoneando Caselina, La Serra e Bela Vista. Os nazistas respondem com morteiros. Mas nada mais adiantaria, porque, como me diria no dia seguinte o Coronel Franklin, "estamos em Castelo e ninguém mais nos tira daqui".

São mais de sete da noite quando seguimos, eu e o fotógrafo Horácio, pela estrada deserta e fria a caminho do nosso jipe que ficou distante. Nossa artilharia continua incansável. O Castelo está bem na nossa frente, mas é agora uma coleção de faldas amansadas. Já não nos domina com suas casamatas, já não vigia implacavelmente nossos caminhos e estradas, já não nos segue com seus mil olhos nazistas. É um morro brasileiro, e amanhã estarei lá em cima, junto com os pracinhas vitoriosos, passeando pela sua arrogância domada.

No dia seguinte, logo cedo, o jipe me deixou em Abetaia um agrupamento de dez ou onze casas esfarinhadas pela guerra. É um nome que está definitivamente

seguro na lembrança de todos os soldados da Força Expedicionária Brasileira: aqui sofreram eles alguns dos instantes mais sérios e cruéis da guerra, e neste chão, na falda frontal do traiçoeiro monte, muitos dos seus companheiros caíram para sempre. O cume do Monte Castelo, que visitaríamos depois, está aqui na nossa frente, arrebitado, liso, como certos morros da Tijuca.

Abetaia, durante perto de quatro meses, foi "terra de ninguém". Os paisanos foram expulsos daqui de suas casas, e seus lares, com o passar dos dias, foram-se transformando num aglomerado de ruínas. Noite e dia, patrulhas brasileiras e nazistas aqui se encontravam em combates violentos, numa dessas disputas que pertencem ao quotidiano da guerra e que nunca são mencionadas nos comunicados de guerra.

Na noite do dia 20 de fevereiro, véspera do definitivo ataque ao Monte Castelo, o Segundo-Tenente Kleber Gomes Ferreira, da 6ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, recebeu ordem de executar uma tarefa difícil e perigosa: com os seus homens, precisamente trinta e oito, ele teria que ocupar Abetaia, diante da próxima e insone vigilância nazista. Informaram ao Tenente Kleber que aquela seria uma "operação diversionista", isto é, uma manobra que fizesse crer aos alemães que o ataque a Castelo partiria de Abetaia.

O Tenente Kleber se pôs à frente dos seus homens, à meia-noite de 20 e marchou para o ponto indicado. A branca lua, luz de montanhas geladas, caía sobre suas casas destruídas, sobre os campos em derredor, tão lisos, e era um silêncio espesso de lugar morto. "Todos nós esperávamos um choque com os nazistas, sempre atentos. Mas Abetaia estava deserta".

A morte, porém, se multiplicava por todo aquele silêncio e aquela tranquilidade, escondida atrás de mil surpresas. Havia somente um caminho estreito e enlameado que uma vanguarda de mineiros libertara das minas: campos, autoestrada, atalhos, pontes e bifurcações estavam impraticáveis. Os homens tiveram que marchar através de uma estreita via e o aviso de todo instante é que "não deixassem um só minuto a reta aberta e livre". Uma pisada em falso na grama dos lados ou a tentativa de apanhar qualquer souvenir tedesco abandonado, um capacete ou um cantil seria a morte. O resto da noite, para aquele oficial e seus trinta e oito homens, foi demorado e cheio de apreensões. Trincheiras individuais foram cavadas, e cada pracinha, dentro delas, transformou todos os seus sentidos num único. Um único sentido em direção ao Monte Castelo, por cujas faldas se derramava a lua.

Menos de trezentos metros além, encontravam-se os alemães defendidos pela sua montanha e pelas suas casamatas.

Depois que o ataque ao Monte Castelo chegou ao seu ponto vitorioso às cinco e meia da tarde do dia 21 - o Tenente Kleber pôde continuar sua tarefa com mais tranquilidade. Uma tarefa ao mesmo tempo trágica e penosa: seus homens teriam que demarcar, com longas fitas brancas, todas as zonas do terreno minadas pelos nazistas: e depois, numa busca de cortar o coração, descobrir os cadáveres de soldados brasileiros tombados na luta do dia 12 de dezembro. "Passamos toda a manhã recolhendo os cadáveres, em número de vinte e seis". Outros corpos de nazistas foram encontrados, e alguns deles estavam carregados de booby traps

e de outras armadilhas. “A estratégia nazista é de opinião que um alemão morto ainda pode matar alguém”, me disse o Tenente Kleber.

Em Abetaia, o Tenente Kleber e seus homens varriam o terreno, espremidos entre as minas e as armadilhas. E as armadilhas se disfarçavam nas coisas mais inocentes: num pedaço de palha, numa casca de granada esquecida no chão, numa caneta-tinteiro, no vão de uma janela, dentro de um armário. Ainda hoje deve existir, lá em Abetaia, aquele minúsculo galho de árvore, pendente de um monte macio de feno, diante do qual os pracinhas passam sem coragem de pegar. “Aquilo pode ser passagem para o outro mundo”, me disse o Terceiro-Sargento Amadeu Boanerges Cardona Pereira, um pernambucano do Recife. Falemos um pouco dele: é um rapaz avermelhado, com o olho esquerdo meio torto, e os pracinhas o chamam de louco. O Sargento Boanerges já esteve cercado duas vezes pelos nazistas, em patrulhas. De um dos cercos ele conseguiu livrar-se com sua “lambedeira” na mão, um souvenir que ele trouxe de Palmeira dos Índios, quando esteve lá num destacamento. Boanerges tem sua filosofia: “A gente tem que dar duro, senão eles não respeitam a gente”. Eles são os nazistas.

A tranquilidade que recebeu os brasileiros, na madrugada de 21, em Abetaia, foi precisamente até meia-noite do dia 23, quando os alemães desfecharam sobre os pracinhas do destacamento um violento e concentrado fogo de artilharia. O Tenente Kleber e seus homens. tiveram que se meter nos fox-holes, à espera que “as coisas melhorassem”. Mas as coisas só melhoraram lá para as duas, quando voltou o silêncio.

“A gente nem podia pensar”, disse-me o Tenente Kleber. E o pracinha Geraldo Vitor da Costa, um civil de Guiricema, na Zona da Mata, em Minas, que a guerra convocou, me falou:

- ”Morteiro faz barulho de busca-pé. Aprendi isto nas duas horas que passei aqui, na madrugada de 24, debaixo do bombardeio alemão”.

É de Abetaia que trago as primeiras lembranças desta ofensiva: uma bandeira da República Fascista de Mussolini, com suas bordas pipocadas de bala, jornais de Bolonha e Milão mais ou menos recentes, o estojo de uma metralhadora “lurdinha”, o distintivo de um SS nazista e, não sei por que, um volume em alemão das Bucólicas, de Virgílio. Trouxe também comigo um folheto de perto de cem páginas intitulado Soldaten-Kameraden! da autoria de um tal Andreas Weinberger. Disse-me o Tenente Stahl, que entende e fala alemão, que se trata de uma série de exortações ao soldado em luta. A edição é de Munique, agosto de 1943. O penúltimo dono do livrinho (o último sou eu) foi um praça alemão de nome Karl Loezer, que espero já nos tenha dado a graça do seu falecimento.

Quanto às Bucólicas, creio que as passarei adiante, ao cabo José César Borba ou ao correspondente Raul Brandão, criatura dos clássicos.

Vinte horas depois da conquista de Monte Castelo, os caminhos lá na frente ainda não estavam inteiramente transitáveis. Havia muitas armadilhas, campos e estradas estavam minados, mas o sargento me disse que, “com cuidado”, eu poderia chegar até ao PC do Coronel Franklin. “A ordem é não deixar a estrada”. Quando o jipe começou a galgar, quase alpinista, o coleante e íngreme caminho que leva à

mon-tanha, lembrei-me de certo pedaço de "estrada" que existe entre Rio Bonito e a margem do Araguaia, em Goiás: apenas duas linhas paralelas que as viaturas abriram na lama e às quais a neve, depois, deu uma dureza de ferro. Os alemães foram expulsos de suas posições altíssimas e privilegiadas, mas ainda continuam com seus esparsos tiros de morteiro e artilharia.

Quando chegamos no meio do caminho deserto e calado como se ainda fosse "terra de ninguém" avistamos as granadas nazistas que, por cinco ou mais minutos, explodiam lá embaixo, em Gaggio Montano. O pracinha que ia guiando perguntou se eu queria ir para ali. Respondi que estávamos muito a descoberto e o melhor seria andar mais para frente, até a próxima casa. "E veja se você pode andar mais depressa". Três pracinhas brasileiros nos receberam no bangalô abandonado - estavam estirados nos montes de feno e se levantaram rápidos imaginando que eu era qualquer capitão.

Todas as casas desta região não estão mais desertas e caladas, como lares mortos de um mundo impraticável. Agora, em todas elas, é fácil divisar a presença de um pracinha brasileiro, com seu fardamento amarfanhado, a barba por fazer e um tremendo cansaço dormindo nos olhos pesados de sono. Quando há qualquer instante de folga e tranquilidade - e eles são, hoje, tão raros os pracinhas se estiram ao comprido em qualquer pedaço de chão, nas colinas de feno ou na grama rala, e ficam minutos e minutos sob o primeiro e pouco "caldo" sol deste fim de inverno. São pequenas reivindicações dos nossos pracinhas, agora praticáveis depois da expulsão dos nazistas.

Quarenta e oito horas antes, tudo isto aqui era chão ingrato e inimigo, batido pela artilharia, pelas metralhadoras e morteiros, à noite iluminado pelos foguetes alemães um campo de luta onde as sestas eram impossíveis.

A fadiga do pracinha é, nesta frente, a fadiga do tenente e do coronel, e o Tenente-Coronel Emilio Rodrigues Franklin me recebe com uma fisionomia típica de soldado de vanguarda. Há mais de duas noites que ele não dorme, duas olheiras roxas e espalhadas enrolam seus olhos. Mas a luta não terminou, e o PC avançado do terceiro batalhão do 1º Regimento, um dos primeiros a galgarem o cume de Castelo, ainda apresentava, na manhã do dia 22 e nas seguintes, um aspecto de trincheira.

As informações chegam de minuto em minuto, o rádio está aberto, os telefones tilintam. Na porta do PC do Coronel Caiado de Castro, alguns metros à direita, eu havia esbarrado com um grupo de prisioneiros nazistas seis ou sete, alguns muito moços, alguns muito velhos, e entre eles um alto e espigado sargento cuja especialidade, parece, é fazer continências seguras e prussianas. Uma das coisas mais ou menos incomodas que acontecem com os correspondentes, aqui na frente, é que não os deixam revelar conversas tidas com nazistas presos.

O Major Uzeda (Olivio Gondim de Uzeda) falou alguns instantes com o comandante americano do grupamento de tanques. Vejo de longe os dois conversarem, e o major aponta para a frente, onde está um dos morros recém-conquistados. É de lá, detrás, que estão chegando estas granadas que, de cinco em cinco minutos, como numa aritmética, vão explodindo a duzentos ou trezentos metros de nós.

O comandante dos tanques leva suas máquinas e seus homens para uma ravina, adiante, e mais tarde todos estão em posição de combate. São quatro horas

da tarde, mais ou menos, quando os tanques começam a atirar, uns tiros secos que seguem acompanhados e abençoados por um unânime "vai com deus" dos pracinhas brasileiros.

Como costumo fazer sempre, peço ao Major Uzeda que me mostre, no mapa, onde estou. Não é um lugar do Senhor: quatrocentos e cinquenta metros além ("Às vezes menos", me diz o major) se encontram os alemães, expulsos de suas casamatas no dia 20 último e agora fincados nas suas posições no vale. "Tudo isto aqui era terra deles". É um dos lugares mais belos de toda esta frente. Há pequenas porções de pinheiros compridos e verdes, há pequenas árvores em fileiras que naturalmente rebentarão em flores na primavera, há o clássico riachinho de toda paisagem italiana. Mas, de cinco em cinco minutos, os alemães intranquilizam e tornam impraticável este cartão-postal; lá da janela dos fundos do PC, para onde me leva o Major Uzeda, pode-se ver quando as granadas chegam e explodem numa nuvem de areia negra e lodosa. Muitas vezes, centenas ou milhares, tenho perguntado a mim mesmo por que os obuses nazistas nunca desabam sobre mim, tão próximo. Ali está uma granada que veio do outro lado, que passou sobre o PC e que vai explodir lá embaixo. Creio que qualquer manobra despreocupada do pracinha nazista na sua artilharia, e aquela bomba seria para nós. Mas o major me explica que "ninguém morre na véspera", e continuamos os dois a assistir, "de palanque", ao estrago inútil lá de baixo.

Há precisamente oito dias que o Major Uzeda e seus homens vêm "dando um murro" dos mais pesados. Venho encontrar o 1º Batalhão do Regimento Sampaio um dos primeiros a chegar à crista do Castelo transformado numa coleção de cavalheiros afobados e barbudos. Muitos deles não dormem direito há muito tempo suas olheiras roxas dizem isso. Chegaram a 19 em Gaggio Montano, partiram a 21, de lá, para a perigosa manobra envolvente que venceu os nazistas. Durante doze horas, debaixo de uma barragem de fogo, estes homens avançaram, expulsaram os alemães de suas posições, destruíram casamatas, lutaram aqui e ali de baioneta e corpo-a-corpo, instalaram-se definitivamente no cume do monte eriçado de metralhadoras e morteiros. Desceram de Castelo anteontem, depois de serem substituídos por outra tropa. Mas não vieram para um mundo de paz. Vieram para aqui, chão recém-tirado dos alemães, campo de guerra. É lógico que não voltaram todos: entre mortos, feridos e desaparecidos, o 1º Batalhão teve 47 baixas, entre os quais 13 mortos.

Agora, defronte do mapa e com a ajuda do Major Uzeda (estou já há dois dias aqui no PC, e ontem oh! surpresa da guerra, dormi numa igreja) posso reconstituir a marcha do batalhão: ele partiu de Gaggio Montano em direção a Mazancana, um lugarejo dois quilômetros adiante. Mazancana foi ocupada na noite do dia 20 e no começo da madrugada de 21. Os homens do 1º Batalhão encontraram o povoado atapetado de minas e booby traps. Algumas armadilhas constituíam novidade para os pracinhas brasileiros, particularmente aquelas que, quando tocadas, explodiam em luzes coloridas ou começavam a gemer como uma coisa mal-assombrada.

O Segundo-Tenente Dulcelino Tavares, que comandou um dos pelotões, me conta que quando seus soldados escutaram aqueles gemidos pela primeira vez não se assustaram muito e um deles havia dito: "Isto é coruja. Conheço pelo pio". Mas quando a primeira "coruja" explodiu e espalhou um inferno de estilhaços por todos

os lados, os pracinhas começaram a ter mais cuidado. “Não apanhem nada do chão: nem relógio, nem caneta-tinteiro, nem capacete abandonado. Não mexam nos cadáveres alemães. Não abram nem fechem portas ou janelas. Não peguem em nada” ordens assim eram repetidas de minuto a minuto, porque esta é também uma guerra de cuidado contra o ardil.

Na manhã do dia 21, o 1º Batalhão deixou Mazancana atrás com seus pios agourentos e continuou o avanço. Pode-se dizer que os segundos-tenentes Dulcelino Tavares e Fredímio Trota pegaram Fornace de surpresa. Eles haviam preparado o assalto durante a noite, e quando veio a primeira luz do dia caíram em cima dos despreocupados nazistas. Muitos alemães foram pegados em pleno café. Um deles fazia a barba.

Nossas metralhadoras fizeram uma regular chacina entre os nazistas, que não tiveram tempo de responder ao ataque. Meia hora depois, o batalhão mandava para a retaguarda seis prisioneiros, duas “lurdinhas”, e vários pacotes de bolachas alemãs, muito saborosas. Pouco depois das cinco horas o 1º Batalhão estava em cima de Castelo.

Joel Silveira foi testemunha ocular desta conquista histórica da Força Expedicionária Brasileira.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA (1946-1949): O LEGADO DA MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL DA FEB NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho[1]
Marco Antonio de Freitas Coutinho[2]

INTRODUÇÃO

A criação do Curso de Oficiais da Reserva (COR), que funcionou entre os anos de 1946 e 1949, representou uma das mais significativas iniciativas do Exército Brasileiro no período pós-Segunda Guerra Mundial. Fruto direto do Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945 — assinado pelo então Presidente Interino José Linhares — o curso teve como objetivo institucionalizar a experiência dos combatentes mobilizados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que haviam demonstrado liderança, coragem e competência em campo de batalha.

---

1 Júlio Raphaël de Freitas Coutinho é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. É graduado em Ciência Militar, Administração, Filosofia e Pós-graduado (strictu ou lato sensu) em Ciência Militar, Administração, Logística, Filosofia, Negociação, Política, Estratégia, Auditoria Ambiental e Tecnologia da Informação. Foi instrutor do corpo de cadetes, professor de Filosofia e Ciência Gerencial da AMAN, bem como de diversas Universidades. Comandou os Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), 10º BI (Juiz de Fora - MG) e o Batalhão de Força de Paz UNAVEM-III (Angola). Atualmente integra a AHIMTB e a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF/ Seção Sul Fluminense) e é escritor com vários livros e artigos publicados.

2 Marco Antonio de Freitas Coutinho é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. É graduado em Ciências Militares. Possui especialização em Análise de Sistemas e Relações Internacionais. É mestre em Operações Militares (EsAO), Ciências Militares (ECEME) e Ciência Política Internacional (Universidade Europeia do Atlântico – Espanha). Foi instrutor do corpo de cadetes da AMAN, foi oficial de estado-maior das missões de paz UNAVEM-III (Angola), MONUA (Angola) e MINUSTAH (Haiti). Comandou o 14º Batalhão Logístico (Recife - PE). Foi oficial de gabinete do Comandante Logístico, do Comandante do Exército e do Ministro de Estado da Defesa. Desempenhou a função de Diretor do Departamento de Relações Político-Sociais da Secretaria de Governo da Presidência da República. Atualmente integra a AHIMTB, é editor-chefe do canal GRU! Geopolítica em Ação, e possui dezenas artigos científicos publicados.

O COR emergiu como uma iniciativa do Estado brasileiro — já em transição para a redemocratização no período pós Getúlio Vargas — no sentido de reconhecer e valorizar os pracinhas, oferecendo-lhes, por um lado, uma via de profissionalização e continuidade no serviço ativo, e de outro, uma oportunidade para a transferência da vivência que oficiais veteranos detinham na condução de operações em guerra para o Exército Brasileiro.

Mais do que uma medida burocrática, o curso representou uma resposta estratégica à necessidade de formar um quadro de oficiais com experiência real de combate, capazes de contribuir para a modernização doutrinária, operacional e institucional do Exército. Ao reunir oficiais da reserva (ex-alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva) e sargentos que se destacaram em ações de combate, o COR consolidou uma geração oficiais que carregavam, além da formação técnica, a vivência da guerra, um diferencial que marcou profundamente a cultura militar brasileira nas décadas seguintes.

Este artigo tem como objetivo geral investigar a criação e os desdobramentos do Curso de Oficiais da Reserva, como fruto direto do Decreto-Lei nº 8.159/1945, destacando sua importância histórica, institucional e humana no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Os objetivos específicos incluem:

- Analisar o conteúdo e os efeitos do Decreto-Lei nº 8.159/1945 no aproveitamento dos combatentes da FEB;
- Identificar os principais atores envolvidos na idealização e implementação do COR;
- Apresentar o perfil dos alunos do curso, suas origens e trajetórias militares;
- Discutir a narrativa tradicional sobre o receio de Vargas em relação à FEB, contrapondo-a com evidências documentais;
- Valorizar o legado dos egressos do COR como parte da memória militar brasileira.

A contribuição deste estudo para a pesquisa da história militar reside na revisão historiográfica sobre o tratamento institucional dado aos combatentes da FEB no pós-guerra; na valorização da reserva militar como componente estratégico das Forças Armadas; na humanização dos combatentes por meio do resgate de histórias individuais que ilustram vocação, sacrifício e patriotismo; e na preservação da memória institucional, especialmente no contexto da passagem dos 80 anos do Decreto-Lei que criou o Curso de Oficiais da Reserva (COR), registrada no ano de 2025.

2. A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA E O PÓS-GUERRA

2.1. A atuação da FEB na Segunda Guerra Mundial

A Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em 1943, foi composta por cerca de 25 mil homens enviados à Itália em 1944 para integrar o V Exército dos

Estados Unidos. Atuando em batalhas decisivas como Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Fornovo di Taro, a FEB capturou mais de 20 mil soldados inimigos e sofreu cerca de 460 baixas fatais.

Segundo Vilela (2010, p. 89), "a campanha dos Aliados na Itália foi essencialmente travada em montanhas e colinas", o que exigiu dos brasileiros adequação à doutrina norte-americana, mas também habilidades de combatentes de montanha e resistência física em condições extremas, como no rigoroso inverno de 1944–1945.

A conquista de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1945, após quatro tentativas fracassadas, tornou-se símbolo da persistência e bravura dos pracinhas. Pouco depois, em abril, a tomada de Montese consolidou o papel da FEB como força decisiva na ofensiva aliada, sendo considerada por muitos veteranos como a batalha mais intensa e sangrenta enfrentada pelos brasileiros.

Essas duas vitórias — Monte Castelo e Montese — foram eternizadas na denominação da "Turma Monte Castelo–Montese", formada pelo Curso de Oficiais da Reserva (COR), como expressão de honra e continuidade do legado de combate da FEB.

2.2. O retorno dos pracinhas e o reconhecimento institucional no pós-guerra

O retorno dos pracinhas ao Brasil foi marcado por grandes celebrações públicas, como o Desfile da Vitória em 18 de julho de 1945, no Rio de Janeiro. No entanto, a dissolução da Força Expedicionária Brasileira (FEB) já havia sido determinada por portaria do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em 6 de julho de 1945. A medida estabelecia que as unidades expedicionárias, ao chegarem ao Brasil, deveriam "passar automaticamente à subordinação da 1ª Região Militar", encerrando formalmente a existência da FEB como corpo autônomo (ALMEIDA, 2020).

A historiografia tradicional sustenta que Getúlio Vargas teria dissolvido a FEB por receio de que seus integrantes se tornassem uma força política capaz de ameaçar o regime. Essa tese é reforçada por medidas como a proibição de entrevistas, o impedimento de uso de uniformes e condecorações em público, e a dispersão dos oficiais expedicionários para regiões distantes. Ferraz (2011, p. 61) afirma que "a proibição de falar sobre o histórico das ações é um ato de censura, não de segurança", e que o objetivo era "quebrar o impacto da chegada da FEB". Oliveira (1998, p. 145) destaca que "na ânsia de se livrarem da FEB, tida como politicamente não confiável, os pracinhas foram rapidamente desmobilizados sem que tivessem se submetido a exames médicos".

Contudo, a promulgação do Decreto-Lei nº 8.159/1945 — já sob o governo interino de José Linhares — oferece um contraponto relevante a essa narrativa. Ao criar condições legais para o aproveitamento dos combatentes no serviço ativo, o Estado reconhecia não apenas o mérito militar, mas também a legitimidade da vocação dos pracinhas.

O Curso de Oficiais da Reserva (COR), iniciado em 1946, foi a principal expressão dessa política de valorização, reunindo oficiais da reserva e sargentos da

ativa que haviam se destacado em ações de guerra. A frase publicada no jornal Diário de Notícias por ocasião da formatura da turma sintetiza esse espírito: "por vocações reveladas em campo de batalha, preferiram abraçar a carreira das armas".

3. O DECRETO-LEI Nº 8.159/1945: FUNDAMENTO LEGAL DO COR

3.1. Conteúdo e implicações do decreto

O Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945 (BRASIL, 1945), foi promulgado pelo presidente interino José Linhares e assinado pelo Ministro da Guerra, General P. Góes Monteiro. Publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1945, o decreto estabeleceu as bases legais para o aproveitamento dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no serviço ativo do Exército.

Entre seus principais dispositivos, o decreto facultava:

- O ingresso definitivo nos quadros do Exército ativo para oficiais da reserva convocados que tivessem servido por mais de um ano na FEB;
- A permanência nas fileiras até a idade limite, com possibilidade de transferência para a reserva remunerada após 25 anos de serviço;
- A promoção ao posto imediato para oficiais de 2ª classe condecorados com medalha de campanha;
- A equiparação de praças promovidas por bravura aos oficiais da reserva de 1ª classe;
- O ingresso de subtenentes, sargentos, cabos e soldados condecorados (com Cruz de Combate de 1ª Classe ou Estrela de Prata americana) nos quadros de oficiais, mediante conclusão dos cursos exigidos.

O decreto também fixava critérios de matrícula, idade máxima, aptidão física e conceito favorável dos comandantes, além de prever a classificação por mérito intelectual e tempo de operações de guerra.

3.2. A autoria e o contexto político da promulgação

Embora o decreto tenha sido promulgado poucos dias após a renúncia de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, sua assinatura por Góes Monteiro — figura central do Estado Novo — sugere que sua elaboração foi iniciada ainda durante o governo Vargas. No entanto, a responsabilidade formal pela promulgação coube ao presidente interino José Linhares, que assumiu o cargo em meio à transição democrática.

Esse contexto reforça que o Decreto-Lei nº 8.159 foi uma iniciativa do Estado brasileiro em fase de redemocratização, e não uma política pessoal de Vargas. A medida representou um gesto institucional de valorização dos combatentes da FEB, reconhecendo sua vocação militar e oferecendo uma via legítima de profissionalização.

3.3. Superando a tese do temor político

Como foi apresentado, a historiografia tradicional sustentaria que Vargas dissolveu a FEB por receio de que seus integrantes se tornassem uma força política capaz de ameaçar o regime. Essa tese é reforçada por medidas como a dispersão dos expedicionários, a censura sobre suas ações e o impedimento de manifestações públicas com uniformes e condecorações.

Entretanto, a promulgação do Decreto-Lei nº 8.159 — já sob outro governo — revela que houve, por parte do Estado, uma tentativa de institucionalizar o legado da FEB. O Curso de Oficiais da Reserva (COR), iniciado em 1946, foi a principal expressão dessa política, reunindo combatentes que haviam demonstrado vocação em campo de batalha e oferecendo-lhes uma trajetória legítima dentro da estrutura militar.

4. A CRIAÇÃO DO CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA (COR)

4.1. Aviso nº 407/1946, Portaria nº 9.269/1946 e Boletim Interno nº 95

A criação do Curso de Oficiais da Reserva (COR) foi formalizada por meio de atos administrativos emitidos pelo Ministério da Guerra em 1946. O Aviso nº 407, de 1º de maio de 1946, autorizou o início das atividades do curso, com base no Decreto-Lei nº 8.159/1945. A Portaria nº 9.269, de 20 de maio de 1946, estabeleceu normas complementares para a execução do decreto, incluindo critérios de matrícula e aproveitamento dos combatentes da FEB. O Boletim Interno nº 95 (Constante do Anexo A), publicado pela Diretoria de Pessoal do Exército, consolidou as instruções operacionais e regimentais para o funcionamento do curso.

4.2. Estrutura curricular e funcionamento do curso

O COR foi estruturado em quatro períodos letivos, cada um com duração de oito meses, totalizando aproximadamente 32 meses de formação. O curso teve início em 1º de maio de 1946, com 426 alunos matriculados. Em que pese estar vinculado à Escola Militar de Resende (EMR), inclusive no que se refere ao seu currículo, o curso funcionou principalmente no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), com parte das atividades realizadas na Escola Técnica do Exército (ETE), também localizada no Rio de Janeiro[3].

Durante o curso, os oficiais mantiveram seus postos, enquanto os sargentos foram promovidos ao posto de Aspirantes a Oficial. A grade curricular incluía disciplinas militares, técnicas e administrativas, com foco na doutrina moderna assimilada pela FEB durante a campanha da Itália. O curso foi dividido em quatro períodos de oito meses, com início em 1º de maio de 1946 e encerramento das aulas em 28 de

3 Conforme publicado no Jornal Diário de Notícias, de 10 de fevereiro de 1949, página 5.

fevereiro de 1949. Os exames finais foram realizados em março de 1949, com aprovação direta de 223 alunos na 1ª época. No entanto, nem todos lograram aprovação imediata: 39 alunos foram aprovados após exames de 2ª época, realizados em junho de 1949, e 8 alunos obtiveram aprovação apenas em época especial, concluída em novembro de 1949.

4.3. Conclusão e resultados de aprovação

A solenidade de encerramento do COR ocorreu em 2 de maio de 1949, no Estádio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente Eurico Gaspar Dutra, autoridades militares e adidos estrangeiros.

A Revista Vida Doméstica, do Rio de Janeiro, em sua edição de junho de 1949 (páginas 20 e 21), assim descreveu o evento: "Justo Prêmio aos que honraram as armas do Brasil. No Campo do Fluminense, teve lugar a empolgante cerimônia da efetivação no quadro de oficiais da ativa do Exército dos oficiais e aspirantes da turma Monte Castelo-Montese que concluíram o Curso de Oficiais da Reserva. Sob a presidência do General Eurico Gaspar Dutra, e com a presença de vários oficiais Generais, altas patentes de todas as armas, adidos militares e grande número de pessoas. Foi realizado o compromisso militar e a entrega de prêmios, espadas e medalhas. Terminada essa parte, houve o desfile em continência ao Presidente da República, que ficou agradavelmente impressionado."

Figura 1 – Palanque de autoridades, com a presença do Presidente Dutra



FONTE: VIDA DOMÉSTICA, 1949, página 20

Como destacado pela matéria da imprensa, a turma foi oficialmente batizada como "Turma Monte Castelo–Montese", em homenagem às duas batalhas mais emblemáticas da FEB na Itália.

Como vimos, o curso foi concluído por 270 alunos, sendo 219 das armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) e 51 do serviço de Intendência. A distribuição por época e posto foi a seguinte:

• 1ª época: 223 alunos (173 das armas e 50 da Intendência)

• 2ª época: 39 alunos das armas
• Época especial: 8 alunos (7 das armas e 1 da Intendência)

A distribuição dos alunos por postos foi a seguinte:

Como vimos, o curso foi concluído por 270 alunos, sendo 219 das armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) e 51 do serviço de Intendência. A distribuição por época e posto foi a seguinte:

Tabela 1 – Distribuição dos formandos por posto

Posto	Total de formandos das armas	Total de formandos do Serviço de Intendência	Total geral de formandos
Capitães	19		19
1º Tenentes	143	7	150
2º Tenentes	50	7	57
Aspirantes	7	37	44
Total	219	51	270

O Curso de Oficiais da Reserva (COR) não foi apenas uma solução administrativa para o aproveitamento dos ex-combatentes da FEB, mas sim uma decisão estratégica, moral e institucional que expressou o compromisso do Estado brasileiro com a justiça histórica e a valorização do mérito comprovado em combate. O curso funcionou como instrumento de reinserção social, de fortalecimento da reserva mobilizável e de consolidação da memória nacional.

O General Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra durante a campanha da FEB e assumiu a presidência da República em 1946, foi o principal responsável político por sua implementação. Já o Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB na Itália, foi um dos maiores entusiastas do projeto, tendo feito gestões decisivas para sua criação e sempre defendido o prestígio e o reconhecimento de seus subordinados. Muitos dos alunos enfrentaram desafios pessoais — como dificuldades escolares, traumas de guerra e preconceitos — e ainda assim perseveraram, tornando-se oficiais da ativa por vocação e mérito.

O curso funcionou como instrumento de reinserção social, de fortalecimento da reserva mobilizável e de consolidação da memória nacional. A Turma Monte Castelo–Montese, formada por esses homens, permanece como símbolo da ponte entre o sacrifício do campo de batalha e o compromisso permanente com a Pátria.

5. A TURMA MONTE CASTELO–MONTESE: PERFIL E LEGADO

5.1. Origem dos alunos: sargentos, CPOR, oficiais da reserva

A composição da turma refletiu a diversidade de trajetórias dos combatentes da FEB. Participaram do curso:

- Sargentos da ativa, muitos dos quais haviam demonstrado liderança e bravura em combate, sendo promovidos a aspirantes ao final do curso.
- Oficiais da reserva de 2ª linha, convocados durante a guerra, que mantiveram seus postos durante a formação.
- Ex-alunos dos CPORs, que haviam sido formados antes ou durante o conflito e se voluntariaram para o COR.

Esses grupos enfrentaram desafios distintos: dificuldades escolares, traumas de guerra, responsabilidades familiares e, em alguns casos, preconceitos institucionais. Ainda assim, perseveraram, movidos pela vocação revelada em campo de batalha e pelo desejo de servir à Pátria como oficiais de carreira.

5.2. Distribuição por arma e posto

A distribuição dos formandos do Curso de Oficiais da Reserva (COR) por arma e posto revela a diversidade funcional e a amplitude da valorização institucional promovida pelo Exército Brasileiro. A turma foi concluída por 270 alunos, aprovados em três momentos distintos: 1ª época (março de 1949), 2ª época (junho de 1949) e época especial (novembro de 1949). Nas Tabelas 2, 3 e 4 podemos observar a distribuição dos alunos pelas diversas armas e serviço de intendência, lembrando sempre que os Aspirantes a Oficial eram os Sargentos.

Tabela 2 – Distribuição por arma e posto - 1ª época (março de 1949)

Arma/Serviço	Capitães	1º Tenentes	2º Tenentes	Aspirantes	Total
Infantaria	9	70	19	2	100
Cavalaria	2	23	-	-	25
Artilharia	1	16	8	1	26
Engenharia	3	9	10	3	22
Intendência	-	7	7	36	50
Total geral	15	122	44	42	223

Tabela 3 – Distribuição por arma e posto - 2ª época (junho de 1949)

Arma/Serviço	Capitães	1º Tenentes	2º Tenentes	Aspirantes	Total
Infantaria	3	15	7	-	25
Cavalaria	-	6	3	-	9
Artilharia	-	2	2	1	5
Intendência	-	-	-	-	-
Total geral	3	23	12	1	39

Tabela 4 – Distribuição por arma e posto — Época especial (novembro de 1949)

Arma/Serviço	Capitães	1º Tenentes	2º Tenentes	Aspirantes	Total
Infantaria	1	4	-	-	5
Cavalaria	-	1	-	-	1
Artilharia	-	-	1	-	1
Intendência	-	-	-	1	1
Total geral	1	5	1	1	8

Esses dados revelam não apenas a amplitude da formação, mas também o esforço do Exército em aproveitar combatentes experientes em diferentes especialidades. A presença de capitães e tenentes em todas as armas demonstra que o COR não foi um curso de transição, mas sim uma via legítima de ascensão profissional, com impacto duradouro na estrutura das Forças Armadas. A relação nominal completa dos concludentes do COR se acha nos Anexos B, C e D.

5.3. Solenidade de formatura e repercussão pública

Como já vimos, a cerimônia foi amplamente divulgada pela imprensa, que destacou o caráter simbólico da formatura e a denominação oficial da turma como "Turma Monte Castelo–Montese", em homenagem às duas batalhas mais emblemáticas da FEB na Itália.

Figura 2 – Entrega de espadas aos novos oficiais de carreira pelo paraninfos



(VIDA DOMÉSTICA, 1949, página 21)

O evento representou não apenas o encerramento de um ciclo de formação, mas também a consagração pública dos ex-combatentes como oficiais da ativa, legitimando sua trajetória e consolidando sua inserção institucional.

Figura 3 – Desfile dos Formandos, em continência ao Exmo. Sr. Presidente da República.



(VIDA DOMÉSTICA, 1949, página 20)

5.4. Perfis individuais e trajetórias marcantes

A riqueza humana e institucional da Turma Monte Castelo–Montese se revela em histórias singulares que transcendem o aspecto técnico da formação militar. Esses relatos ilustram não apenas o impacto do Curso de Oficiais da Reserva (COR) na vida dos egressos, mas também sua contribuição duradoura para o Exército Brasileiro e para a sociedade.

Um dos formandos mais conhecidos da Turma Monte Castelo-Montese é o conhecido Tenente-Coronel Nestor da Silva (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – O Tenente-Coronel Nestor, por ocasião das comemorações do seu 108º aniversário



(Foto de família)

Ele iniciou sua participação na FEB como 2º Sargento do 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, não tendo realizado o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva.

Entretando, em reconhecimento pelos seus atributos demonstrados nos campos de batalha, às 23 horas do dia 14 de abril de 1945, por ocasião do ataque a Montese, principal e mais sangrento combate urbano da Força Expedicionária Brasileira, o 2º Sargento Nestor recebeu telefonema do seu comandante de Batalhão, Major Lisboa, informando que o General Mascarenhas de Moraes gostaria de falar com ele.

Após identificar-se, ouviu do comandante da FEB as seguintes palavras: "Sargento Nestor, eu acabo de assinar a sua promoção de segundo-sargento a segundo-tenente. Honre essas estrelas como você honrou as suas divisas. Muito obrigado. Prossiga!"

Figura 5 – Então 2º Tenente Nestor, após sua promoção por bravura



(Foto de família)

Um outro herói que chegou a frequentar o COR foi o famoso Tenente Apollo Miguel Rezk, considerado o oficial brasileiro mais condecorado em combate na FEB. Tendo integrado o Regimento Sampaio, o então Tenente Apollo destacou-se nas batalhas de Monte Castello e La Serra. Por sua bravura e destacada atuação nos campos de batalha da Itália recebeu todas as condecoração por bravura do Exército Brasileiro (Cruz de Combate de 1ª Classe, Sangue do Brasil) e dos Estados Unidos (Silver Star e Cruz de Serviço Distinto).

Figura 6 - Então Tenente Apollo, por ocasião do recebimento da Medalha Silver Star das mãos do General Truscott, Comandante do VI Corpo



(Fonte: Conselho Nacional de Oficiais da Reserva[4])

Numa entrevista concedida para o Projeto Memória Militar, ainda no ano de 1975, ele assim descreveu sua experiência no COR: "Eu fiquei no Regimento Sampaio após o retorno da Itália até criarem o COR. Aí me matriculei no COR, onde conclui o 1º período, vamos dizer, a base. Era o Período básico. Mas então decidi solicitar desligamento do COR em razão da incerteza de não poder ser promovido durante o curso e como os companheiros da minha turma haviam sido todos promovidos, e eu não poderia ser promovido até terminar o curso. Pelas normas de então, somente depois de todos os companheiros da Escola Militar serem promovidos a capitães, eu teria acesso ao posto de capitão. Isso ia dar, mais ou menos, um período, um lapso de tempo de 10 anos para que eu fosse promovido a capitão. Então resolvi pedir desligamento do COR e cuidar da minha promoção a capitão, o que consegui por intermédio de um requerimento que fiz ao Gabinete do Ministro, ao Ministro da Guerra. Depois do meu desligamento do COR, fui servir no Batalhão de Guardas. Terminei minha vida castrense na 5ª Região Militar, no posto de Major".

Outro integrante da Turma Monte Castelo – Montese foi o Coronel Carlos Augusto de Oliveira Lima. Natural da cidade do Rio de Janeiro, ingressou no Exército em 16 de abril de 1938. Foi formado pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, na turma de 1941. Antes da guerra, foi subalterno do 2º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Na FEB, foi Comandante de Pelotão da 1ª Companhia de Fuzileiros, do I Batalhão/1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio). Recebeu as seguintes medalhas e condecorações por sua participação na Segunda Guerra Mundial: Cruz de Combate de 1a Classe, por ato de bravura individual; Medalha de Campanha; e Medalha de Guerra. O então Tenente Carlos Augusto de Oliveira Lima foi um dos primeiro a atingir o topo do Monte Castelo, no ataque final. Depois da guerra requereu a matrícula no COR. Seguiu carreira, tendo cursado

4 4 https://cnor.org.br/wp/2019/02/09/data-magna-do-conselho-nacional-de-oficiais-da-reserva/

a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foi promovido ao posto de Coronel, em 30 de abril de 1975. Após a guerra, desempenhou funções que revelam o seu prestígio no âmbito do Exército Brasileiro e o reconhecimento de seu valor profissional: Assistente do Marechal Mascarenhas de Morais; Ajudante-de-ordem do Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, General Antônio José Coelho dos Reis; e Assistente do General Syzeno Sarmento, Ministro do STM (MOTTA, 2001). Um monumento em sua homenagem foi construído na antiga sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, atual, Museu Militar Conde de Linhares (Figura 7).

Figura 7 – Monumento em homenagem ao Coronel Carlos Augusto de Oliveria Lima



(Fonte: arquivo pessoal do Tenente R2 Israel Blajberg)

Dentre os formandos da Turma Monte Castelo-Montese, e cuja vida militar foi objeto de grande reconhecimento do Exército Brasileiro, destaca-se o 2º Sargento Tadeu Cerski (Figura 8).

Figura 8 – 2º Sargento Tadeu Cerski, durante a sua passagem pela FEB



(Fonte: Museu da EASA)

O então Sargento Tadeu foi promovido ao posto de 2º Tenente por bravura em combate durante a 2ª Guerra Mundial, e na sua vida militar chegou ao posto de Tenente-Coronel, graças ao reconhecimento do Exército Brasileiro por meio de sua matrícula no COR. No dia 22 de novembro de 2022 foi eternizado pela Força Terrestre ao emprestar o seu nome à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), sediada em Cruz Alta - RS, que passou a ser designada com o nome histórico de "ESCOLA SEGUNDO-SARGENTO TADEU CERSKI".

Tadeu Cerski nasceu no município de Getúlio Vargas, RS, em 28 fevereiro de 1921. Ele incorporou-se ao 3º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria em Passo Fundo, RS, em maio de 1940. Naquele mesmo ano foi promovido a cabo e em outubro de 1941 a 3º sargento. Com os rumores da participação do Brasil na Segunda Grande Guerra, partiu para o Rio de Janeiro e cursou a Escola de Motomecanização, sendo movimentado para o 2º Batalhão de Carros de Combate, nesta mesma cidade, por término de curso. Em abril de 1943, foi promovido a 2º sargento. Ainda em 1943, frequentou o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos (CRAS), no CPOR de Recife. Concluído o Curso de Aperfeiçoamento, foi designado para servir no 15º Regimento de Infantaria de João Pessoa e, logo depois, movimentado para o Depósito de Recompletamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em 22 de setembro de 1944, já como integrante do 1º Regimento de Infantaria, Regimento Sampaio, partiu para a guerra na Itália. Desde sua chegada ao Teatro de Operações, o então 2º sargento Tadeu viu-se empenhado em inúmeras ações de combate. O seu Comandante de Batalhão elogiou-o "pela abnegação e heroísmo que demonstrou no ataque a Monte Castelo" (12 de dezembro de 1944). Foi comissionado 2º Tenente, de acordo com a autorização do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, "por ter se distinguido de modo excepcional nas ações de combate, revelando elevada capacidade de comando". Dessa feita, ele ganhou o mérito, por bravura, de assumir o comando de um Pelotão de Fuzileiros da 7ª Companhia do III Batalhão do 1º Regimento de Infantaria, ainda nos campos de batalha da Itália. Finda a guerra, fez o Curso de Oficiais da Reserva (COR) e ingressou no Quadro de Oficiais da Ativa do Exército.

Por seu desempenho na FEB, foi condecorado com a Cruz de Combate de 2ª Classe, Medalha de Campanha e Medalha de Guerra. Com o fim da 2ª Grande Guerra, o então 2º Ten Tadeu serviu no 8º Regimento de Infantaria, sediada em Cruz Alta – RS. No ano de 1949, o 8º Regimento de Infantaria (8º RI) teve a mudança de sua denominação para 17º Regimento de Infantaria (17º RI), unidades em cujas instalações funciona atualmente a EASA, que hoje possui uma denominação histórica em sua homenagem (Figura 9).

De 25 de outubro de 1945 até 30 de novembro de 1964, Tadeu Cerski serviu unicamente em Cruz Alta – RS, nas instalações que hoje abrigam o aquartelamento da EASA, fazendo parte dos antigos 8º RI e 17º RI, até que passou para a reserva remunerada. No período ele foi promovido ao posto de 1º Tenente a 25 de junho de 1951, ao posto de Capitão em 25 de junho de 1954, a Major em 25 de abril de 1964 e a Tenente-Coronel a 30 de novembro de 1964.

Muitos formandos do COR deixaram um legado que ultrapassou sua atuação direta no Exército. Seus filhos e filhas, inspirados pelo exemplo de seus pais, segui-

ram a carreira militar, perpetuando os valores de patriotismo, disciplina e vocação revelados em combate.

A criação do COR, em 1946, para os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi mais do que uma medida administrativa. Representou uma decisão política e moral de profundo simbolismo, que conciliou justiça histórica, aproveitamento estratégico e reintegração social.

Essas trajetórias revelam que o COR não foi apenas um curso de formação técnica, mas uma ponte entre o sacrifício vivido nos campos de batalha e o compromisso permanente com a Pátria. Consolidaram-se como exemplos de vocação militar, cidadania ativa e memória viva da FEB.

Figura 9 – Espaço dedicado à memória do 2º Sargento Tadeu Cerski na Escola de Sargentos das Armas



(Fonte: Museu da EASA)

6. OS IDEALIZADORES

A criação do Curso de Oficiais da Reserva (COR) foi resultado da visão estratégica e do compromisso institucional de líderes militares que compreenderam a importância de valorizar os combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Entre esses atores, destacam-se o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e o General Eurico Gaspar Dutra, cujas trajetórias convergiram para consolidar o COR como política de Estado voltada à profissionalização e à reinserção dos pracinhas.

6.1. O papel do Marechal Mascarenhas de Moraes

Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB na campanha da Itália, tornou-se no pós-guerra o principal defensor da memória dos pracinhas e da valorização de seus feitos. Sua atuação transcendeu o campo militar, alcançando dimensões simbólicas e políticas que marcaram profundamente a história das Forças Armadas brasileiras.

Participou ativamente de comissões e eventos comemorativos, escreveu obras como A FEB pelo seu comandante, e liderou iniciativas como o traslado dos mortos da FEB da Itália para o Brasil, culminando na criação do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. Sua promoção ao

posto de Marechal, em 1966, por mérito excepcional, representou o reconhecimento máximo do Estado brasileiro à sua liderança e legado.

Mascarenhas foi também um dos maiores entusiastas do COR, atuando diretamente em sua criação e defendendo a formação de uma reserva militar organizada, inspirada nos valore

6.2. O papel do General Eurico Gaspar Dutra

Já o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante a Segunda Guerra Mundial e Presidente da República entre 1946 e 1951, desempenhou papel decisivo na institucionalização do legado da FEB. Como Ministro, garantiu o aparato logístico e administrativo da força expedicionária, preservando sua disciplina e evitando que se tornasse uma força autônoma com influência política. Como Presidente, promoveu políticas de reconhecimento aos ex-combatentes, incentivou homenagens públicas e criou dispositivos legais que asseguraram estabilidade funcional, prioridade em concursos públicos e pensionamentos especiais para os veteranos.

Sua gestão consolidou o COR como expressão concreta da valorização dos pracinhas, reafirmando o compromisso do Brasil com a justiça histórica e com a profissionalização dos que haviam servido em combate.

6.3. A Visão Institucional

A atuação de Mascarenhas e Dutra revela que a criação do COR foi fruto de uma visão institucional madura, que soube reconhecer o valor dos combatentes da FEB e transformá-lo em política pública de longo alcance. Ao integrar experiência de guerra, vocação militar e compromisso com a modernização das Forças Armadas, o COR tornou-se um elo entre o passado heroico da FEB e o futuro profissional do Exército Brasileiro. Sua implementação não apenas respondeu às demandas do pós-guerra, mas também lançou bases para uma reserva militar sólida, cidadã e estrategicamente preparada.

7. O LEGADO HUMANO E INSTITUCIONAL DO COR

7.1. Reinserção social e valorização dos combatentes

A criação do Curso de Oficiais da Reserva (COR), em 1946, representou um gesto concreto de reconhecimento aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), oferecendo-lhes não apenas uma via de profissionalização, mas também uma reinserção digna na estrutura das Forças Armadas. A medida, determinada pelo Aviso nº 407 e regulamentada pela Portaria nº 9.269, ambos assinados já sob

o governo do General Eurico Gaspar Dutra, valorizava a experiência de guerra dos pracinhas, sargentos e cabos que haviam demonstrado coragem, disciplina e espírito de corpo no front italiano. A seleção dos candidatos priorizou aqueles que se destacaram em combate e manifestaram interesse em permanecer vinculados ao Exército, mesmo que na condição de oficiais da reserva.

7.2. Fortalecimento da reserva mobilizável

Mais do que uma resposta imediata ao contexto pós-guerra, o COR consolidou-se como instrumento estratégico para o fortalecimento da reserva mobilizável do Exército Brasileiro. Inspirado na experiência da FEB, o curso formou centenas de jovens com sólida instrução militar, muitos dos quais passaram a ocupar posições de destaque na administração pública, nas empresas e na sociedade civil. Essa formação contribuiu para a difusão dos valores da hierarquia, disciplina e patriotismo, reforçando o vínculo entre sociedade e Forças Armadas. O oficial da reserva tornou-se peça-chave na doutrina de mobilização nacional, e o COR passou a integrar a estratégia de defesa com participação cidadã, sendo útil inclusive em operações subsidiárias como apoio à defesa civil, campanhas sanitárias e emergências logísticas.

O êxito do COR impulsionou a criação e expansão dos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR e NPOR), que mantêm até hoje a tradição iniciada no pós-guerra. Esses centros formam jovens que, mesmo não seguindo carreira militar, permanecem à disposição do Exército e do país, fortalecendo a capilaridade e a prontidão da força de defesa nacional.

7.3. Contribuições dos egressos para o Exército e a sociedade

Os oficiais da reserva formados pelo COR passaram a integrar o contingente estratégico do Exército, participando de exercícios de mobilização, manobras regionais e operações subsidiárias. Ao retornarem à vida civil, levaram consigo os valores fundamentais das Forças Armadas — disciplina, espírito de corpo, hierarquia, responsabilidade e patriotismo — que influenciaram positivamente diversos setores da sociedade.

Muitos egressos tornaram-se administradores públicos, engenheiros, professores, médicos, empresários e líderes comunitários. A formação recebida no COR proporcionava habilidades práticas e organizacionais que foram aplicadas com sucesso em suas carreiras civis. Além disso, participaram da criação de colégios, associações cívicas, clubes de serviço e iniciativas comunitárias voltadas à educação patriótica e à formação moral da juventude.

Durante momentos críticos da história nacional, como campanhas de vacinação, calamidades naturais e crises sanitárias, os oficiais R/2 se apresentaram voluntariamente ou foram convocados para auxiliar nas ações coordenadas pelo Exército, especialmente em regiões do interior. Muitos desses egressos, por serem também ex-combatentes da FEB, tornaram-se guardiões da memória da Segunda

Guerra Mundial, atuando em associações de veteranos, cerimônias cívico-mi-

litares e projetos educativos voltados à preservação da história.

O legado do COR, portanto, transcende sua origem como reconhecimento aos pracinhas. Ele consolidou-se como pilar da reserva mobilizável e como instrumento de formação cidadã, contribuindo para a soberania, a segurança e o progresso do Brasil. Os oficiais da Turma Monte Castelo–Montese formaram uma elite cívico-militar comprometida com a Pátria, cuja atuação continua a inspirar novas gerações.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Oficiais da Reserva (COR), criado em 1946, emerge como uma das mais expressivas iniciativas do Estado brasileiro no período pós-Segunda Guerra Mundial. Fruto direto do Decreto-Lei nº 8.159/1945, sua implementação representou não apenas uma resposta administrativa ao retorno dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas sobretudo uma decisão política e moral de profundo alcance histórico.

Ao institucionalizar a experiência dos pracinhas, o COR promoveu a reinserção social e profissional de homens que haviam revelado vocação, liderança e coragem em campo de batalha. Mais do que formar oficiais de carreira, o curso consolidou o reconhecimento cívico-militar da Nação a um grupo de jovens profundamente comprometidos com os valores da Pátria, cuja atuação transcendeu aos limites do Exército e irradiou-se pela sociedade brasileira.

O legado do COR é múltiplo: fortaleceu a reserva mobilizável, contribuiu para a modernização doutrinária das Forças Armadas, difundiu valores éticos e patrióticos na vida civil e preservou a memória da FEB como patrimônio nacional. Seus egressos tornaram-se protagonistas em diversas áreas, mantendo viva a chama do civismo e da vocação militar revelada em combate.

Neste ano de 2025, ao se completarem 80 anos do Decreto-Lei nº 8.159, este artigo busca não apenas celebrar uma data, mas resgatar o significado profundo de uma política que soube reconhecer o mérito, a coragem e o sacrifício daqueles que serviram o Brasil em sua hora mais difícil. O COR permanece como símbolo da ponte entre o heroísmo da guerra e o compromisso permanente com a paz, a ordem e o progresso nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945. Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo do Exército, de oficiais subalternos da reserva convocados e de praças, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 17209, 8 nov. 1945. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8159-3-novembro-1945-416336-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 jul. 2025.

CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 2 maio 1949, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Curso%20de%20Oficiais%20da%20Reserva%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27318. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERRAZ, Francisco César Alves. A Força Expedicionária Brasileira e a Política Militar no Pós-Guerra. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 172, n. 438, p. 47–72, jan./jun. 2011.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7304/1/Historia-Oral_Exercito_II-Guerra-Mundial-Tomo-2.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, Dennison de. A Formação da Oficialidade da FEB: Doutrina Militar e Política Externa Brasileira (1935–1945). Curitiba: Editora UFPR, 1998.

VIDA DOMÉSTICA. Justo Prêmio aos que honraram as armas do Brasil. Rio de Janeiro, jun. 1949, p. 20-21. Disponível em: https://hemerotecadigital.bn.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2025.

VILELA, Túlio. A Cobra Fumou: A História da Força Expedicionária Brasileira. São Paulo: Contexto, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO BOLETIM INTERNO NR. 95, DE 27 DE ABRIL DE 1946 "INSTRUÇÃO PARA O CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA"

QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
CAPITAL FEDERAL
27 DE ABRIL DE 1946

DIRETORIA DE ENSINO

BOLETIM INTERNO NR 95

Publico, de ordem do excelentíssimo senhor ministro, para a devida execução, o seguinte:

Instruções para o Curso de Oficiais da Reserva (COR) - Portaria Nr 9269.

O ministro de estado da guerra resolve aprovar as instruções que com esta baixam, para o funcionamento do curso de oficiais da reserva:
I - O Aviso Nr. 407, de 3 de março, Publicado no diário oficial de 2 de abril, tudo de 1946, a fim de dar cumprimento ao decreto-lei Nr. 8159, de 3 de novembro de 1945, cria o curso de oficiais da reserva anexo ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro.

II - Destina-se o Curso de Oficiais da Reserva, ora criado, a habilitar os oficiais da reserva (R/1 e R/2) e os sargentos que compuseram a Força Expedicionária Brasileira, abrangidos por todos os dispositivos do citado Decreto-Lei Nr. 8159, ao ingresso definitivo nos quadros do exército ativo após a conclusão do respectivo curso.

III- O curso reger-se-á pelo Regulamento da Escola Militar de Resende, Em tudo o que lhe for aplicável, com as modificações constantes destas instruções.

IV - Constará o curso de 4 períodos, tendo cada um a duração de 6 meses de aulas. Um período inicial de 6 meses será destinado à revisão das matérias do curso secundário mais essenciais ao curso propriamente dito da escola militar. Os demais períodos corresponderam aos anos do curso da escola militar.

V - No período de revisão serão estudadas as seguintes matérias:
- Aritmética;

- Álgebra;
- Geometria e Trigonometria;
- Desenho Geométrico e Projetivo;
- Física e Química.

Os programas desse período serão organizados pela diretoria de ensino do exército e os professores serão escolhidos, de preferência, entre os professores do Colégio Militar.

Durante o período de revisão não haverá instrução prática a fim de que os alunos dediquem todo o seu tempo aos estudos das matérias teóricas indispensáveis a um bom êxito nos demais períodos do curso.

VI - As férias dos 3 períodos seguintes corresponderam às dos 3 anos do curso da escola militar com as seguintes alterações:
a) Supressão de Descritiva do 1º ano;
b) Supressão de equitação do 1º ano;
c) Supressão de esgrima de florete e espada em todos os anos.

VII - Entre os diferentes períodos do curso haverá 2 meses de intervalo destinados a exames e férias. Findo o último período haverá um mês destinado aos exames.

VIII - Ao terminar o período de revisão haverá exames. Não será concedido ano de tolerância. Os alunos reprovados em segunda época serão desligados por falta de aproveitamento, sendo entretanto, permitido passar de ano dependendo de uma matéria do ensino teórico.

IX - A direção do curso de oficiais da reserva caberá ao comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio, que terá como auxiliares diretos um tenente-coronel com o Curso de Estado-Maior e um Capitão Adjunto. Administrativa e disciplinarmente o Curso de Oficiais da Reserva dependerá do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio, cujo quadro de pessoal será reforçado com:
1 Tenente-coronel com o Curso de Estado-Maior; 1 Capitão adjunto; 1 Capitão Intendente do Exército, Tesoureiro; 1 Capitão ou 1º Tenente Médico; 1 escriturário; 2 datilógrafos; 2 serventes.
Se os períodos do curso propriamente dito prosseguirem no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio e não em outro local a designar, os meios propostos pela primeira região militar serão completados oportunamente.

X - O início do período de revisão do Curso de Oficiais da Reserva será no dia 2 de maio do corrente ano.

XI - No que se refere ao ensino, o Curso de Oficiais da Reserva dependerá diretamente da Diretoria de Ensino do Exército.

ANEXO B – CONCLUDENTES DO COR – ARMA DE INFANTARIA

INFANTARIA
APROVADOS EM 1ª ÉPOCA

Capitães:
Adão Hernandez;
Álvaro A. de Miranda filho;
Almenor Pereira Guimarães;
Antônio Pedroso Vergueiro;
Cássio Abranches Viotti;
Dario Gomes de Araújo;
Pedro Victor de Carvalho Filho;
Pedro Prado Perez;
Ruy de Oliveira Fonseca.

1º Tenentes:
Abílio Henriques M. de Freitas;
Afonso Lacava;
Alcye Paes Leonardo Pereira;
Aloysio de Almeida;
Alexandre B. B. de Melo;
Aloysio Madeira Évora;
Amilton dos Santos Silva;
Antonio Moreira Cardoso;
Antonio Andrade Coti;
Armando Amaral Paes;
Ary Ribeiro;
Ayrton Gomes Pereira Leitão;
Boris Munimis;
Benedito Rodrigues;
Carlos Augusto de O. Lima;
Celso Rosa;
David da Silva Almeida;
Deocleciano Sepúlveda;
Deraldo Vieira do Nascimento;
Domício de Campos Filho;
Ebert José de Seixas Duarte;
Eduardo Assad;
Ernesto Guilherme Hagemeyer;
Eugênio de Luna Pedrosa;
Expedito Ribeiro de Resende;
Floriano Martins Gonçalves;
Fernando Pereira Martins;
Flarys Guedes H. de Araújo;
Guilherme Pereira de Melo;
Gilson Vargas de Souza;
Gustavo Gross;
Hugo Xavier Pinto Homem;
Humberto Crispim Borges;
Hélio Regua Barcelos
Hélios Appel Kern;
Haroldo Norat Guimarães;
Iran de Jesus Loureiro;
Ithamar do Ypiranga Barbuda;
Ivan José Wightman;
Jorge Wady M. Nazar Safady;
José Digiácomo;
José Gomes Barreto;
José Tavares Machado;
João José Pinheiro Veiga;
José A. de F. Cerqueira Lima;
José de Medeiros Mitchell;
Jalbo Rodrigues F. Barbosa;
João Pereira do Nascimento;
Jesus Rezende de Castro;
Kleber Gomes Ferreira;
Kleber Garcia de Lacerda;
Kleber Ribeiro;
Luiz Bayardo da Silva;
Luiz Cavalcanti P. Castanha;
Mário José Bastos Cortes;
Mauro dos Santos Braga;
Manoel Almeida Rebelo;
Milton de Matos Gaspar;
Mário Tortura;
Murilo Pinto Pereira da Luz;
Nicolau de Carvalho;
Oswaldo Sampaio;
Roberto Tavares Machado;
Ricardo Fernandes;
Roberto de Castro;
Sady Dias Pacheco;
Sérgio Gomes Pereira;

Silio Vaz;
Walter de Souza Mendonça;
Walter Jorge Leite.

2º Tenentes:
Antonio de Freitas Jauah;
Auderico Ferreira da Silva;
Carlos Augusto Teixeira;
Edegar Neves Lopes Lima;
Eugênio Martins Ramos;
Fernando Barbosa Dias;
Isanor Araújo Oliveira;
Joel Lopes Vieira;
José Miguel;
Josetti Maria de Souza;
Luiz Perine;
Menalca Aleixo de M. Ramos;
Oswaldo Alves Cruz;
Orlando dos Santos Reis;
Paulo Nogueira de Melo;
Tadeu Cerski;
Vicente Ivan de Paula;
Waldyr Gameiro Alvares;
Wilson Machado.

Aspirante-a-Oficial:
José Raposo;
Manoel Ventura Pinto;

APROVADOS EM 2ª ÉPOCA

Capitães:
Luiz Augusto Teixeira Mendonha;
José Maria Antunes Silva;
Miguel Cirne;

1º Tenentes:
Armindo Spelzon;
Arthur Lemos Gomes de Souza;
Carlos Pinto da Silva;
Fernando Bezerra dos Santos;
Hélcio de Souza Cypriano;
José Guilherme de Siqueira Cardoso;
José de Lima Barreto;
José Pereira Campos;
Luiz Salgado Goes;
Newton de Paulo;
Oscar Ribeiro Fontes Lima;
Paulo Machado Lacerda;
Sady Martinho Severien;
Teófilo Benedito Otoni;
Umberto Nicolau Sica;

2º Tenentes:
Alciomar de Araújo Melo;
Carica Fernando Pereira Balthazar;
Fernando Albuquerque Menezes;
José do Nascimento Leal;
Lúcio Marçal Ferreira;
Nestor da Silva;
Vicente Guarino Junior;

APROVADOS EM ÉPOCA ESPECIAL

Capitão:
Djalma Correia de Paula Machado;

1º Tenentes:
Arlindo Salatiel;
Eury Frades de Magalhães;
José Felix;
Paulo de Moraes Sarmento.

ANEXO C – CONCLUDENTES DO COR – ARMAS DE CAVALARIA E ARTILHARIA

CAVALARIA

Aprovados em 1ª Época
Capitães:
Joaquim Clemente da Silva;
José Sabino Maciel Monteiro;
1º Tenentes:
Adalgiso Nogueira de Castro;
Alex Vianna Hofke;
Arthur Oscar de Freitas;
Bruno Piovesan;
Ernesto Bandeira de Luna;
Francisco L. Corrêa Machado;
Gabriel A. Botafogo Ribeiro;
Geraldo Majella M. Bernardes;
Glaycon Bráulio dos Santos;
Harry Arthulie Lowndes;
Hélio Alvim Rezende Chaves;
Heitor C. Ferraz do A. Pimenta;
Hugo Machado II;
José Segundo P. da Cunha;
José A. Lobo de R. Costa;
José E. de Castro P. Soares;
Lauro Teixeira Ervilha;
Ledo Nascimento;
Luiz Pereira Bruce;
Osmar Correia de Azambuja;
Oscar Carlos Einloft;
Paulo Dionísio Porto Tinocos;
Tograma Franco Cordeiro;
Aprovados em 2ª Época
1º Tenentes:
Adhemar Pinto da Silva;
Isaías Duarte;
Jamil Jorge Sobrinho;
João Luiz Amado Noronha;
Paulo Saldanha Goulart;
Rômulo Leite Bocanera;
2º Tenentes:
Aloisio Borges Barbosa;
Carlos Alberto Nascimento;
José Maurício Inglês de Souza.
Aprovado em Época Especial
1º Tenentes:
Pedro Naldo Paracampo.

ARTILHARIA

Aprovados em 1ª Época
Capitão:
René Coulaud;
1º Tenentes:
Alfredo Virgílio Nicolau;
Antonio Carvalho da Silva;
Carlos José Tuttman;
Cid Ricardo Corrêa Salgado;
Diógenes Vieira da Silva;
Ernani Pierre;
Jayme Jakubovicz;
José F. Pombo do Amaral;
Manoel Leão Filho;
Mário Rafael Vanutelli;
Orlando Rafael Viegas Lauro;
Paulo Nelson Ehlers;
Rogério Lobo Filho;
Walter Santa Eufêmia Bianchi;
Walter Santiago;
Wilson Lavra de Magalhães;
2º Tenentes:
Benedito Ribeiro de Brito;
Henrique Correia Júnior;
Jorge Augusto Novis;
Lúcio Leite de Oliveira;
O'Reilly de Andrade;
Philinto José Braga Coelho;
Renato de Souza Rangel;
Ruy de Azevedo N. Machado;
Aspirante-a-Oficial:
Alfredo Paula Madureira;
Aprovados em 2ª Época
1º Tenentes:
Hélio Jacy Gouveia Schrieffer;
Ney Carvalho Rauen;
2º Tenentes:
Alfredo Tavares;
Horácio Maciel Filho;
Aspirante-a-Oficial:
Tolstoi Teixeira Campos.
Aprovado em Época Especial
2º Tenente:
Darci da Gama Saião Lobato.

ANEXO D – CONCLUDENTES DO COR – ARMA DE ENGENHARIA E SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

ENGENHARIA
Aprovados em 1ª Época
Capitães:
Amphilophio V. de Carvalho;
Justino Vieira;
Walter Hart;
1º Tenentes:
Asdrubal Moreira Pelon;
Edú Vargas;
Haroldo Gonçalves Moutinho;
Jackson Pitombo Cavalcanti;
Moacyr Pinto Coelho;
Solon José de A. Maranhão;
2º Tenentes:
Cleber Bonecker;
Francisco J. Rodrigues Neto;
Gerson de Araújo Góes;
Gesner José Ferreira;
Cyl Mirilli;
Hélio Pederneiras Taulois;
Isaac Clermn;
Luiz C. Corrêa G. da Cunha;
Roberval Brown Rojas;
Sebastião Kalfeld;
Aspirantes-a-Oficial:
Arthur Amorim;
Darino Castro Rebelo;
Jefferson Bastos;

INTENDÊNCIA
Aprovados em 1ª Época
1º Tenentes:
Emanoel Coutinho Lopes;
Hélio Faria de Medeiros;
Horácio Pinto Martins;
Marino Oberlander;
Paulo Guimarães;
Silvio Prebst Torres;
Waldemiro Corrêa;
2º Tenentes:
Abner Rodrigues Batista;
Caetano Ramos Barbosa;
Elias Antonio Mokarsel;
Guilhermino Meirelles Filho;
Osmar de Oliveira Ferreira;
Paulo José da Silva;
Roque Jares;
Aspirantes-a-Oficial:
Antonio Emilio de Oliveira;
Aristarcho de Barros Lováglio;
Adalberto Rodrigues Torres;
Álvaro de Araújo Filho;
Carlos Rufino Rabelo;
Flaviano Batista de Oliveira;
Guilherme Thielmann;
Hamilton Dantas Minchetti;
Ivan Campos dos Santos;
Ilzo Corsini Cabral;
Júlio Rodrigues Viana Filho;
Jason R. de Albuquerque;
José de Araújo Silva;
Josias Freire de Lima;
Jair de Rezende Maia;
Lenine José Avi;
Lourenço de Oliveira;
Luiz Emílio José;
Leônidas Soares Tiriba;
Leonel Mendes Santiago;
Manoel Costa;
Manoel Ramos Brasil;
Milson Sabino de Oliveira;
Newton Barbadela;
Neuse Tavares de Oliveira;
Orlando Gomes Doques;
Orlindo Martins;
Osni Folloni;
Oswaldo Ribeiro da Silva;
Paulo Brunow;
Paulo Braz;
Raimundo D. Oriente Genú;
Vitor José Doca;
Wilson Jacques Pibernat;
Wanderson Tibiriça Franco;
Walter Luciano da Silva;

Aprovado em Época Especial
Aspirante-a-Oficial:
Lécio Vitor do Espírito Santo.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO – A ESCOLA DO MÉTODO

Hiram de Freitas Câmara[1]
Carlos Roberto Peres[2]

Homenagem Póstuma ao Coronel Iram de Freitas Câmara, antigo Confrade da AHIMTB e coautor da obra, falecido em 2024.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade realizar uma retrospectiva histórica da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no ano em que ela completa 120 anos de existência e da sua atividade principal que é a formação de oficiais de Estado-Maior para o Exército Brasileiro. Para apresentar adequadamente a ECEME, a "Escola do Método" o artigo foi subdividido em partes. Assim, após a introdução foram apresentados os principais aspectos que conformam a organização da escola e do ensino que nela é realizado: as origens dos Estados-Maiores; a criação da escola; as suas cinco casas; a missão; os comandantes; as influências internacionais; a evolução do pensamento, da doutrina e do ensino militar; e a conclusão. O artigo busca mostrar que o ensino na ECEME caracteriza-se pela construção e aperfeiçoamento de uma metodologia eficaz de aplicação do processo de tomada de decisões no campo militar. O método – desenvolvido a partir da experiência de centros militares mais avan-

1 Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
2 Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

çados e de sua própria vivência profissional – constituiu-se no principal instrumento de evolução e de fortalecimento das condições de desempenho dos oficiais de estado-maior que passaram, como estagiários ou alunos, por uma de suas cinco "casas".

Palavras-chave: ECEME. Estado-Maior. Ensino. Doutrina Militar.

ABSTRACT

The purpose of this work is to carry out a historical retrospective of the Army Command and General Staff School, in the year it celebrates its 120th anniversary, and its main activity, which is the training of General Staff officers for the Brazilian Army. In order to adequately present ECEME, the "School do Method", the article was subdivided into parts. Thus, after the introduction, the main aspects that shape the organization of the school and the teaching carried out in it were presented: the origins of the General Staff; the creation of the school; its five houses; the mission; the commanders; international influences; the evolution of military thought, doctrine and teaching; and the conclusion. The article seeks to show that teaching at ECEME is characterized by the construction and improvement of an effective methodology for applying the decision-making process in the military field. The method – developed based on the experience of more advanced military centers and their own professional experience – constituted the main instrument for the evolution and strengthening of the performance conditions of general staff officers who, as interns or students, went through one of its five "houses".

Keywords: ECEME. General Staff. Teaching. Military Doctrine.

INTRODUÇÃO

Quem chega à Praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha, no bairro histórico em que nasceu a cidade do Rio de Janeiro, logo se depara com o majestoso Pão de Açúcar. Um desenho que se completa com o Morro da Urca. Junto ao sopé da vertente sudoeste desse conjunto topográfico, observam-se dois prédios. Neles, está localizada a centenária Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Dois soldados moldados em bronze guardam sua entrada. Quando a ECEME, em 1940, abriu as portas da sua atual sede, os soldados de bronze "assumiram" seus atuais "postos de sentinela", como verdadeiros "guardiões do saber".

O ambiente em que se localiza tem sido um símbolo de evolução, de grande valor para o Brasil e para o Exército.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é o instituto de mais elevado nível de estudos militares de pós-graduação e centro de excelência do desenvolvimento doutrinário militar do Exército Brasileiro.

Na atualidade, nesse ambiente de estudo, reflexão e trabalho, a Escola recebe

anualmente um contingente médio de uma centena de oficiais voluntários, selecionados em concurso, pelo mérito próprio, desde sua criação, e que irão compor o Quadro de Oficiais de Estado-Maior das Armas, Serviços de Intendência e de Saúde e Quadros de Material Bélico e de Engenheiros Militares.

A sua trajetória, voltada para atingir uma doutrina militar para o Exército Brasileiro, está demarcada por quatro fases: a alemã, a francesa, a norte-americana e a da construção da doutrina autóctone, adaptada aos ambientes do território nacional.

Assim, todos os que viveram a Escola, inspirando-se para ideias novas, saberão manter-se "em luta contra a estagnação, a rigidez das fórmulas e dos dogmas", expressando o seu verdadeiro amor pelo Exército, pelas causas nacionais e pelo desenvolvimento do Brasil em harmonia com as nações amigas.

ORIGENS DOS ESTADOS-MAIORES

A criação, a organização e a aplicação de estados-maiores em ambientes de guerra ou de paz, no século XIX, representaram uma evolução da capacidade de comando, coordenação e controle das forças armadas, em todo o globo.

Os novos engenhos bélicos criados pela ciência e pela tecnologia, desde a primeira Revolução Industrial, obrigaram à dispersão dos meios militares no campo de batalha. Os conflitos foram se tornando mais complexos e os comandantes, em contrapartida, perceberam ser incapazes de planejar, coordenar e controlar todas as ações sem uma competente assessoria. Os estados-maiores surgiram como resposta a essas novas exigências de planejamento.

Por meio de sua aplicação, os comandantes passaram a contar com um instrumento para o planejamento prévio e para a execução de condutas durante o combate – o Trabalho de Estado-Maior –, que lhes assegurava a necessária e indispensável autonomia para exercitar e desenvolver a iniciativa exigida pelas condições dos novos teatros de operações.

As primeiras atividades de estado-maior no Brasil tiveram início a partir da chegada da Família Real, em 1808. Era o início, embora tímido, das atividades de estado-maior em nosso País.

A partir de 1831, o Exército passou a contar com o Estado-Maior General, ainda de funcionamento limitado, organizado em Estados-Maiores de 1a e 2a Classes, sem um curso de formação de oficiais de estado-maior.

Só em 1839, oito anos depois da abdicação de D. Pedro I e um ano antes do início do Segundo Reinado, na Imperial Academia Militar da Corte, surgiram os primeiros cursos de Estado-Maior de 1a e de 2a Classes, realizados em seguida ao de formação de alferes, sem solução de continuidade.

A seleção para este curso obedecia, em princípio, ao nível de desempenho alcançado pelo alferes-aluno no curso que havia concluído. Os Cursos tinham a duração de um ano, os concludentes do de 1a Classe estariam capacitados para o desempenho de assessoramento superior e os do de 2a Classe ao de apoio às atividades auxiliares do órgão.

A atividade de estado-maior se fez sentir na Campanha da Cisplatina, no Primeiro Império, e no das lutas internas, na Regência, ocorridas no Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, foi desenvolvida nas Campanhas no Rio da Prata, de 1851 e 1852, bem como na Guerra da Tríplice Aliança.

Após o término deste último conflito, no campo essencialmente militar, o período de lutas nos campos de batalha, plenas de manobras criativas e com a aplicação de meios originais e audaciosos, fora tão rico em atos de bravura quanto em inovações doutrinárias e experiências do serviço de estado-maior.

No retorno da guerra, a ausência de recursos de toda ordem se estendeu também, aos orçamentos militares. É indubitável que essa situação criou um hiato qualitativo no profissionalismo militar, difícil de ultrapassar.

A preparação para a defesa da Pátria foi extremamente prejudicada. A instrução e o adestramento eram muito limitados. Os exercícios táticos restringiam-se ao emprego das pequenas unidades. Em tudo, se percebia a falta de recursos para as necessidades de toda ordem. Era nítida a desatualização da estrutura organizacional do Exército.

As lutas pela consolidação da República e os trágicos episódios de Canudos foram marcos da situação crítica vivida, expondo fracassos que poderiam ter colocado em risco a unidade federativa no Sul e causado profunda desmoralização institucional no Nordeste. Embora os ricos ensinamentos obtidos na vitoriosa Guerra da Tríplice Aliança houvessem se dispersado sem que tivessem contribuído para o profissionalismo do Exército, os fracassos nas ações militares no Sul e os revezes de Canudos foram os deflagradores do esforço de profissionalização que se iniciaria.

O Exército Brasileiro viria a criar o Estado-Maior do Exército (EME) em 1896. Seus objetivos imediatos estavam voltados para a renovação e atualização de sua estrutura organizacional, de seus métodos de trabalho e de preparo de assessores de alto nível, de comandantes e da tropa, de acordo com critérios estratégicos mais avançados de preparação para a guerra, praticados por exércitos de nações mais desenvolvidas militarmente.

A criação do novo Estado-Maior do Exército representou assim, a mais abrangente das medidas de renovação e de modernização do Exército.

A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

A criação do EME impôs a evolução da preparação dos oficiais de seus quadros de estado-maior, até então formados imediatamente após o curso de formação de oficiais, quando os jovens oficiais não possuíam experiência profissional. A criação da Escola de Estado-Maior (EEM), em 1905, representaria um avanço notável em relação aos cursos de Estado-Maior de 1ª e de 2ª classes, anteriormente realizados.

Essa decisão foi motivada pela ocorrência de graves incidentes na cidade do Rio de Janeiro, sede do governo federal, gerados pela Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, que teve a participação de instrutores e alunos positivistas da Escola Militar do Brasil.

O ato oficial de criação da Escola de Estado-Maior foi publicado no decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, no governo do Presidente Rodrigues Alves, quando era Ministro da Guerra o General de Divisão Francisco de Paula Argolo. No decreto de criação, no artigo 49, de seu capítulo VIII, encontram-se a finalidade da escola, a caracterização do curso como de formação complementar, em nível superior, o posto limite para seleção dos candidatos à matrícula, a duração do curso, bem como outros dados relativos ao ensino.

A Escola foi planejada, desde sua concepção, para ser conduzida com critérios exigentes de seleção de alunos, utilizando metodologia de ensino objetiva.

O conteúdo programático era baseado nos de estabelecimentos congêneres de exércitos de nações mais experientes e atualizadas na arte e na ciência da guerra.

Seu primeiro comandante foi o General de Brigada Miguel Maria Girard que se caracterizou como um símbolo desse momento de partida para uma longa experiência de contribuição à evolução constante do Exército, imprimindo, desde os primeiros dias, as marcas da urgência, da seriedade, da simplicidade e da objetividade.

Criador – EME – e criatura – ECEME – nasceram voltados para a profissionalização de seus quadros e para o desenvolvimento, a difusão, o conhecimento, a avaliação e a evolução da doutrina da Força Terrestre.

A ECEME E SUAS CINCO CASAS

A primeira sede foi emergencial e ocupou, entre o início de 1906 e o início do ano letivo de 1907, as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias.

Mais tarde, o quartel que abrigara a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, serviria como sede da Escola de Estado-Maior – a EEM – por dois períodos alternados. Inicialmente, de 1907 a 1908, até que o prédio fosse entregue ao Ministério da Indústria para a exposição internacional comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com a devolução do aquartelamento em 1910, a Escola, em um segundo momento, ali permaneceu até 1918, quando seus portões se fecharam por força da declaração de guerra à Alemanha.

Houve uma terceira sede, emergencial, que abrigou a EEM entre 1908 e 1910, enquanto se desenvolviam as comemorações do Centenário da Abertura dos Portos. Localizava-se nas instalações da Direção de Saúde, onde hoje se encontra a Policlínica Central do Exército, em local próximo à Praça da República.

A quarta e a quinta sedes foram construídas especificamente para abrigar a Escola. A quarta foi ocupada entre 1920 e 1940 e ficava em um logradouro que lhe emprestou a denominação coloquial de "Escola da Rua Barão de Mesquita". Atendia às necessidades do período que se seguiu à 1a Guerra Mundial e seria justo considerar-se esta sede como o verdadeiro "Templo da Missão Militar Francesa", local onde, por vinte anos, serviu ao Exército Brasileiro com grandeza e profissionalismo.

Finalmente, a quinta sede foi edificada na Praia Vermelha, onde permanece desde 1940. Foi planejada de modo a adequar-se às necessidades do ensino e ali está há 83 anos, desenvolvendo profícuas atividades. Nesta sede, que tem ao lado o edi-

fício que abriga seus alunos, a ECEME se rejubila como Instituto de Altos Estudos Militares do Exército Brasileiro.

A Escola permanece em constante evolução e atualização desde que foi criada, não só pela forma apropriada como moderniza suas instalações, mas, principalmente, pela essência do profissionalismo, do espírito empreendedor e do valor moral de seus idealizadores, comandantes, mestres, oficiais estagiários e alunos, que, empenhando seu coração, seu labor e sua ação vêm escrevendo a história da ECEME.

A MISSÃO

A missão atribuída pelo Estado-Maior do Exército à Escola, quando de sua criação, teve o sentido genérico de assegurar o permanente fluxo de oficiais capacitados para exercer funções no serviço de estado-maior no Exército. Para cumpri-la de forma cabal, partiram das indicações breves, inclusas nas finalidades do curso de formação de oficiais para o exercício de atividades de estado-maior:

> ..."ministrar a oficiais, até o posto de Capitão, a instrução militar complementar superior que os habilitasse ao serviço de estado-maior...." ,

As chefias militares que atribuíram a primeira missão da ECEME, de forma tão simplificada, caracterizaram a urgência na aplicação das reformas profissionalizantes, em face da necessidade premente de reversão do quadro existente em 1905.

Naquele momento, o General Girard recebia e passava a cumprir a primeira missão da Escola.

Os sucessivos comandantes da Escola foram reinterpretando a missão, à luz das experiências acumuladas e das novas exigências. Para fazê-lo, logo se definiu que, à ação inicial de formar oficiais para o serviço de estado-maior, dever-se-ia aduzir a de capacitar seus oficiais-alunos ao exercício do comando de grandes unidades e unidades, bem como da chefia e da direção de órgãos da alta administração do Exército.

O cumprimento dessa missão modificada exigiu novas disciplinas e o desenvolvimento de conceitos originais.

A subordinação ao Estado-Maior do Exército por mais de sessenta anos levou a Escola a responder aos estímulos provenientes daquele alto órgão de direção-geral, no sentido de cooperar com a criação e o desenvolvimento de uma doutrina autóctone.

Já subordinada ao Departamente de |Ensino e Pesquisa (DEP) o cumprimento da missão da ECEME foi muito valorizado, com a mudança da Lei de Ensino do Exército de dezembro de 1986. A criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) estabeleceu um patamar mais elevado de formação de assessores, considerando a intenção de que os estagiários se destinassem a apoiar a alta administração do Exército e o futuro Ministério da Defesa.

Adotando uma imagem organicista, comparando a vida da ECEME à de um

organismo vivo, desde a primeira missão - abrangente e com grande espaço para a livre interpretação e dedução de ações a realizar - até à missão atual, ocorreu seu enriquecimento na fase da "infância", considerado o período de sua criação até a chegada da Missão Militar Francesa. Ampliou seu alcance na fase da "adolescência", que perdurou por toda a permanência da Missão Militar Francesa e da influência norte-americana. Atingiu, então, a excelência, na fase da "maturidade", após o final do Acordo de Cooperação Brasil-EUA. Avança madura na atualidade, com a permanente contribuição à evolução da doutrina autóctone.

Além disso, a Escola desenvolve, há oito décadas, o intercâmbio com outras nações, por meio de instrutores e oficiais-alunos, conhecidos no jargão escolar pela sigla "ONA" - oficiais de nações amigas. Esse intercâmbio, ação deduzida da missão da ECEME, representa importante experiência de convivência internacional, necessária à formação integral do oficial de estado-maior.

Sua missão, como um "farol", permanecerá guiando a Escola, com a energia e o brilho da vocação militar de seus oficiais-alunos, revigorada nos seus cursos, no cumprimento de missões próprias de oficiais de estado-maior, comandantes, chefes, diretores e assessores de alto nível e no desempenho das honrosas funções privativas de oficiais-generais.

A ECEME é hoje um estabelecimento de ensino militar reconhecido nacional e internacionalmente.

OS COMANDANTES

O comando da ECEME, pela carga de responsabilidades, por sua abrangência, por seu alcance e pela permanência de seus resultados, é considerado um dos mais honrosos entre os pontos culminantes da carreira de um oficial de estado-maior.

O General-de-Brigada Miguel Maria Girard, seu primeiro comandante, implantou o primeiro ponto de inflexão da formação de oficiais para o Estado-Maior do Exército, no Brasil republicano, abrindo consistentes trilhas orientadas para a consolidação do precioso tesouro educacional militar que ajudou a criar, com seus dedicados e pioneiros comandados.

O comandante, para bem integrar o pensamento tático, a partir de uma carta topográfica, com a realidade do terreno, assoma a um posto de observação. De lá, examinando o terreno onde suas forças irão atuar, realiza um "giro do horizonte". Assim o comandante passa a ter condições de, examinando o terreno, avaliar as possibilidades de atingir seus objetivos.

Dessa forma, poderá ratificar ou retificar o planejamento de seu estado-maior e tomar a decisão que o levará ao cumprimento da missão.

Cada um dos comandantes da escola há de ter realizado, respeitando suas personalidades e diferentes métodos de trabalho, um "giro do horizonte" no ambiente escolar, orientado por seu antecessor.

Dessa forma, pode visualizar o ambiente em que o comando seria exercido, vislumbrando as situações que deveriam ser mantidas e as que, se necessário e gradualmente, exigiriam alterações ou aperfeiçoamentos. Esse fato possibilita que de-

terminadas medidas adquiram a capacidade de perdurar no tempo, como no caso da primeira tarefa atribuída ao primeiro comandante: a seleção de novos alunos e o concurso de admissão.

Os comandantes da ECEME, desde 1905, exerceram suas lideranças apoiadas no exemplo.

A história da ECEME ilumina brilhantes momentos de liderança. Destacamos o vivido no comando do então General de Brigada Humberto de Alencar Castello Branco, que empresta seu nome à Escola e um dos que mais tempo da vida militar dedicou à ECEME – ao todo treze anos –, e que empregou este tempo na difusão de valores intrínsecos das funções de oficial de estado-maior e de comandante, que se perpetuaram na história da Escola. Em sua obra, destacaram-se três aspectos basilares: o respeito à hierarquia, à disciplina e ao moral da tropa; a valorização e o estímulo às ideias novas; e a ênfase ao sentido mais profundo da responsabilidade, gravada no princípio de que um verdadeiro comandante não pode dela fugir, sob risco de perder a sua consistência profissional.

Esses foram os alicerces filosóficos de sua própria vida e estiveram presentes na forma como conduziu o ensino e a evolução doutrinária na ECEME.

Seu aprofundado senso de responsabilidade, dentre tantos outros exemplos, pode ser também medido no campo de batalha, em suas frequentes visitas aos postos avançados da frente de combate da Força Expedicionária Brasileira, com o propósito de manter o vínculo com "os elementos que fazem a guerra: a tropa". Pois, ali, no limite entre a derrota e a vitória, a tropa era o real executante das operações determinadas pelo comando e por ele planejadas.

Esses valores entranhados em seu espírito, emoldurados pelo sentimento de lealdade à nação brasileira e à Instituição foram colocados à disposição de toda a nação, por força do cargo, em sua atuação como presidente da República.

Os comandantes da Escola semearam os valores da vida militar em seus comandados. Projetaram-nos, assim, no significado da espada de oficial-general, a qual todos os oficiais de estado-maior podem almejar, ao honrar os exemplos de seus comandantes, com a dimensão histórica de cada momento vivido e sempre inspirado no Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército.

INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS

A influência Alemã

As reformas introduzidas pelo Marechal Hermes, quando Ministro da Guerra, ensejaram profundas modificações que se iam desenvolvendo na Força Terrestre, modernizando-a e tornando-a mais eficiente no cumprimento de sua missão.

Com a finalidade de absorver experiência junto à Força Terrestre da Alemanha, obteve autorização do governo para que oficiais brasileiros realizassem estágios naquele país, mais experiente na preparação e no emprego de forças militares.

Assim, foram designados jovens e entusiasmados oficiais brasileiros, para es-

tudarem na Alemanha. A eles, coube parte importante daquele esforço de modernização e profissionalização militar, influenciando a Força pela transferência de experiência prática e de conhecimento obtidos junto ao Exército Alemão.

A influência alemã ocorreu principalmente de 1913 a 1920 e, apesar da duração efêmera, o Exército Brasileiro foi renovado na instrução militar, no equipamento, na organização e no emprego.

É importante ressaltar que o governo brasileiro não se limitava ao interesse pela experiência germânica. Além da França, onde já havia aditância – representação das Forças Armadas junto à Embaixada – a exemplo da Alemanha, o Exército Brasileiro já estudava a criação de outra nos Estados Unidos.

Entretanto, é inegável a preferência, naquela quadra histórica, pela Alemanha Imperial. Este fato teve repercussões na Escola de Estado-Maior. Dentre estas, cabe destacar o apoio à introdução dos jogos de guerra nos trabalhos escolares e a adoção do Regulamento de Ensino de 1913, em substituição ao de 1905, alterando o currículo ao inserir disciplinas com evidente orientação profissionalizante.

Ao eclodir a 1ª Guerra Mundial, em 1914, a situação evoluiu e quando a neutralidade brasileira foi substituída pelo caráter de beligerância, a influência germânica foi reduzida até se esgotar com a derrota da Alemanha.

A influência da Missão Militar Francesa

Nos anos de 1917 e 1918, intensificaram-se as discussões, nos campos político e militar, relacionadas à vinda de uma missão militar estrangeira de instrução. Essa providência deveria criar condições para orientar a reorganização do Exército Brasileiro, a fim de fornecer-lhe um grau confiável de operacionalidade.

A definição da missão a contratar começou a se delinear com a suspensão das relações do Brasil com a Alemanha.

Consagrada pela vitória aliada, foi então contratada a Missão Militar Francesa (MMF), que iniciaria seus trabalhos em 1919.

Sob orientação da Missão, o caráter teórico e cientificista estava a caminho de se esgotar na Escola. O ensino a ser ministrado pela MMF na EEM assumia caráter essencialmente prático. Baseava-se, sobretudo, na resolução de casos concretos na carta topográfica e no terreno, configurando grandes novidades para a época e, certamente, embasadas em conceitos teóricos indispensáveis.

O pensamento militar francês dominante, na montagem dos grandes exercícios, partia de uma concepção estratégica defensiva, seguida de uma grande contra-ofensiva.

A Missão evidenciou que não seria imposta uma doutrina aos oficiais brasileiros. Seu exemplo, neste sentido, foi notável e altamente positivo. Membros de um exército democrático, que valoriza a disciplina intelectual, buscaram antes convencer e adaptar os próprios franceses em consonância com as diretrizes do nosso Ministério da Guerra.

O principal papel da Missão Militar Francesa na Escola pode ser definido pelo emprego de um método de trabalho de comando e estado-maior, envolvendo a

metodizarão do estudo de situação como base do processo de tomada de decisões. O instrumento mais utilizado foi o estudo de temas táticos.

O estudo dos temas táticos serviu para que os mestres franceses procurassem conduzir os alunos à aplicação da doutrina, apresentada como instrumento de aprendizagem, por meio da aplicação do método preconizado pela Missão.

A EEM passou a ser tida como um órgão uniformizador da doutrina do Exército, isto é, uma instituição onde instrutores e alunos aplicavam e discutiam os processos de combate e o pensamento militar, contribuindo para a formulação doutrinária e difundindo-os para toda a Força Terrestre, por meio do Estado-Maior do Exército.

A importância do método de trabalho já se havia consagrado nesse período e a EEM passara a colaborar com a formulação da doutrina.

Embora padronizada, a metodologia para solucionar os problemas militares não seria suficiente para proporcionar condições de êxito nas operações. O conhecimento da estratégia e da tática é fundamental no estudo de situação. São, pois a intuição, a inteligência espacial, a criatividade, a coragem de aplicá-la de forma consciente e doutrinariamente adequada, a capacidade de análise, rápida e ágil, e o espírito de síntese, que dão vida à aplicação do método na formulação de diferentes linhas de ação e que possibilitam a tomada da decisão.

A implantação da prática do exercício no terreno, implementada pela Missão na Escola foi mais uma importante contribuição na formação e na instrução do oficial de estado-maior.

A Missão se preocupou, ainda, com a pós-graduação, criando cursos para atender aos mais elevados escalões da Força. Os cursos de alto comando e de aperfeiçoamento de estado-maior constituíram um avanço significativo para o ensino, por apresentarem estudos estratégicos e de política nacional e assuntos internacionais. Tiveram duração efêmera, mas despertaram o Exército para a necessidade de cursos da natureza do atual CPEAEx.

A influência norte-americana

Os membros da Missão Militar Francesa encontravam-se ainda na Escola, quando o intercâmbio entre os Exércitos Brasileiro e Norte-americano teve início em 1938.

A partir de 1939, o mundo viveu o impacto da 2ª Guerra Mundial, que teve consequências imediatas para a doutrina militar em todo o mundo.

Em maio de 1942, criou-se a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que estabeleceu normas e condições para o emprego de forças dos dois países em defesa do Continente Americano.

Em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandada pelo General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, deslocou-se para a Itália. Em seu efetivo, levava um núcleo de oficiais voluntários, instrutores da ECEME, para participar do comando da Força.

Após o regresso da FEB, estes instrutores se ocuparam da transmissão da experiência vivida na Itália contribuindo para a evolução da doutrina e do pensamento militar na EEM.

Assim, a Direção de Ensino da Escola de Estado-Maior sistematizou a nova doutrina norte-americana com as adaptações necessárias ao caso brasileiro, evitando a tradução literal dos novos regulamentos americanos.

A Escola continuou empregando o método de raciocínio calcado no estudo dos fatores da decisão do estudo de situação francês, simplificando-o e disciplinando as atividades do comandante e dos seus oficiais de estado-maior.

Aprofundava-se o relacionamento com os Estados-Unidos, inclusive com a prática de visitas dos comandantes da EEM aos EUA. Com isso, nesse período, a EEM atualizou seus cursos, métodos e processos de ensino, iniciou a revisão doutrinária e aperfeiçoou a técnica de ensino dos instrutores com a adoção do Manual do Instrutor.

Em 1952, dez anos após a criação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, confirmou-se o acordo militar entre os dois países, pelo qual assumiam novos compromissos de assistência militar recíproca, inclusive o fornecimento de material norte-americano para o Brasil.

A década de cinquenta foi o auge da influência norte-americana nos países alinhados com os Estados Unidos, no quadro da bipolaridade ideológica e estratégica em que pese as realidades socioeconômicas dos países.

Em agosto de 1959, compareceram à ECEME autoridades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para participar de um seminário onde seriam discutidos assuntos voltados para a "guerra moderna", o que contribuiu para o início do distanciamento entre o pensamento militar norte-americano e o brasileiro e, ainda, para apontar as vulnerabilidades relativas à nossa segurança interna.

A partir daí, o Exército Brasileiro começou a criar bases doutrinárias próprias, autóctones, influenciado pelo EME e estimulado pelos estudos em curso na Escola Superior de Guerra. A ECEME passou a tratar da formulação de propostas doutrinárias para a preparação e o emprego da Força Terrestre e, nesse esforço de criação do pensamento militar brasileiro, dedicou-se predominantemente ao nível tático a partir da década de 1960.

A doutrina brasileira sofreu intensa influência norte-americana até meados da década de sessenta.

Reconhecendo a importância histórica das influências de origem alemã, francesa e norte-americana na evolução do Exército Brasileiro, o amadurecimento da formulação doutrinária brasileira vem se processando de forma harmoniosa e coerente com a realidade nacional, as características dos ambientes operacionais prioritários, as alterações das concepções militares de guerra, os compromissos internacionais assumidos, a evolução tecnológica, as flutuações de efetivo e o aporte de novos ensinamentos aprendidos de outras nações, o Estado-Maior do exército, com a contribuição da ECEME, tem orientado e coordenado a elaboração da doutrina militar terrestre autóctone.

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO, DA DOUTRINA E DO ENSINO MILITAR

Desde seu nascimento, a Escola tem-se caracterizado pela evolução de três

vertentes – o pensamento, a doutrina e o ensino militares – que adotaram "atitude ofensiva" em constante avanço, sensível, ora aos acontecimentos históricos nacionais e internacionais, que conformaram alterações doutrinárias, ora aos progressos da didática e da tecnologia educacional.

A evolução do ensino, em seus elementos básicos, se manteve voltada para atender os quatro segmentos de interessados: os futuros alunos integrantes do curso de preparação; os alunos dos cursos de altos estudos militares; os ex-alunos atendidos pelo programa de atualização de diplomados; e os estagiários do CPEAEx, futuros assessores de chefes da alta administração do Exército, em sua quase totalidade também ex-alunos.

No sentido de aprimorar as condições de cumprimento de sua missão institucional, o ensino evoluiu à luz de sucessivos regulamentos escolares e ordens específicas.

O primeiro marco da história da ECEME foi fixado no Regulamento dos Institutos Militares de Ensino, constante do Decreto 5698, de 2 de outubro de 1905. A finalidade da Escola era preparar oficiais "aptos ao serviço de estado-maior".

A duração do curso foi prevista para dois anos (24 meses).

A seleção dos candidatos à EEM se iniciou com a realização do primeiro concurso nos dias 10,11 e 12 de janeiro de 1907. Foram quinze os primeiros oficiais aprovados e matriculados. O concurso de admissão se consolidaria, como decisiva demonstração de vontade de vencer o desafio do ingresso na ECEME e de enriquecimento cultural do oficial do Exército, impulsionando o amadurecimento profissional.

O regulamento da Escola, em 1913, publicou, pela primeira vez em documentos oficiais, a expressão "Instituto de Altos Estudos Militares", fazendo referência à Escola, que atualmente ostenta a posição de "escola de mais alto nível do Exército Brasileiro", na estrutura do sistema de ensino militar do Brasil.

Em abril de 1914, ano em que a 1a Guerra Mundial teve início, um novo regulamento mudou a duração do curso de dois para três anos. Os dois primeiros eram teórico-práticos e o terceiro, essencialmente prático.

Em 1920, com o início do cumprimento da missão dos franceses foi editado um novo Regulamento, fruto da influência daqueles preceptores, e a Escola passou a conduzir dois cursos, o de Estado-Maior, com a duração de três anos, para os novos alunos, e o de Revisão, com a duração de um ano, para os já diplomados.

Com o regulamento de 1929 três cursos viriam a funcionar na EEM: o de estado-maior, com a duração de três anos, para capitães e tenentes, com a finalidade de preencher as funções nos estados-maiores de exércitos e divisões; o de revisão de estado-maior, com a duração de dois anos, para oficiais superiores, "visando preencher, imediatamente, as funções importantes do Estado-Maior do Exército"; e o de informações, para oficiais-generais, com duração variável, definida pelo EME, "possibilitando constituir um viveiro onde o Governo pudesse recrutar o Alto Comando". Incluía, ainda, um estágio para alunos do 3º ano, do CEM, na Aviação Militar. Os cursos de revisão de estado-maior e de informações funcionaram até 1933.

Em 1934 um novo regulamento introduziu o ensino a distância na EEM, tendo criado o curso de preparação por correspondência, com a duração de seis meses. A

criação do curso foi o primeiro esforço organizacional para reduzir as dificuldades de acesso enfrentadas pelos oficiais que serviam em guarnições afastadas.

No ano de 1938, foi editada a Lei do Ensino Militar, que criou o curso de aperfeiçoamento de estado-maior, reservado aos oficiais já diplomados. Tinha por fim aperfeiçoá-los na técnica de estado-maior, preparando-os para serem assessores dos mais elevados escalões do comando da Força. Criou ainda o curso de alto comando, destinado a oficiais-generais, coronéis e tenentes-coronéis de todas as Armas.

O curso de estado-maior voltava a ser realizado em dois anos, sendo no 1º ano enfocado e trabalhado o escalão divisão de exército. No 2º ano, o enfoque era para o estudo do escalão exército e dos assuntos político-administrativos de interesse para a preparação para a guerra.

O Regulamento da Escola, aprovado e divulgado em 1942, foi muito influenciado pela 2a Guerra Mundial e manteve o curso de alto comando, instituído para oficiais-generais e coronéis, com a mesma finalidade dos anteriores, que visavam a preparar oficiais para assessorar a alta administração do Exército.

A franca aproximação com o Exército dos EUA teve influência na Escola. Nessa fase o curso de estado-maior teve a duração de três anos, produzindo reflexos no pensamento militar brasileiro, inclusive em conseqüência da nossa participação na 2ª Grande Guerra, na doutrina, no moral e na estrutura militar terrestre brasileira.

Duas importantes mudanças ocorreram no ano de 1945, relativas ao funcionamento da EEM: foi iniciada, a formação de oficiais da área logística para ocupar funções nos estados-maiores; e o Regulamento da Escola, restringiu o universo dos novos alunos, ficando vedada a matrícula de oficiais subalternos.

Em 1955, a Escola editou um novo regulamento, passou a denominar-se ECEME e a funcionar com três cursos, aproximando-se da atual estrutura do ensino: o de comando e estado-maior; o de chefia de serviços e o de instrutores.

Seguiu-se um período em que os regulamentos que foram editados não mudaram o cerne do ensino realizado na escola.

No regulamento de 1968, o curso de comando e estado-maior voltou à duração original de dois anos.

Em 1969, a escola passou a ser diretamente subordinada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento e esta, ao Departamento de Ensino e Pesquisa. Foi mantida a orientação doutrinária do Estado-Maior do Exército.

Ainda em 1969, foi criado o curso de extensão do aperfeiçoamento, realizado por correspondência. Idealizado a partir da redução dos CAEM de três para dois anos, destinava-se a complementar a carga horária dos assuntos de cultura geral, bem como os voltados para a estratégia e a alta administração do Exército. Visava a manter o mesmo padrão de ensino e capacitar assessores de alto nível. Durou apenas dois anos, sendo extinto em 1971 quando o curso de comando e estado-maior voltou à duração de três anos, enquanto o de chefia e estado-maior de serviços manteve-se com dois anos.

No período de 1975 a 1977, os cursos foram reformulados, devido à redução do tempo disponível e passaram a ter a duração de dois anos.

Em 1977, foi encerrado o Acordo de Cooperação Brasil - Estados Unidos, com repercussões para a evolução da doutrina militar brasileira. A medida impôs a adoção

de material, doutrina e tecnologia nacionais, tendo reflexo na reorganização dos cursos.

O regulamento de 1983 reformulou os cursos, em função das alterações ocorridas durante aquele período de evolução da Escola e do Exército. A estruturação de cursos presenciais tornou-se assemelhada à atual: cursos de altos estudos militares (comando e estado-maior, chefia e estado-maior de serviços - saúde e intendência - e direção para engenheiros militares) e cursos a distância (preparação e atualização).

Em dezembro de 1986, uma mudança na Lei de Ensino do Exército, proporcionou a criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), destinado a preparar oficiais possuidores do curso de Altos Estudos Militares para assessorar a alta administração do Exército e para possibilitar que oficiais selecionados, não possuidores do CAEM, pudessem ter condições de ascender ao generalato.

Em 1995, o Exército iniciou o processo de modernização do ensino mantendo-o em contínua evolução com a adoção sistemática de novos enfoques pedagógicos. O modelo incrementa a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem, preocupação já presente em muitos documentos de ensino antigos.

O Regulamento da Escola de 2001 contém as atualizações das mudanças ocorridas no processo de ensino e vem regendo a Escola de Comando e Estado-Maior até a atualidade. Esse regulamento adequou o nivelamento dos cursos da ECEME de acordo com as normas do Ministério da Educação.

A atualização dos oficiais diplomados na ECEME, que teve início na década de vinte e que, posteriormente, passou a se processar como atividade a distância, foi continuamente aprimorada, com a contribuição de matérias, sugestões e pesquisas sobre assuntos atuais de interesse da Força Terrestre.

Ainda em 2001, foi criado o CPEAEx também na modalidade Ensino a Distância, o CPEAEx/EAD, para atender os oficiais designados para missão permanente no exterior, com duração de vinte quatro meses.

A partir de 2005, a modalidade CPEAEx/EAD foi estendida a oficiais servindo no território nacional que atendessem a requisitos específicos para matrícula.

Desde o primeiro ano letivo, as três vertentes de evolução foram valorizadas pela aplicação de idéias consagradas ou novas, sejam elas de outros exércitos ou autóctones. Analisando, avaliando e validando os resultados alcançados, identificam-se consequências positivas para o aprimoramento da Força Terrestre.

CONCLUSÃO

A Escola de Comando e Estado-Maior desenvolveu intenso estudo sobre o Exército Brasileiro, voltado principalmente para os três principais campos de sua atuação como instituto de mais alto nível na estrutura do ensino militar no Brasil: a evolução do ensino, direcionada para a formação do oficial de estado-maior, do comandante e do chefe militar; do pensamento militar; e da doutrina da Força Terrestre.

Com o início das atividades do moderno Estado-Maior do Exército, em 1896, a criação da Escola, em 1905, não foi um ato administrativo isolado, constante de uma das frequentes reformas ministeriais da época. Foi uma decisão adotada nos planos, político e estratégico, da Força na busca do profissionalismo.

A Escola desenvolveu, progressivamente, a energia que lhe deu vida rumo ao futuro. Contou com a cooperação histórica e sucessiva dos Exércitos Alemão, Francês e Norte-americano, até seu amadurecimento, na atualidade.

Da experiência alemã, destacam-se a admiração pelo sentido de organização do estado-maior, o senso de responsabilidade dos chefes e o método para tomada de decisões nas atividades militares.

O processo francês dotou o Exército de um método de raciocínio capaz de desenvolver o espírito criador e a imaginação na busca de soluções para situações inéditas. Os temas práticos impulsionaram o pensamento doutrinário da Escola.

A contribuição norte-americana às atividades do trabalho de comando foi marcante, simplificando e objetivando a metodologia francesa, sem perda de conteúdo.

Do início da década de 60 até quando se concluiu o Acordo de Cooperação Brasil-EUA, ocorreu a passagem da evolução doutrinária às mãos do Exército Brasileiro, consolidando a base para estabelecimento da doutrina autóctone.

O ensino na ECEME caracterizou-se pela construção e aperfeiçoamento de uma metodologia eficaz de aplicação do processo de tomada de decisões no campo militar. O método – desenvolvido a partir da experiência de centros militares mais avançados e de sua própria vivência profissional – constituiu-se no principal instrumento de evolução e de fortalecimento das condições de desempenho dos oficiais de estado-maior que passaram, como estagiários ou alunos, por uma de suas cinco "casas".

A Escola tem o amadurecimento profissional entranhado, amalgamado com a realidade da doutrina militar brasileira aberta à energia criadora do sistema de intercâmbio existente entre ela e as escolas congêneres no Brasil e nas nações amigas.

Este é o papel mais elevado a que foi alçada a missão da Escola, cumprida com a perseverança e a sobriedade que marcam o caráter militar de seus componentes, valorizando-a como formadora de líderes militares e cidadãos qualificados para contribuir com a Nação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nr 5.698, de 2 de outubro de 1905. Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro. 1905.

ESTEVES, Diniz (Org.). Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Org.). ECEME – A Escola do Método. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2027

A CONSPIRAÇÃO NAZI-INTEGRALISTA NO SUL DO BRASIL: O IPM DO CAP. FLAMARION BARRETO NA 2ª G.G.M. (1942-44)

Saulo Barreto Lima Fernandes[1]

"Se Hitler invadisse o inferno, eu faria uma referência favorável ao diabo..."

Estadista inglês Winston Churchill (1874 - 1965) na Câmara dos Comuns, logo após a invasão nazista à União Soviética em junho de 1941.

RESUMO

O presente artigo analisa o Inquérito Policial Militar conduzido pelo então capitão Luís Flamarion Barreto Lima no contexto da Segunda Guerra Mundial, especificamente em 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo. A investigação, centrada na cidade de Cruz Alta (RS), revelou a existência de uma possível conspiração denominada "nazi-integralista", composta por teuto-brasileiros — militares e civis — suspeitos de apoiar ideologicamente o regime nazista e de planejar atos de deserção e sabotagem. A pesquisa se apoia em documentos oficiais do Superior Tribunal Militar, contextualizando o clima político do Estado Novo e os mecanismos de repressão interna instaurados por Getúlio Vargas. O julgamento dos envolvidos, em 1944, representou uma das mais expressivas ações do Estado brasileiro contra supostos agentes internos do inimigo.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Nazismo; Integralismo; Estado Novo; Inquérito Militar; Teuto-brasileiros; Repressão política.

1 Formado em História (UFMA) e Mestre em Teoria Literária (UEMA).

ABSTRACT

This article examines the Military Police Inquiry led by then-Captain Luís Flamarion Barreto Lima during World War II, specifically in 1942, when Brazil declared war on the Axis powers. The investigation, centered in the city of Cruz Alta (RS), revealed a possible "Nazi-integralist" conspiracy involving German-Brazilian individuals — both military and civilian — suspected of ideological support for the Nazi regime and of planning desertion and sabotage. The research draws on official records from the Brazilian Superior Military Court and situates the case within the political context of the Estado Novo dictatorship, highlighting internal repression mechanisms under President Getúlio Vargas. The 1944 trial of the accused marked one of Brazil's most significant wartime actions against alleged domestic enemies.

Keywords: World War II; Nazism; Integralism; Estado Novo; Military Inquiry; German-Brazilians; Political Repression.

INTRODUÇÃO

No desenrolar do ano de 1942, as forças armadas nazistas Wehrmacht mais aliados do chamado "Eixo do Mal" (Japão e Itália) já ocupavam quase 1/4 do território da URSS, parte do Norte da África e pouco menos que a totalidade da Europa continental. Estávamos em plena 2ª Grande Guerra Mundial. Adolf Hitler aterrorizava o planeta com suas atrocidades e projeto de expansão do seu Reich. Ainda insistia em alimentar - no seu íntimo -, a obsessão doentia de conquistar o mundo[2].

Figura 01: Getúlio Vargas com o presidente americano Franklin D. Roosevelt no Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1936.



(Foto AP)

2 BEEVOR, Antony. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2015, 952 p.

Enquanto isso no Brasil, Getúlio Vargas se achava nos meados da fase de seu governo mais duro – o chamado Estado Novo (1937-1945). Depois de breve "flerte" com o Führer, Vargas, tempos depois, trata de romper de vez com o ditador alemão. Decide declarar guerra contra o país germânico no dia 31 de agosto de 1942, depois de pressão advinda da população e dos EUA[3]. Isso aconteceu depois que submarinos nazistas afundaram vários navios em plena costa brasileira vitimando centenas de civis brasileiros[4]. O país entrava assim oficialmente na 2ª Grande Guerra Mundial.

O Caso Nazi-Integralista sob o contexto da 2ª Grande Guerra

Nesse contexto histórico, uma das medidas tomadas pelo gaúcho fora fazer um "pente fino", uma verdadeira caças às bruxas em face dos colonos japoneses, italianos e sobretudo, alemães; inclusive, chegando a ponto de determinar "a proibição de que falassem em público outra língua que não fosse o português. Jornais e rádios voltados para essas comunidades foram proibidos. Associações e clubes tiveram de mudar de nome e encerrar atividades ligadas a suas culturas de origem[5]."

Isso porque não falamos do Decreto-lei presidencial Nº 4.166, de 11 de março de 1942, que prescrevia o confisco dos bens de todos estrangeiros citados:

> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição; (…) DECRETA: Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.[6]

Nessa "patrulha", o Exército, internamente, era a instituição responsável por monitorar possíveis movimentações em prol do governo nazista em território brasileiro. Foi aí que ficou constatada que estava em pleno curso a formação da perigosa "Conspiração Nazi-integralista"; especialmente no estado do Rio Grande do Sul. Nessa época, quem foi designado para investigar e elaborar o Inquérito Policial Militar fora o então jovem capitão Luís Flamarion Barreto Lima.[7]

---

3 NETO, Lira. Getúlio: o Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 632 p.

4 SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 264 p.

5 Juliana Dal Piva, Nicollas Witzel. TESOUROS DE IMIGRANTES ALEMÃES CONFISCADOS POR VARGAS NA SEGUNDA GUERRA SÃO DESCOBERTOS https://epoca.globo.com/tesouros-de-imigrantes-alemaes-confiscados-por-vargas-na-segunda-guerra-sao-descobertos-23311740 Acesso: 17.03.2019.

6 Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/ Del4166.htm Acesso: 19.03.2019.

7 (Sobral/CE, 19 de outubro de 1912 – Rio de Janeiro/RJ, 16 de janeiro de 1973). Eram seus pais o

Fig. 02. Desfile do Dia do Trabalho no Grêmio Esportivo Renner, Porto Alegre, 1937



(Fonte: Arquivo FGV-CPDOC)

Não obstante estar legalmente cumprindo sua obrigação funcional, ainda havia um componente emocional que motivava o oficial sobralense a se envolver com mais afinco no caso. Era que ele e sua família, queriam, de certa forma, fazer justiça com relação a "morte" do seu irmão, o também militar Luciano Thebano. É que este, estava listado como uma das vítimas fatais no naufrágio do navio Baependi, em agosto de 1942, covardemente atingido por um torpedo alemão. Quiçá tenha sido esse o componente a mais para que o jovem capitão desse o seu máximo nessa citada missão; pois de certa forma, ganhava a chance de vingar a "morte" do familiar. Mas,

comerciante Francisco das Chagas Barreto Lima e a senhora Maria Cesarina Lopes Barreto. Em 1934, casa-se com a Sra. Neuza de Oliveira Lopes, com quem teve 5 filhos. Inicia os estudos primários em Sobral, logo depois ingressando no Colégio Militar de Fortaleza donde conclui os estudos ginasiais, com louvor. Posteriormente, ingressa na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, iniciando assim sua longa e célebre carreira militar, chegando ao posto de General de Brigada. Dentre suas homenagens, recebeu a Comenda Santos Dumont, além de nominar o Tiro de Guerra de sua cidade natal. Era professor da Escola Superior de Guerra – ESG, da Escola de Preparação de Cadetes do Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, compôs a Comissão Diretora da Biblioteca Militar vinculado ao Ministério da Guerra e foi patrono da Cadeira Nº 45, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHMTB e da cadeira Nº 113 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB. Publicou, ainda, vários livros sobre aspectos históricos, geográficos, antropológicos, psíquicos e humanos do Brasil, América Latina e EUA, além de elaborar Almanaque sobre História Militar, inclusive, tais escritos, compondo parte da famosa Enciclopédia Larousse. Muitos desses exemplares podem ser encontrados em bibliotecas na maioria das universidades americanas tais como a Yale University Library além da New York Public Library System e da maior biblioteca do mundo a Library of Congress em Washington, D.C. (Nota do Autor)

felizmente, tempos depois de findo o inquérito, para a alegria da família, eis que Thebano[8] – inesperadamente – trata de reaparecer em casa.

É que neste período ele estava a serviço das Forças Armadas em missão especial secreta, não podendo, portanto, ter comunicação com quaisquer dos familiares. Assim, não pôde informar que havia desistido de fazer viagem naquela embarcação.

Enfim, voltando à chamada Conspiração Nazi-integralista, informações preliminares davam conta de que várias pessoas de algumas cidades do Rio Grande do Sul estavam se mobilizando com intuito de apoiar ideologicamente as convicções nazistas.

Eram pessoas dos mais variados tipos sociais: trabalhadores autônomos, pastores protestantes e principalmente, militares de "baixa patente". Em comum, todos compartilhavam entre si características culturais que os enquadravam etimologicamente como "teuto-brasileiros".[9]

Não obstante, o capitão Flamarion já conhecia bem com quem estava lidando. Em seu Fatores Psicossociais Sul-americanos, o estudioso já estava há tempos pesquisando aspectos antropológicos e históricos acerca da colonização de vários países europeus na América do Sul. Especificamente, em relação do Brasil com os colonos alemães, Flamarion (1965, p. 21) destacava: "Os alemães, entrados no Brasil, provieram, notadamente, do Norte, Pomerânia, Holstein, Saxônia Oldmburg. Eram agricultores, pertencentes a pequenas comunidades rurais, protestantes, com hábitos tradicionais arraigados. Houve, também, pequeno número de artesãos e operários qualificados. "

O militar, pois, já estava há dias trabalhando, investigando, entrevistando pessoas, colhendo indícios e provas com vistas a elaborar seu IPM, sempre com muita cautela, claro. Como dizem os italianos: chi va piano va sano e va lontano. Em 03 de novembro de 1942, o oficial encaminha, enfim, seu inquérito ao Ministério Público Militar. A peça persecutória estava recheada de importantes informações a respeito de todos os investigados na "Trama Nazi-integralista de Cruz Alta/RS", constando detalhes de dados sobre a origem, residência, ocupação profissional e religião de todas as 28 pessoas inqueridas. Eram, ao todo, 20 militares e 8 civis.

Esse inquérito acabou dando subsídios relevantes para a Denúncia apresentada pelo representante do Ministério Público Militar, o Excelentíssimo Sr. Dr. Promotor Militar Benjamin Sabat à 3ª Auditoria da 3ª Região Militar em Santa Maria/ RS, dando origem ao processo de número 20.898 junto ao Superior Tribunal Militar. O promotor Sabat, depois de elaborar sua denúncia estribada nas informações forne-

---

8 Nascido em 1918 na cidade de Sobral-Ceará, na juventude, casou-se com Yolanda Coelho Barreto, filha do General Polli Coelho de quem era também seu ajudante-de-ordem. Quando major, foi o secretário responsável pela ata na 14ª Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil/Bolívia, realizada no dia 29 de julho de 1958. No posto de coronel, presidiu o Conselho de Apuração da chamada "Fuga de Fortaleza da Lage" que envolvia 3 presos no Rio de Janeiro, dentre eles Tarzan de Castro, ex-guerrilheiro do PCB. Exerceu o cargo de diretor do Instituto de Engenharia Militar, membro de Conselho de Segurança Nacional e Assessor do Ministro da Saúde. Foi ainda 2º Tesoureiro da Casa do Ceará e Doutor Honoris Causa da Fundação Vale do Acaraú. (N do A.)

9 Termo genérico atribuído a grupos de descendentes de imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, em especial, os estados sulistas brasileiros. (N do A.)

cidas pelo inquérito realizado por Flamarion, estava categoricamente convicto que "existiam no quartel muitos soldados dispostos a ajudar a Alemanha."[10]

Flamarion, por sua vez, ia mais longe, pois, segundo ele, nos lares, nas instituições escolares e religiosas "teuto-brasileiras" já haviam dado início sim a perigosa "germanização" do povo brasileiro. Dizia Flamarion em seu inquérito:

> É uma consequência direta e insofismável, do fecundo trabalho de germanização das populações teuto-brasileiras. [...] O caso vertente ilustra sobremaneira esta afirmativa, por isso, a maioria dos indiciados neste inquérito, são descendentes de famílias há muito radicadas na Rússia e que conservam-se, através das migrações sucessivas, a língua, os costumes, o espírito, a tradição germânica. Educados como se fossem alemães, e ouvindo a cada instante no lar, na igreja, na escola, o apelo para que assim se conservem, os soldados indiciados neste inquérito, como a maioria dos teuto-brasileiros, estão de fatos ligados afetiva e espiritualmente à pátria de seus ascendentes.[11]

Quanto aos colegas de farda, lotados no 8º Regimento de Infantaria do Quartel em Cruz Alta, o capitão era mais incisivo ainda, ressaltando que eles nada mais que simulavam estarem adaptados à "brasilidade"; enquanto que no fundo, a devoção às suas raízes alemãs era que acabava falando mais alto: "Externamente coagidos pela força, se dizem brasileiros, mas no íntimo, pensam e agem como alemães acalentando sentimentos, convicções, ideias, que em situações oportunas se manifestam em atos de traição a verdadeira pátria[12]", enfatizava Barreto.

O maior receio de Flamarion era de que - caso ocorresse um conflito real contra o exército alemão nazista - esses soldados desertassem, sabotando o Exército brasileiro para depois debandar com o fito de engrossar as fileiras das tropas hitleristas; sem falar do possível e latente risco de anexação daquela parte do território brasileiro ao Reich alemão.

Sua aflição ficava patente quanto a amplitude da trama nesse trecho do inquérito:

> Convém ainda salientar que o encarregado deste inquérito tem a convicção de que em outros corpos desta e de outras regiões militares onde existem soldados de origem alemã, está em desenvolvimento o mesmo processo que tentou, aqui descrever, porque as causas que o originaram são de caráter geral e não particular. [13]

Para melhor fundamentação e embasamento legal de sua diligência e para não haver equívocos e/ou incorrer em injustiças, o capitão Flamarion decide então narrar,

---

10 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Denúncia do Promotor da Justiça Militar Dr. Benjamin Sabat. Santa Maria, 18 de janeiro de 1943, p. 10.

11 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do Capitão encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 03 de novembro de 1942, p. 54.

12 Ibidem

13 Ibid, p. 52.

em riqueza de detalhes, alguns casos concretos.

Preocupava-o, em particular, o comportamento de um soldado que ele classificava como um potencial líder de rebelião. Sabia que numa situação delicada dessa, é comum sempre se arvorar um agitador que tem a função de difundir, persuadir e incitar os demais a tomar parte em suas ideias, estando elas erradas ou não; sendo a causa boa ou má.

> O desejo do soldado desertar demonstrava ser consequência clara, direta e insofismável do fecundo trabalho de Germanização das populações teuto-brasileiras, empreendido com tanto sucesso pelo Governo Alemão, no claro intuito de vinculá-la espiritual, cultural e racialmente ao Estado Alemão e criar minorias caracterizadas, que mais tarde servirão de pretexto a reivindicações políticas e territoriais.[14]

Assim foram indiciados este e vários outros militares, que na visão de Barreto, estavam incitando a deserção sempre sob o pretexto de que eles não poderiam lutar contra os seus "irmãos de sangue", no caso, os alemães nazistas.

Seu alvo de investigação não se limitava somente à caserna. Flamarion constatou que alguns civis, também, já haviam sido cooptados pela trama.

Sobre determinado suspeito, declarava:

> (...) é certo que desempenha uma atividade eminentemente suspeita. Até o fim do ano próximo passado [1941], em sua residência e estabelecimento comercial, grande número de soldados, ouvia noticiário proveniente da Alemanha, fazia comentários a ela favoráveis e usava o idioma alemão. Este ano, embora discretamente, continuavam estas manifestações anti-brasileiras. Seu estabelecimento comercial e sua casa de residência, sempre estivera, durante o dia e a noite, em dias comuns como nos de descanso e feriados, franqueados aos soldados de origem alemã, que lá iam dar expansão ao espírito anti-brasileiro de que se acham imbuídos.[15]

Com relação a uma outra civil, dessa vez uma pessoa de ocupação não conhecida, Flamarion asseverava:

> (...) embora não haja indícios de que estivesse em condições de prestar informações militares a agentes de potências inimigas, é certo que se interessava pela vida do Regimento. É também certo, que os soldados indiciados neste Inquérito se reuniam, depois do expediente, em sua residência, para comentar e discutir o plano de deserção e que na presença deles, ela fazia apologia do poderio bélico da Alemanha em detrimento do nosso.[16]

14 Ibid., p. 55.
15 Ibid., p. 58.
16 Ibid

A investigação estava a todo vapor. A cada nova constatação Flamarion se envolvia ainda mais no caso. Num primeiro momento até chegou a cogitar que não iria encontrar nada demais e que talvez nem fosse necessário dá seguimento nas ações ato contínuo tudo seria arquivado.

Mas, para sua surpresa, os fatos que se arvoravam eram graves mesmos e diante de tudo isso o País teria de tomar uma decisão enérgica para que a nação não fosse a próxima vítima da megalomania desmensurada do líder alemão.

Outro suspeito importante a ser investigado seria, agora, um cabo. Com relação a este caso havia agora um detalhe ainda bem mais grave, pois esse militar seria potencial conspirador. Segundo o capitão investigador constavam indícios claros de que este já estava forjando uma aliança subversiva entre os nazistas alemães com as ideias integralistas de Plínio Salgado; que, aliás, já havia tido seu partido extinto por Vargas, assim que o velho caudilho iniciou o período conhecido como Estado Novo. Pela primeira vez se ouve falar na denominação "nazi-integralista" na investigação.

> O Cabo teuto-brasileiro de segunda geração, completamente desnacionalizado é um intoxicado pela propaganda nazi-integralista. Nazista fanático, agita a bandeira de sua edição indígena – o Integralismo – procurando com ela aliciar, entre os soldados do Regimento, novos companheiros.[17]

Tanto o Cap. Flamarion como o promotor Sabat já não nutriam mais nenhuma dúvida perante os fatos. Além do desprezo patente pela cultura brasileira, o fato de serem simpatizantes explícitos do regime totalitário alemão somado tudo isso a aproximação ideológica com o famigerado Partido Integralista Brasileiro, acabava por tornar o grupo de suspeitos classificado como "triplamente" perigoso. Numa declaração, um dos indiciados chegava ao disparate de afirmar que: "o integralismo é um partido político destinado a mudar a forma de governo do Brasil em favor da Alemanha".[18]

Essa alegação deixou até os mais experientes bastante perplexos o que motivava, agora, aos envolvidos seguirem seus trabalhos com ainda mais devoção. A situação do cabo piorava ainda mais!

O Inquérito 20.898 e a Ameaça Nazista no Exército Brasileiro

Desvendada, pois, a relação da célula teuto-brasileira com os nazistas e agora também com os integralistas, a intenção do capitão era somente uma - a de robustecer ainda mais as denúncias. A cada nova investigação, indícios mais contundentes vinham à tona como a que passamos a narrar a seguir:

> Com estes antecedentes perfeitamente provados, foi apreendido em poder do Cabo, "um esboço planimétrico representando a

17 Ibid., p. 69.

18 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Denúncia do Promotor da Justiça Militar Dr. Benjamin Sabat. Santa Maria, 18 de janeiro de 1943, p. 6.

> maior parte da cidade de Cruz Alta", tendo assinalado com o rigor possível em trabalhos desta natureza, seus mais importantes estabelecimentos militares, industriais, comerciais e hospitalares, além de inúmeras residências de súditos do Eixo, ou de indivíduos com eles simpatizando, capaz de prestar informações militares as potências inimigas orientando sabotadores, e executado com manifesta intenção criminosa. O Cabo explica-se de modo infantil, alegando que executara o esboço "por mera recreação para mostrar suas habilidades de desenhista "a seus tios".[19]

As investigações iam de vento em popa. E pra não dizer que a ação de perquirição militar não passava de perseguição dos oficiais para com os subordinados, Flamarion dirige suas averiguações, agora, no seio do oficialato. Entra na sua mira agora um oficial de alta patente. Tratava-se ele de um 2º Tenente da Reserva. Dizia Barreto:

> (...) é teuto-brasileiro "educado dentro dos princípios do mais rígido prussianismo". Sua residência em Porto Alegre, adornada e equipada com objetos e utensílios de fabricação germânica "parece a de um verdadeiro súdito do Eixo". Possui uma biblioteca de obras tão somente em língua alemã e sua avultada correspondência particular. [20]

Descoberto mais esse importante elo - o do 2º Tenente - o capitão chegava ao centro do outro núcleo de investigação, não muito numeroso é verdade, mas muitíssimo influente por se tratar de setores que carregam consigo forte poder ideológico, já que agora, entrávamos nos mistérios que permeiam as entranhas da seara religiosa. O 2º Tenente em questão, era também, Presidente da Mocidade Batista e por isso, além da imposição de hierarquia militar, exercia, similarmente, certa autoridade religiosa por sobre os demais subordinados. Tratava-se, pois, de um agente duplamente perigoso.

> Sua atividade religiosa propugna pelo germanismo dos brasileiros descendentes de alemães, o que levou os soldados, presentes em suas pregações a considerá-lo alemão, isto é, um indivíduo partidário da Alemanha que está disposto a ajudá-la".[21]

Flamarion firmava ainda mais suas convicções quando dentre os militares religiosos se constatava que era comum "misturar na palestra exortações religiosas e elogios ao poderio militar e grandeza da Alemanha".[22] Dois componentes explosi-

19 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do Capitão encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 03 de novembro de 1942, p. 70.
20 Ibid., p. 52.
21 Ibid., p. 64.
22 Ibid., p. 65

vos - político e religioso - estavam juntos. Imbuído, pois, de todos esses elementos fáticos, o capitão fez com que sua investigação se dirigisse agora a outros influentes profissionais - o dos pastores.

> Apesar da visita do pastor, sumamente suspeita de conter uma manobra política, reputo falsa a afirmação de [...], levando-o ao crédito de sua atividade derrotista e aliciadora, por isto que não é natural, aos agentes políticos do inimigo, comprometerem-se logo à primeira vista, com palavras como aquelas. Acredito antes, que o pastor, nesta sua primeira visita, conhecendo por informações [...], que escrevera aos seus, falando-lhes de sua intenção de desertar, pretendeu apenas sondar o ambiente, para mais tarde, cômoda e seguramente, lançar-se ao trabalho de aliciamento, utilizando o pretexto religioso. Corroboraram nesta premissa, seus antecedentes, "Nazista confesso e defensor da causa existia".[23]

Para Flamarion, o líder religioso nada mais que incorporava um típico teuto-brasileiro que se utilizava da religião com vistas a difundir sentimentos de "germanidade" no meio dos descendentes alemães em terras brasileiras. A religião sempre fora um dos maiores formadores de mentes na humanidade, exercendo grande poder ideológico perante os seus seguidores. Mas acusações para com o pastor iam além! Algumas fontes davam conta de que ele negociava declaradamente com simpatizantes à causa nazista, possuindo também vastos materiais sobre a cultura alemã, etc.

Não deu outra! Essa ação acabou resultando na prisão imediata do religioso. Em ofício dirigido ao então capitão Flamarion, datado do dia 12 de setembro de 1942, o então subdelegado Celso Orengo informava da prisão preventiva do líder máximo do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil. "Com este, de ordem superior, devidamente custodiado por um praça da Brigada Militar do Estado, em conformidade com o nosso ofício [...] vos faço apresentar o pastor protestante Heine do Seminário Concórdia, de Porto Alegre, onde foi preso e remetido a esta cidade."[24]

A partir daí o capitão Flamarion vai saindo de cena, em sua participação, passando a vez agora para o promotor Sabat que trata de prosseguir na acusação.

Em maio de 1944, finalmente os acusados foram sentenciados num julgamento que fez lembrar até o "Tribunal de Nuremberg". Ele aconteceu nas dependências do Quartel do 7º Regimento de Infantaria em Santa Maria, até então pacata cidade do Rio grande do Sul. Toda a população – de todas as classes sociais - acompanhou a prolatação da deliberação.

O juízo foi composto pelos seguintes oficiais: Tenente-Coronel Demócrito Silva Freitas (Presidente); Francisco Anselmo Chagas (Auditor Militar); Antero de Lorenzi Maciel (Capitão-Juiz); Paulo Bolívar Holanda Cavalcanti (Capitão-Juiz); e

23 Ibid., p. 66.

24 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do subdelegado Celso Orengo da Delegacia de Cruz Alta/RS ao encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 12 de setembro de 1942, p. 1.

Dinarte Canabarro Cunha (Tenente-Médico).[25] Foram longos 2 dias de julgamento sem interrupções. Somente o promotor Benjamin Sabat falara por longuíssimas 8 horas. Com uma eloquência fenomenal enleava a atenção de todos, fundamentado claro no inquérito de Flamarion. Posteriormente sua fala, foi dada a palavra aos advogados que, também, se valeram da boa oratória com vistas à efetivação de absolvição de seus clientes. O então Tenente-Coronel Demócrito Silva Freitas, investido de juiz do caso, não podia ter fundamentando sua sentença.

> E não há dúvida que esta é a inteligência lógica do Decreto-Lei que definiu os crimes militares de tempo de guerra, como de sua consolidação no novo Código Penal Militar. Na interpretação sistemática dessa lei se conclui que o Estado, legitimamente amparado no seu direito natural de defesa, colocou em primeiro plano [...] o dano potencial, mais que o dano efetivo. Punem-se as atitudes sem se cogitar necessariamente, da prova do dano. [...] Basta a prova da índole política, da capacidade de delinquir naquele sentido, reveladas pelo indiciado, nas atitudes anteriores e contemporâneas dos fatos que motivaram o processo, face ao ambiente político da nação, e leves indícios de autoria, para se justificar jurídica e legitimamente um veredictum condenatório como medida de defesa e de segurança do Estado.[26]

No fim de tudo, coube ao Tenente-Coronel, presidente da seção, prolatar seu veredicto:

- 3 foram condenados à 30 anos de prisão;
- 5 condenados à 20 anos;
- 9 a 2 anos;
- 1 a 8 anos;
- 1 a 13 meses e 15 dias de prisão com trabalho e, por fim;
- 9 foram absolvidos.

Contudo, quando retornou para sua casa e para o seio de sua família no Rio de Janeiro ele inesperadamente recebe a informação de que teria de comparecer, com urgência, no Palácio da Guanabara. Tomou um susto! “Palácio da Guanabara?! O que será que querem de mim agora meu Deus”, pensou.

Jamais havia sido chamado para comparecer naquele lugar. Imaginava que talvez, fosse prestar informações a algum oficial que fazia parte da segurança de Vargas. Anos antes, Vargas havia sofrido uma tentativa malograda de invasão por parte das tropas integralistas na sede de seu governo. Mas o levante fracassou, e Vargas começou a reprimir ainda mais os seguidores de Plínio. Mas missão dada é missão cumprida!

Assim que chegou ao Palácio se apresentou e foi conduzido por um educado

25 Jornal CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29 de maio de 1944, p. 15.
26 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Sentença. 28 de maio de 1944, p. 32.

mordomo até uma confortável antessala. Poucos minutos depois, olha ao longe vindo ao corredor o presidente Getúlio, com um charuto numa das mãos e dando ordens a um assessor. Parecia estar contente e bem-humorado.

Sem rodeios, assim que se aproximou do militar cearense o líder máximo da nação emendou: "O senhor é que é o capitão Flamarion Barreto?", perguntou sério Vargas olhando bem nos olhos do sobralense e estendendo a mão para cumprimentá-lo. "Sim.", respondeu, humildemente, o capitão batendo continência e logo depois apertando a mão do estadista.

Ao que o presidente continuou: "Desculpe tê-lo retirado do seu descanso. Só queria mesmo lhe dar os parabéns pelo trabalho lá na minha terra. Agradeço pelo seu empenho. Era isso, já pode ir.", disse o líder gaúcho sorrindo, batendo nos ombros do tímido oficial e logo após, saindo. "Obrigado", respondeu Flamarion ao seu mais alto superior batendo novamente continência e obviamente, também, se retirando. Pelo menos sua promoção estava garantida!…

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do oficial Flamarion, ao mesmo tempo técnica e movida por motivações pessoais, mostra a complexidade das ações do Estado Novo em tempos de guerra. Seu trabalho, que culminou em um processo judicial de ampla repercussão, evidenciou o quanto a lealdade nacional era colocada em xeque diante da origem étnica e da suspeita ideológica. Os documentos revelam não apenas a busca por potenciais sabotadores, mas também a tentativa de controle social sobre comunidades imigrantes e suas instituições religiosas, culturais e educacionais.

A investigação conduzida pelo capitão Luís Flamarion Barreto Lima revela uma faceta pouco conhecida da atuação do Estado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: o esforço interno de vigilância e repressão a potenciais ameaças ideológicas percebidas como inimigas da nação. A chamada "conspiração nazi-integralista" em Cruz Alta se insere num contexto em que a política de segurança nacional se sobrepunha aos direitos individuais, especialmente daqueles identificados como teuto-brasileiros.

Mais do que uma simples narrativa de espionagem doméstica, o caso analisado simboliza os dilemas entre patriotismo, e direitos civis em períodos de contexto bélico. Ao final, a história do inquérito 20.898 serve como documento revelador de um momento em que o Brasil, ao se posicionar contra os regimes totalitários no exterior, rechaçava as práticas autoritárias dentro de suas próprias fronteiras. O legado desse episódio impõe uma reflexão crítica sobre os limites da ação estatal em nome da segurança nacional.

REFERÊNCIAS

BEEVOR, Antony. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Denúncia do Promotor da Justiça Militar Dr. Benjamin Sabat. Santa Maria, 18 de janeiro de 1943.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do Capitão encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 03 de novembro de 1942.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do subdelegado Celso Orengo da Delegacia de Cruz Alta/RS ao encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 12 de setembro de 1942.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Sentença. 28 de maio de 1944.

Juliana Dal Piva, Nicollas Witzel. TESOUROS DE IMIGRANTES ALEMÃES CONFISCADOS POR VARGAS NA SEGUNDA GUERRA SÃO DESCOBERTOS. https://epoca.globo.com/tesouros-de-imigrantes-alemaes-confiscados-por-vargas-na-segunda-guerra-sao-descobertos-23311740 Acesso: 17.03.2019.

Jornal CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29 de maio de 1944.

NETO, Lira. Getúlio: o Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

AOS HERÓIS DA FEB

80 ANOS DA VITÓRIA NA ITÁLIA



Sede da
FHE e da POUPEX
Brasília/DF

A POUPEX tem orgulho de homenagear os valorosos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que cumpriram a missão de lutar pela liberdade e pela paz com bravura e determinação.

A dedicação e o sacrifício de cada membro da FEB são exemplos eternos de honra e compromisso com a Pátria.
A cobra fumou!

NOSSA MISSÃO

Promover e facilitar o acesso à casa própria e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus Beneficiários e Associados.

Acesse

POUPEX

poupex.com.br

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

FORTE DE COIMBRA: 250 ANOS DE HISTÓRIA, BRAVURA E SOBERANIA NACIONAL

Ruan Iuri da Fonseca Farias[1]

Celebrar os duzentos e cinquenta anos de Forte de Coimbra é mais do que rememorar um marco cronológico; é revisitar a gênese da própria defesa territorial do Brasil e o sentido de permanência que molda nossa identidade como nação. Erguido em 1775, sob a determinação visionária do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o presídio de Nova Coimbra não foi apenas uma fortificação militar às margens do rio Paraguai, foi um ato político de afirmação, uma expressão concreta do princípio do uti possidetis, e o testemunho de que a ocupação física e moral do território é a verdadeira espinha dorsal da soberania.

Ali, onde a natureza se impõe em sua vastidão pantaneira e o rio é ao mesmo tempo estrada e fronteira, o Brasil se fez presença, resistência e esperança. Desde o seu alvorecer colonial até as sombras das guerras platinas, o Forte ergueu-se como sentinela da integridade nacional, guardando a linha imaginária que separa nações, mas unindo, em essência, os valores que moldam o espírito do soldado brasileiro: bravura, lealdade e abnegação.

Ao longo de dois séculos e meio, cada pedra assentada em suas muralhas carrega o peso da história e o eco das vozes que defenderam este solo, alguns com o sacrifício da própria vida. O Forte de Coimbra é, portanto, mais que ruína ou monumento é um relicário de glórias e sofrimentos, onde o tempo não apaga, mas consagra. Este artigo tem por objetivo analisar, sob um prisma histórico, militar e cultural, a trajetória desse bastião de soberania, compreendendo-o como um símbolo vivo da missão permanente do Exército Brasileiro, a de garantir, em todas as eras, a defesa da Pátria e a continuidade de seu destino.

---

1 O autor é Sargento de Material Bélico - Mecânico de Viatura Automóvel da turma de 2010; Especialista em Viatura Blindada de Combate Caça-Carro da Família Leopard 1A5 BR e Viatura Blindada de Transporte Pessoal M-113BR; Bacharel em Administração e Pós-Graduado em Relações Internacionais; foi tutor de história para Curso Preparatório de Oficias RM2 da Marinha do Brasil na cidade de Ladário-MS em 2023 e atuou como pregoeiro do 17º Batalhão de Fronteira na cidade de Corumbá-MS.

A gênese de Forte de Coimbra e a consolidação da Fronteira Oeste

O século XVIII marcou um período de redefinições profundas para o Império Português nas terras americanas. Após o Tratado de Madri, em 1750, as fronteiras do Brasil colonial deixaram de ser linhas abstratas desenhadas por potências europeias para se tornarem territórios de fato, exigindo presença, povoamento e defesa. Foi nesse contexto que o governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, empreendeu uma das mais arrojadas iniciativas de ocupação e controle da Fronteira Oeste, a construção do presídio de Nova Coimbra, às margens do rio Paraguai, em 13 de setembro de 1775, chefiada pelo Capitão Matias Ribeiro da Costa.

A fortificação não surgiu apenas como resposta a uma necessidade geopolítica, mas como gesto de soberania, expressão do entendimento de que a terra pertence a quem a habita e a defende – princípio jurídico latim do uti possidetis, ita possideatis[2]; "O novo princípio valorizava a posse de fato sobre a posse de direito."[3]. A missão era árdua: estabelecer, em plena vastidão pantaneira, um núcleo de resistência que assegurasse a presença portuguesa diante das ambições espanholas e dos desafios naturais. Em canoas singrando os rios sinuosos e bravios, cerca de trezentos homens vindos de Vila Bela da Santíssima Trindade rumaram ao local, trazendo consigo não apenas armas e ferramentas, mas o ideal de um Brasil que nascia na força da fronteira. Nova Coimbra tornou-se, assim, o marco inaugural da presença militar permanente no Pantanal. Sua edificação simbolizava a fusão entre o pragmatismo militar e a visão estratégica de um império que compreendia, ainda que de forma intuitiva, o valor da geografia como instrumento de poder e economia[4]. Nascia ali o primeiro elo de uma corrente que, séculos depois, continuaria a sustentar o conceito de defesa da Fronteira Oeste, não apenas como delimitação territorial[5], mas como compromisso histórico com a integridade nacional.

---

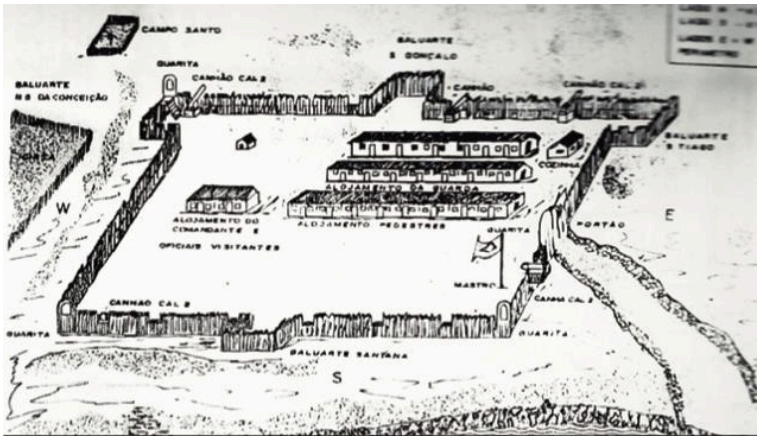
2 Jusbrasil. Direito Marítimo. Cap. III O tratado de Madrid.

3 AMARAL, 2012, p. 98.

4 Vinculados às cuiabanas, há dois episódios de grande importância para a ocupação do Oeste. Um deles foi a descoberta de ouro em Goiás em 1725, pelo segundo Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva, na última bandeira típica de que se tem notícia. Era o terceiro eldorado que se revelava no Brasil, depois das "minas gerais" e das minas de Cuiabá. A descoberta preencheu o perigoso vazio populacional que havia no Planalto Central, ao norte da rota das monções, e justificou a abertura de um caminho terrestre para Goiás, mais tarde prolongado por mais mil quilômetros até Cuiabá. Introduziu na região o que alguns autores chamam de ciclo de muar, que acabou por substituir as monções. FILHO, S. S. G., 2022, p. 170-171.

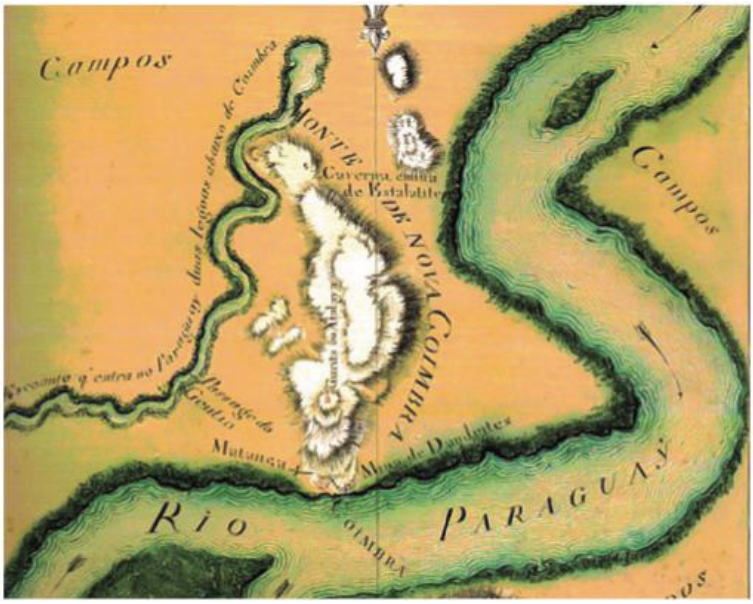
5 FILHO, S. S. G., 2013, p. 203

Figura 01. O Forte de Coimbra como foi inicialmente erguido, segundo pesquisa do historiador militar Cláudio Moreira Bento (Revista do Exército Brasileiro, n. especial, v. CVII, p. 45-87). A paliçada ficava à esquerda do Forte atual.



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 37.

"Plano do monte em que existe o presídio de Nova Coimbra". Nele, o Forte está embaixo do morro, perto da margem do rio. À esquerda, está assinalado, com uma espada, o local da matança. Pouco mais à esquerda, a "passage do gentio", por onde os Guaicurus chegavam ao Forte. (Em a mais dilatada vista do mundo – inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua, p. 113).



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 38.

O Forte, nesse início, era mais que uma estrutura de paliçada de madeira[6], era um pacto entre homens e território, uma promessa de perpetuidade entre o Estado e a natureza.

Cada estaca cravada no solo pantaneiro reafirmava o juramento silencioso de que a soberania não se herda, conquista-se e se mantém pela vigilância constante daqueles que compreendem que o limite da Pátria é também o limite do dever.

Em 1790, o Forte foi percorrido por navio espanhol liderado por D. Martin Boneo, tendo como imediato D. Inácio de Pasos, para, segundo Raul Silveira de Melo (O Forte de Coimbra, II volume)[7], notificar os portugueses a esvaziarem o Forte de Coimbra e as mais disposições que ocupavam na margem direita do rio Paraguai. D. Inácio fez conveniente relatório.

A empreitada, ao seguir viagem subindo o Paraguai, foi intimada a regressar. Consequência ou não desse episódio, com o passar de poucos anos e já em 1797 foi ordenado a dar continuidade a construção do Forte e a estar sob suas ordens, o capitão Ricardo Franco, todavia, tal término de obra não seria mais por madeira, sua finalização deveria ser mais robusta e convicta de sua defesa a reconstrução, agora, seria em pedra e cal. Naquele ano, precisamente em 3 de novembro, o Forte de Coimbra foi oficialmente inaugurado com uma solenidade; antes disso, já havia o Presídio de Coimbra, uma estrutura temporária protegida por estacas de madeira. Nesse mesmo dia, Francisco do Prado, que tinha passado a liderança de Coimbra para Ricardo Franco, estabeleceu o Presídio de Miranda, a pedido deste, que hoje conhecemos como a cidade de Miranda. No ano seguinte, em 16 de julho de 1798, Ricardo Franco instalou na capela da antiga paliçada a nova e linda imagem de Nossa Senhora do Carmo, que ele havia comprado em Cuiabá; somente em 13 de setembro de 1803, durante uma procissão com a participação de civis e militares, acompanhada por violinos, flautas e tambores, a imagem foi formalmente colocada no Forte.

Planta do Novo Forte de Coimbra, 1797.



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 52.

6 DO OESTE, C. M., 2013, p. 4.
7 CComSEx, 2013, p. 39.

O FORTE E A GUERRA DO PARAGUAI: A RESISTÊNCIA HEROICA

O nascimento do século XIX trouxe ao Forte de Coimbra seu batismo de fogo. Em meio à calmaria aparente das águas do rio Paraguai, pouco depois do término de construção de sua murada principal, a história preparava um dos capítulos mais dramáticos da defesa nacional, a origem de sua capacidade defensiva remonta o ano de 1801, precisamente em 20 de maio.

Em 20 de maio de 1801, Portugal e Espanha entraram em guerra. As notícias sobre o embate chegaram ao Paraguai, mas não alcançaram Mato Grosso. O governador de Assunção, Lázaro de Ribera Y Spinosa, decidiu seguir com a ideia de retirar os portugueses da região a Oeste de Tordesilhas. Um alerta do líder indígena Nixinica[8] evitou que o Forte fosse pego de surpresa por sumacas espanholas, barcos fluviais de grande poder. O Forte não estava preparado, dispondo de canhões fracos.

Em 15 de setembro, uma indígena chamada Xamicoca pediu para ser batizada antes de morrer e foi enterrada com honras na capela do Forte[9].

Em 16 de setembro, quatro sumacas atacaram o Forte com artilharia pesada. Ricardo Franco, comandante do Forte, revidou com um canhão pequeno, ineficaz contra os barcos inimigos, pois seu projetil não passava da metade do rio. No dia seguinte, diante de um ultimato feito por Lázaro de Ribeira Y Spinosa, Ricardo Franco mostrou bravura ao dizer que preferia morrer lutando a ceder o Forte, externando a célebre e imortal frase que hoje é lema dos combatentes do Forte:

> "Tenho a honra de responder categoricamente a V. Ex.ª que a desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos, e a defende-los (...) repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas dos Fortes que lhes confiam. Coimbra, 17 de setembro de 1801."[10]

O exército inimigo continha cerca de 900[11] soldados, enquanto Franco contava com apenas 49 homens leais.

Os ataques por terra foram recebidos com resistência feroz pelos defensores. Apesar dos bombardeios constantes, a luta se manteve firme. Após uma Forte tempestade em 23 de setembro, as ações inimigas pararam. Em 24 de setembro, após um novo ataque com cerca de 100 tiros de canhão, o inimigo se retirou, derrotado.

---

8 DO OESTE, C. M., 2013, p. 7.

9 DO OESTE, C. M., 2013, p. 7.

10 DO OESTE, C. M., 2013, p. 7. O grifo próprio representa o atual brado pontual entoado pelos militares que compõem o Pelotão Especial de Fronteira de Forte de Coimbra (PEF FC).

11 Segundo o historiador militar, Cel Cláudio Moreira Bento, o batismo de fogo perdurou "durante 9 dias, de 16-24 de setembro de 1801, sob a proteção do incompleto forte, Ricardo Franco, liderando 49 soldados e 60 civis apoiados em 110 fuzis e 6 canhões, conseguiu repelir violento e potente ataque da Flotilha de D. Lazaro de Ribera, Governador de Assunção, composta de 4 goletas armadas com 12 canhões e guarnecidas por cerca de 900 homens." BENTO, C. M., Informativo Guararapes, Parte III.

O Forte comemorou a retirada com música de violino, flauta e tambores[12], enquanto o exército espanhol partia, com mortos, feridos e uma sumaca avariada pelos tiros do Forte.

Ricardo Franco, ordena ao comandante do Presídio de Miranda, o Primeiro-Tenente Francisco Rodrigues do Prado que, com 54 soldados e 297 índios Guaicurus, atacasse o Fortim de São José do Apa. O ataque foi bem-sucedido, resultando na destruição do fortim inimigo e na fuga da guarnição adversária, que deixou para trás mortos e feridos, em 1º de janeiro de 1802.

Essa resistência heroica de Ricardo Franco foi fundamental para impedir a expansão espanhola sobre o sul do Mato Grosso, protegendo territórios luso-brasileiros que poderiam ter sido perdidos de Portugal, já que o Tratado de Badajoz não definia claramente essas fronteiras. Graças à sua defesa, o Oeste do Brasil permaneceu sob domínio português.

O feito teve repercussão tanto no Brasil quanto em Portugal. Em 1803, Ricardo Franco foi promovido a coronel e recebeu uma honraria da Ordem de São Bento de Avis, enquanto Rodrigues do Prado tornou-se capitão.[13]

Ricardo Franco faleceu em 21 de janeiro de 1809, dentro do Forte que ajudou a construir e defender. Mesmo debilitado, manteve sua fé em Nossa Senhora do Carmo, que, segundo ele, protegeu seus comandados. Seu legado foi a garantia da grandeza territorial brasileira a Oeste de Tordesilhas.

Anos mais tarde, eclodia outro episódio protagonizado pelo Forte. A Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai (1864–1870), já na configuração, não mais de colônia contra colônia, mas sim de Estado contra Estado[14]; ela não foi apenas um conflito regional, mas um abalo sísmico na estrutura política e militar da América do Sul.

Segundo Boris Fausto, especula-se muito sobre as razões que teriam levado Solano López[15], Presidente do Paraguai, a iniciar o conflito, com o risco de provocar a união contra o Paraguai de dois velhos rivais, o Brasil e a Argentina. Aparentemente, esperava neutralizar as ameaças se deus poderosos vizinhos e transformar o Paraguai em uma força no jogo político do continente. Contava para isso com uma vitória no desguarnecido Mato Grosso, apenas em 1977 pelo Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici foi feita a divisão territorial dando início ao estado do Mato Grosso do Sul, que levasse o Brasil a um acordo, e com o apoio dos Blancos[16],

12 DO OESTE, C. M., 2013, p. 7.

13 DO OESTE, C. M., 2013, p. 8.

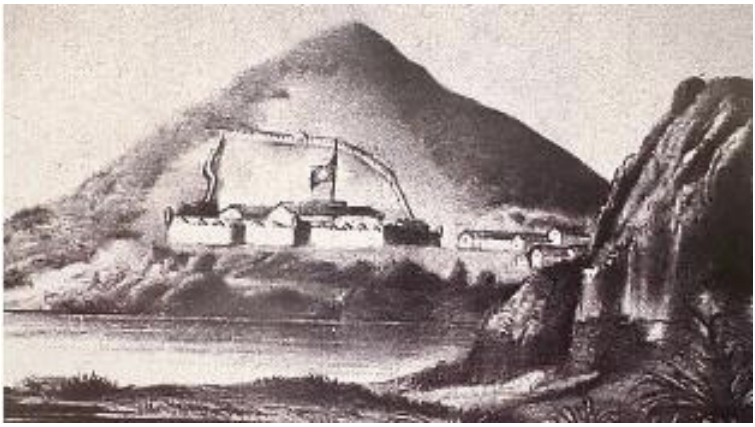
14 Ao organizarem-se em um Estado, os indivíduos lhe atribuem um poder supremo – a um soberano. Esse poder equivale à soma das liberdades de que cada um dos indivíduos abriu mão ao constituir o Estado. Porém, tal renúncia só se dá porque eles acreditam que estarão em melhor situação com o Estado do que sem ele. MATIAS, E. E. P., 2005, p. 62.

15 EM 1845, aos 18 anos, a necessidade premente de líderes no Paraguai fez que Solano Lopez já seja general em chefe do Exército Nacional. Essa anomalia não se explica puerilmente como pretendem vários historiadores, por um benefício dinástico de pai para filho, nem também de forma pueril pretendem os admiradores românticos de Franciso Solano Lopez, pela sua extraordinária inteligência e aptidão militar. Mas era anomalia... GUIMARÃES, A. V., 2000, p. 82.

16 No Uruguai, apesar de os "colorados" terem sido o partido mais ativo na guerra contra Rosas, foram os "blancos" que elegeram, em 1862, o novo Presidente Juan Francisco Giró, que durou muito pouco,

partido político, Uruguaios e das províncias Argentinas adversárias do Presidente Argentino, Bartolomeu Mitre, E foi ali, em Nova Coimbra, que o Brasil ergueu seu primeiro brado de resistência frente à ofensiva paraguaia comandada por Francisco Solano López.

O Forte de Coimbra por volta de 1860, vendo-se no primeiro plano, à direita, o morro da Marinha. (Em NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO, de Joaquim Ferreira Moutinho, São Paulo. 1869, p. 235).



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 40.

No dia 27 de dezembro de 1864, as forças paraguaias, em número avassalador, cercaram o Forte[17]. À frente da guarnição brasileira encontrava-se o tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, auxiliado pelo bravo alferes Pedro Celestino Corrêa da Costa.

Com pouco mais de uma centena de homens, muitos deles doentes, outros exaustos pela dureza do isolamento, o comandante recusou a rendição exigida pelo inimigo, Coronel Vicente Barrios[18]. O estandarte foi clarao altivo e digno de ecoar nos anais da bravura: Somente pela sorte das armas, entregará o Forte.[19]

O primeiro ataque contra o Brasil durante a Guerra da Tríplice Aliança foi realizado de maneira inesperada, atingindo as defesas e os valentes defensores de Coimbra. Na noite de 26 de dezembro de 1864, uma poderosa frota inimiga, sob o comando do Coronel Barrios, foi avistada perto do Forte. Essa força era composta

aliás, sendo substituído no ano seguinte por uma junta dos três maiores caciques políticos do país, Lavalleja, Rivera e Flores. Com a morte dos dois primeiros, Venâncio Flores, chefe dos colorados, é eleito Presidente, mas na tradição uruguaia de então, é logo apeado do poder pelos blancos, que o substituem por Atanásio Aguirre. FILHO, S. S. G., 2013, p. 68-69.

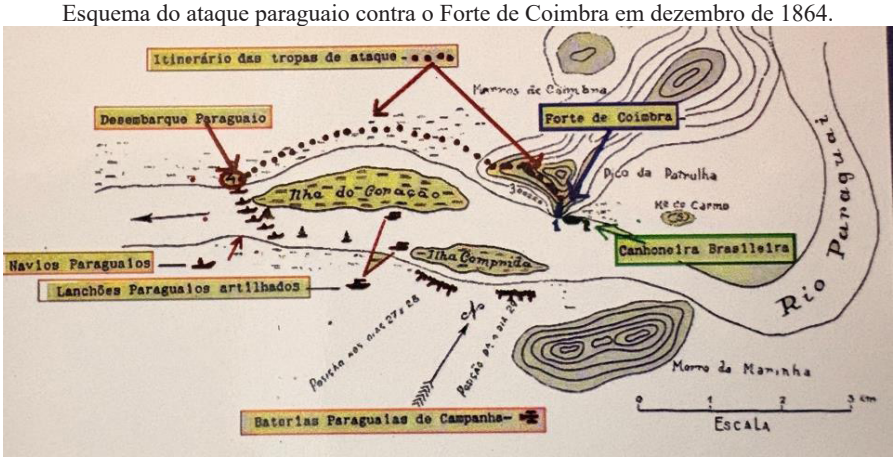
17 Conforme última pesquisa do General Raul Silveira de Mello, seriam 2.500 homens. DO OESTE, 2013, p. 11.

18 Vicente Barrios foi aluno de Portocarrero, quando o oficial brasileiro deu instruções a militares paraguaios em razão do Intercâmbio Militar entre Brasil e Paraguai, firmado em 1851. Também estava entre os oficiais instrutores brasileiros o futuro patrono da engenharia, Villagran Cabrita. DO OESTE, 2013, p. 13.

19 DO OESTE, C. M., 2013, p. 12.

por 11 embarcações militares, equipadas com 39 canhões e com um total de 3200 soldados.

Esquema do ataque paraguaio contra o Forte de Coimbra em dezembro de 1864.



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 60.

A guarnição brasileira era formada por 115 combatentes, que contariam com o apoio de 40 civis, 18 prisioneiros, 10 indígenas Guaicurus e 70 mulheres, em sua maioria esposas dos soldados, totalizando cerca de 250 pessoas. O Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero assumiu a liderança da defesa em Coimbra. Ele era o comandante do Distrito Militar do Médio Paraguai[20] e estava em visita no local junto com sua esposa, D. Ludovina Portocarrero, que se tornaria uma das grandes heroínas do Brasil, um símbolo de coragem, patriotismo, dedicação e espírito de sacrifício das esposas de militares.

Na manhã do dia seguinte, o comandante inimigo fez um ultimato ao Forte, exigindo sua rendição em uma hora. Portocarrero, inspirado por Ricardo Franco, respondeu:

> É uma honra informar que, conforme a doutrina que rege o Exército Brasileiro, a entrega de Coimbra só ocorrerá mediante ordem de autoridade superior, à qual transmito uma cópia desta mensagem, e somente pela sorte das armas.[21]

Ao meio-dia de 27 de dezembro, o inimigo iniciou um ataque combinado, tanto por terra quanto por água, com uma desproporção de forças de 30 para 1. Coimbra contava com o apoio da valente canhoneira "Anhambaí"[22], da Marinha de Guerra, armada com dois canhões, que teria um papel crucial e heroico. D. Ludovina organizou, entre as mulheres, o suporte logístico para os defensores, além de fornecer resistência moral e espiritual. No ápice do combate, ela simbolicamente transferiu

20 BENTO, C. M., Informativo Guararapes, parte III.
21 BENTO, C. M., Informativo Guararapes, parte III.
22 DO OESTE, C. M., 2013, p. 13.

o comando do Forte à Nossa Senhora do Carmo, colocando aos pés da imagem um pedaço de seda vermelha, que fazia parte do uniforme de seu marido referenciando o posto e comando. Na noite de 27 para 28 de dezembro, 70 mulheres, sob sua liderança, fabricaram 3500 munições de fuzil utilizando buchas feitas até com suas próprias roupas, além de adaptarem projéteis de maior calibre.

Fotos da imagem[23] de Nossa Senhora do Carmo, aos moldes da utilizada no conflito.



Fonte: 3˚ Sargento de Comunicações, Wilker – 17º B Fron, arquivo pessoal.

Além disso, essas mulheres também se responsabilizaram pela alimentação e pelo fornecimento de recursos às posições, de modo a aumentar o ânimo dos soldados nas defesas. No segundo dia de batalha, quando a situação do Forte se tornou extremamente crítica, a tradição diz que D. Ludovina solicitou ao soldado músico Verdeixas[24] que subisse aos muros do Forte e mostrasse a imagem de Nossa Senhora do Carmo aos atacantes. Verdeixas atendeu ao pedido. Exposto ao fogo do inimigo, ele ergueu a imagem da Padroeira acima da cabeça e gritou:

"Viva Nossa Senhora do Carmo!"

Imediatamente, irmãos divididos pela guerra, mas unidos pela fé, descansaram suas armas e começaram a clamar:

"Viva Nuestra Señora!"

23 A imagem encontra-se em capela existente na Vila Civil de Coimbra, sob cuidados de capelão militar nomeado pelas vagas da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (18ª Bda Inf Pan) e Guarnecida por tropas de Pelotão Especial de Fronteira do 17º Batalhão de Fronteira (17º B Fron), as vestes são atualizadas mantendo o estilo e coloração do que seria a época. Ainda há debates quanto a origem da imagem atual, historiadores pesquisam se ela pode ser, de fato, a estátua que esteve presente no conflito.
24 BENTO, C. M., Informativo Guararapes, parte III.

Estes gritos de alegria, entrelaçados com cumprimentos políticos de um só lado, perduraram o bastante para que duas valentes de Coimbra, mulheres comuns do povo - Aninha Cangalha e Maria Fuzil, fossem até o rio procurar água para que os combatentes pudesse saciar a sede e recuperar a lógica para avaliar as condições de luta. Durante um dia e meio, o Forte de Coimbra foi submetido a intenso bombardeio. As muralhas tremeram, as canhoneiras ardiam, mas a resistência não cedeu. A artilharia paraguaia, em superioridade numérica e técnica[25], avançava; contudo, o espírito dos defensores se elevava acima da própria materialidade da guerra.

Quando a defesa se tornou insustentável, Portocarrero, consciente da desproporção e da necessidade de preservar vidas para a continuidade da luta, aproveitou o momento espirituoso que a imagem de Nossa Senhora do Carmo propiciou, essa oportunidade de cessar-fogo tácito, fez chegar a conclusão que seria ajuizado e clarividente uma retirada, aproveitando que nenhum homem seu havia tombado, e ordenou a retirada estratégica pelo rio, a qual só fora possível em meio ao combate devido o espírito religioso de ambos os lados militares. O episódio, longe de representar rendição, consagrou-se como ato de heroísmo, prudência e amor à Pátria.

Essa retirada, executada sob fogo inimigo, em embarcações frágeis, é uma das passagens mais comoventes da história militar brasileira. Os sobreviventes singraram o rio em silêncio, enquanto o Forte, ainda fumegante, permanecia ereto em dignidade, como quem - mesmo ferido - se recusa a tombar. O inimigo tomou a fortificação, mas não conquistou seu espírito. A resistência de Coimbra tornara-se símbolo, inspiração e semente do contra-ataque que, anos mais tarde, culminaria na Retomada de Corumbá, sob o comando do tenente-coronel Antônio Maria Coelho, em 1867.

O eco do combate em Forte de Coimbra transcendia o campo físico. Era o Brasil afirmando sua existência no extremo de suas fronteiras, era a Pátria provando que sua força não residia apenas na quantidade de seus canhões, mas na inquebrantável coragem de seus soldados. A guerra revelara, também, a necessidade de integração territorial[26] e de comunicações eficazes, a lição de que a defesa da fronteira não se faz apenas com armas, mas com presença, logística e Estado.

Como observaria décadas depois o historiador Francisco Doratioto, a resistência de Coimbra marcou o início de um ciclo de amadurecimento do Exército Brasileiro, que aprenderia, entre a dor e o heroísmo, o sentido coletivo de sua missão. O Exército, por sua vez, saiu do conflito com um sentimento de identidade desconhecido anteriormente, forjado com sangue nos campos de batalha[27]. E é por isso que, ao recordar aquele 27 de dezembro, não se fala apenas de pólvora e aço, mas da materialização do juramento eterno do soldado: Se necessário for, sacrificarei a própria vida pela Pátria[28].

---

25 MOURA, Carlos Franciso apud II Centenário do Forte de Coimbra (deputado federal Gastão Muller). Brasília: Câmara dos Deputados, 1975, p. 15. DO OESTE, 2013, p. 10.

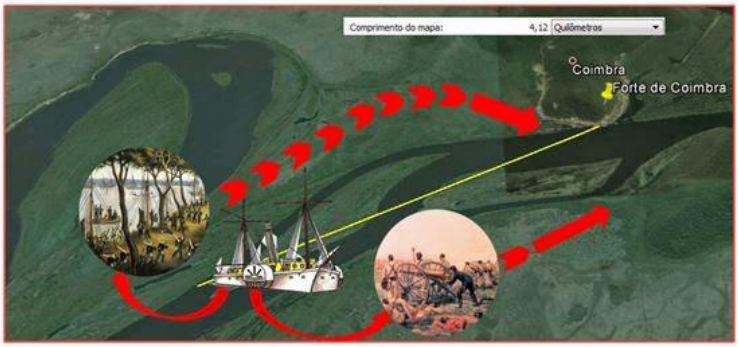
26 MOURA, Carlos Franciso apud II Centenário do Forte de Coimbra (deputado federal Gastão Muller). Brasília: Câmara dos Deputados, 1975, p. 15. DO OESTE, 2013, p. 10.

27 DORATIOTO, F., 2022, p. 487.

28 Trecho do juramento à Bandeira Nacional.

Forte de Coimbra resistiu, mesmo quando as bandeiras foram arrebatadas, porque a verdadeira vitória não se mede pela ocupação de um território, mas pela perpetuação de um ideal.

Esquema de ataque das forças invasoras paraguaias de 1864, contra o Forte de Coimbra.



Fonte: https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/Forte-de-coimbra-uma-fortaleza-no-pantanal

SÉCULOS DE PRESENÇA E VIGILÂNCIA: O PAPEL MILITAR E SOCIAL DE FORTE DE COIMBRA

Com o término da Guerra do Paraguai, quando o Brasil lamentava suas perdas e reconstituía suas instituições, seu Estado[29], o Forte de Coimbra ressurgiu não apenas como uma construção física, mas como um símbolo da resistência nacional, ao ponto de passados 250 anos, os brasileiros ainda dizem ser a Guerra do Paraguai a sua hora mais gloriosa[30]. A fortaleza, que havia se mantido firme diante do cerco inimigo, converteu-se em um ícone do que o Exército Brasileiro é em sua essência: a presença que assegura, a disciplina que coordena, a fé que une e a força que protege.

A paz não extinguiu a missão, ao contrário, transformou-a em algo novo. O mesmo território que antes reverberava o estrondo dos canhões agora escutava o ritmo das botas na areia do Pantanal, o soar do clarim ao amanhecer e o silêncio respeitoso durante o içamento da Bandeira Nacional. A cada novo dia no Forte de Coimbra, o Exército reafirmava o compromisso de que a Pátria nunca seria deixada

29 Com o término da Guerra do Paraguai, quando o Brasil lamentava suas perdas e reconstituía suas instituições, seu Estado29, o Forte de Coimbra ressurgiu não apenas como uma construção física, mas como um símbolo da resistência nacional, ao ponto de passados 250 anos, os brasileiros ainda dizem ser a Guerra do Paraguai a sua hora mais gloriosa30. A fortaleza, que havia se mantido firme diante do cerco inimigo, converteu-se em um ícone do que o Exército Brasileiro é em sua essência: a presença que assegura, a disciplina que coordena, a fé que une e a força que protege.
A paz não extinguiu a missão, ao contrário, transformou-a em algo novo. O mesmo território que antes reverberava o estrondo dos canhões agora escutava o ritmo das botas na areia do Pantanal, o soar do clarim ao amanhecer e o silêncio respeitoso durante o içamento da Bandeira Nacional. A cada novo dia no Forte de Coimbra, o Exército reafirmava o compromisso de que a Pátria nunca seria deixada de lado.
30 Paráfrase do discurso “The fineste hour”, feito por Winston Churchill, em junho de 1940. SPEECHES, Winston Churchill. THEIR FINEST HOUR speech by Winston Churchill [BEST SOUND].

de lado. Mesmo afastado dos grandes centros, rodeado por rios e horizontes, Coimbra se manteve como guardião da soberania e meio de integração.

A presença militar na Fronteira Oeste tornou-se, desde essa época, uma extensão do próprio Estado brasileiro. Em diversas ocasiões na história, quando as distâncias geográficas ou as dificuldades logísticas pareciam criar barreiras invisíveis entre o país e suas extremidades, foram as Forças Armadas, especialmente o Exército, que preencheram essa lacuna com sua presença regular, a ajuda solidária e a vigilância constante. O soldado de Fronteira não é apenas a proteção da linha divisória: ele atua como professor, enfermeiro, construtor, diplomata da paz e herdeiro de uma tradição que encapsula o lema atemporal da Força Terrestre: "Braço Forte, Mão Amiga."[31]

Assim, o Forte de Coimbra representa o caráter diverso da missão militar do Brasil. Ali, a defesa nacional se entrelaça com o serviço à comunidade, e a soberania não é apenas um conceito geopolítico, mas uma vivência diária. Em períodos de crise, os militares garantiram auxílio às populações ribeirinhas; em tempos de tranquilidade, construíram pontes, abriram caminhos e levaram a presença do Estado a lugares onde, muitas vezes, nenhuma outra organização chegava. O Exército, mais do que uma força militar, se tornou a conexão civilizatória entre o centro do Pantanal e o resto do Brasil.

Não é possível separar o nome de Coimbra da missão constante das Forças Armadas: a proteção da Pátria, a defesa das instituições constitucionais, da lei e da ordem, e o apoio às comunidades onde a farda verde-oliva se faz presente. A história de Coimbra é, essencialmente, a representação da continuidade dessa missão, manifestada na perseverança silenciosa de cada soldado que atua nas margens do rio Paraguai, com insetos e espinheiros; o perigo das matas; o calor e a friagem; as enchentes e os segredos das águas.[32]

Como em muitos discursos militares ouve-se dizer, "o Exército é o guardião constante da nacionalidade, pois está onde o Brasil precisa ser reafirmado."[33] Esta afirmação ressoa, talvez com ainda mais intensidade, entre as muralhas do Forte de Coimbra, onde a geografia se mescla ao destino e onde a farda se transforma no elo que conecta passado, presente e futuro da Nação. Em cada tarefa de guarnição, em cada passo sob o sol do Pantanal, reafirma-se a convicção de que Coimbra não é apenas um ponto estratégico, é um santuário da Nação. Sua longa existência não é resultado do acaso, mas da determinação de homens e mulheres que entenderam que o Brasil permanece unido não só por leis ou limites territoriais, mas pela vital presença de seus soldados.

Dessa forma, o Forte de Coimbra vai além da função de uma fortaleza militar. Ele representa uma lição de civismo, um símbolo de fé na missão e uma prova do

---

31 Lema do Exército Brasileiro.

32 Trecho da Oração do Combatente do Pantanal.

33 A frase é frequentemente utilizada em discursos e publicações militares, mas sua autoria exata não é universalmente atribuída a uma única pessoa em específico, parecendo ser mais um aforismo ou conceito institucional do que uma citação individual. A frase descreve o discurso de um militar brasileiro tradicional como nacionalista e defensivo da pátria, caracterizando a posição de quem a emite como semelhante à que os militares geralmente ocupam. Essa fala é comumente associada a Hamilton Mourão, e pode ser interpretada como a defesa de uma agenda nacionalista e do respeito aos valores militares tradicionais, como a defesa do país. SOUZA, D. Comentário Estúdio I.

papel social das Forças Armadas como guardiãs da unidade nacional. Ao longo dos anos, suas paredes deixaram de ser apenas um escudo e passaram a ser um reflexo, mostrando o que o Brasil possui de mais valioso: a bravura de se manter firme, mesmo quando o tempo e a distância tentam abalar seu ânimo.

E assim, na interseção entre a responsabilidade e o afeto, entre o fardamento e a humanidade, o soldado de Coimbra continua a cumprir a mesma promessa feita há 250 anos: vigiar em silêncio, servir com humildade e, se necessário, lutar até o último toque de corneta[34] pela terra sagrada da Nação.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Forte de Coimbra, inicialmente chamado de Real Presídio de Nova Coimbra, foi fundado em 13 de setembro de 1775, contando com 245 militares.

Entre 1864 e 1868, a região foi ocupada pelos paraguaios, sendo retomada em 1870 pelos brasileiros, que mantiveram o nome original e um efetivo de 50 homens.

Em 1900, passou a se chamar Fortaleza de Coimbra, com cerca de 70 militares.

No ano de 1908, o Marechal Hermes, então Ministro da Guerra, criou a Bateria Ricardo Franco. Nesse mesmo ano, com a reorganização do Exército Brasileiro e a nova doutrina de Defesa de Costa, foi extinto o 3º Batalhão de Artilharia de Posição, dando lugar à 4ª Bateria - Bateria Forte de Coimbra, com 170 militares. Isso exigiu instalações maiores para atividades de treinamento e acomodação de armamentos mais modernos, levando à desocupação do Forte e à transferência para novas instalações próximas à muralha centenária.

Foto: Canhão Armstrong-Whitworth 120mm[35]



Fonte: Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília, 2013, p. 71.

34 Alusão feita ao estranho toque de corneta realizado erradamente pelo cabo Luiz Lopes no episódio da Batalha do Piarajá, o qual ele recebera a ordem de dar o toque de retirada, mas equivocou-se e tocou "avançar cavalaria e degolar". O efeito desse erro teria sido duplo: os brasileiros recobraram a força e o inimigo, "crendo que atrás das linhas brasileiras galopasse todo um esquadrão cavalariano NETO, H. F., 2018, p. 349.

35 No final do século XIX, o Cruzador Barroso foi desarmado e alguns de seus canhões foram usados para guarnecer Fortes do Exército Brasileiro. Em 1907 foram instalados dois canhões Armstrong de 120mm no Forte de Coimbra, que passariam a constituir a Bateria Ricardo Franco. DO EXÉRCITO, C. C. S., 2013, p. 71.

Em 1919, foi criado o 5º Grupo de Artilharia de Costa, composto por duas baterias, incluindo militares da 3ª Bateria do 5º Distrito de Artilharia de Costa[36].

Em 1936, o efetivo foi reduzido, restando apenas uma bateria, a 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Coimbra, com cerca de 193 militares[37].

O Forte de Coimbra tem uma longa trajetória histórica no Brasil. Em 1942, recebeu o estandarte, o distintivo e o nome de Bateria Portocarrero, além de no mesmo ano ser agraciada com a Insígnia da Ordem do Mérito Militar[38].

Em 1974, foi registrado como patrimônio histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1992, foi modificado em uma Unidade de Infantaria sob o nome de 3ª Companhia do 17º Batalhão de Caçadores e Forte Coimbra, contando com 214 militares.[39]

Em 1994, ganhou o título de Guarnição Histórica, recebendo o uniforme histórico.

Em 1996 recebeu a designação de 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra, agora com autonomia administrativa, e sob o comando direto da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, com efetivo de 284 militares.[40]

Em 2002, passou a ser chamado de 3ª Companhia de Fronteira e Forte Coimbra – Companhia Portocarrero com 289 militares, e em 2006, foi agraciado com a Medalha do Pacificador.[41]

Em 2016, foi publicado em Boletim do Exército a desativação da 3ª Companhia de Fronteira e em 1º março de 2017 foi incorporado a estrutura organizacional do 17º Batalhão de Fronteira, recebendo designação funcional para compor o efetivo da Organização Militar como Pelotão Especial de Fronteira.

O desenvolvimento da comunidade local ocorreu com famílias de militares e civis que construíram suas vidas ao redor do Forte. Na década de 1970, a população chegou a 1.300 habitantes, mas com o tempo, muitas pessoas migraram para outras regiões, reduzindo o número de moradores para cerca de 50. A economia local gira em torno da pesca, pequenos comércios e turismo, com destaque para a pilotagem de voadeiras.

O Forte de Coimbra e sua comunidade continuam sendo um símbolo da presença brasileira na região de fronteira, preservando um legado histórico que culmina seus 250 anos.

Forte de Coimbra hoje: memória viva e sentinela do Pantanal

Duzentos e cinquenta anos se passaram desde que as primeiras pedras foram assentadas às margens do rio Paraguai, mas o espírito de Forte de Coimbra continua o mesmo: altivo, vigilante e profundamente brasileiro. O tempo, esse escultor paciente da história, não lhe roubou o vigor, apenas lhe conferiu nobreza. As marcas do passado, longe de se apagarem, tornaram-se rugas de experiência sobre o rosto da

36 DO OESTE, C. M., 2013, p. 22.
37 DO OESTE, C. M., 2013, p. 23.
38 DO OESTE, C. M., 2013, p. 22.
39 DO OESTE, C. M., 2013, p. 22.
40 DO OESTE, C. M., 2013, p. 22.
41 DO OESTE, C. M., 2013, p. 22.

Pátria, linhas que narram feitos de coragem, sacrifício e lealdade.

Foto: Formatura de 250 anos de Forte de Coimbra[42].



Fonte: Seção de Comunicação Social do 17º Batalhão de Fronteira, 2025.

Hoje, o Forte de Coimbra não é ruína nem relíquia, é organismo vivo, pulsando entre o som dos clarins e o murmúrio das águas pantaneiras. É o mesmo cenário que viu a ousadia de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o gênio estratégico do colonizador que compreendeu, ainda em 1775 a necessidade da ocupação; o visionário e desbravador Matias Ribeiro da Costa, desencadeador da pedra fundamental; a defesa da fronteira por Ricardo Franco, que é o primeiro ato de soberania; é o mesmo solo que testemunhou, quase um século depois, a resistência heroica de Hermenegildo Portocarrero e de seus homens diante da fúria paraguaia, quando, mesmo sitiados, escolheram a honra em vez da rendição; e a reconquista de Maria Coelho.

Mas Coimbra não parou na guerra. Reergueu-se, uma e outra vez, para se tornar centro de permanência, lar e escola de civismo. O Exército Brasileiro, guardião do seu legado, transformou o Forte em posto de defesa, base de apoio humanitário e centro de identidade. Ali, onde outrora ecoou o estrondo dos canhões, hoje se ouve o canto da alvorada por Aracuãs-do-Pantanal e Tuiuiús; onde antes havia o cheiro da pólvora, há o perfume do pantaneiro ao amanhecer; onde houve sangue, há agora vida, a vida da flora, da fauna, do único bioma no mundo (o Pantanal), vida de soldados, famílias, crianças, sobretudo, brasileiros, que perpetuam o ciclo de presença de manter viva a Fronteira Oeste do Brasil.

O 17º Batalhão de Fronteira, herdeiro direto dessa tradição, conserva mais do que as muralhas: conserva o espírito. Em seus homens e mulheres revive o juramento de Portocarrero, o olhar vigilante de Cáceres, o arrojo de Maria Coelho e o ideal de todos os que, antes, ousaram morrer para que hoje possamos viver livres. Cada

42 Durante comemorações dos 250 anos de fundação do Forte de Coimbra, militares do 17º B Fron participaram da solenidade com um pelotão completo trajando vestimentas buscando valorizar os modelos a época do conflito da Guerra do Paraguai, 1864.

soldado de Fronteira é, em essência, a reencarnação da própria história, o elo invisível entre o que fomos e o que ainda seremos.

Foto: Ação social à população ribeirinha[43]



Fonte: Seção de Comunicação Social do 17º Batalhão de Fronteira, 2025.

Forte de Coimbra é, pois, a prova de que a Pátria não é um conceito abstrato, mas uma presença física, sensível, quase sagrada. É a lembrança de que soberania não se decreta, se constrói, se guarda e se honra, dia após dia, geração após geração. E é por isso que o Forte permanece de pé: não como monumento do passado, mas como sacrário do futuro, templo da memória onde o Brasil se contempla e se reconhece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para as muralhas de Forte de Coimbra, o visitante não contempla apenas pedra e cal, contempla o reflexo de uma nação inteira. Cada bloco ali assentado carrega o peso de um juramento e o eco de um ideal: o de que o Brasil só existe porque houve quem, antes de nós, acreditou que ele valia o sacrifício da própria vida.

E é justamente essa lembrança que nos convoca, neste bicentenário e meio, à reflexão. A história de Coimbra não pertence apenas aos arquivos ou aos quartéis: ela pertence ao coração de cada brasileiro. É memória viva do que somos e do que devemos continuar sendo. Porque não foram apenas tratados e acordos que desenharam nossas fronteiras, foram homens que as defenderam com o corpo, foram mulheres que esperaram em silêncio, foram gerações que regaram o solo pantaneiro com o suor, com a fé e, por vezes, com o sangue.

Ao rememorar esses 250 anos, é impossível não recordar que o verdadeiro

43 Para além das suas atribuições militares de cunho operacional e estratégico, que abrangem o controle de fronteira, patrulhas avançadas e reconhecimentos de área, o Pelotão Especial de Fronteira de Forte de Coimbra estende sua atuação ao apoio social às populações ribeirinhas da região. Em um contexto de acesso e infraestrutura notavelmente precários, a tropa exemplifica seu dever cívico, prestando valioso suporte aos habitantes locais. As fotografias capturam momentos dessas ações humanitárias, evidenciando atividades de lazer com as crianças e levantamento de dados médicos à comunidade de Porto Esperança, adjacente a Forte de Coimbra.

poder de uma nação não está nas suas riquezas, mas na grandeza moral do seu povo. Coimbra nos ensina que a liberdade não é herança, é conquista diária; que a Pátria não é apenas território, é comunhão de destino.

Feitos como a consolidação da Fronteira Oeste através do Forte de Coimbra é um convite a esquecer o que nos diferencia e lembrar o que nos une, é também diante de Coimbra que devemos reconhecer que homens do passado morreram para que hoje possamos nos olhar e nos chamar de irmãos, e gozarmos da liberdade que nos foi legada, e isso não é pouca honra[44], ser chamado de brasileiro ou brasileira.

Que o Forte de Coimbra continue sendo o espelho da alma brasileira, firme, fiel e altaneiro. Que sua existência nos recorde que o sangue derramado em suas margens não foi em vão, mas semente fecunda da nação que hoje se estende do Oiapoque ao Chuí. E que, enquanto o vento soprar sobre o rio Paraguai e a bandeira tremular sobre suas muralhas, o Brasil jamais se esquecerá de que há, no coração do Pantanal, uma fortaleza que não dorme, e um ideal que nunca morre.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do. Direito do Mar e a Convenção de Montego Bay. São Paulo: Atlas, 2012.

ASAS ARTIGOS MILITARES. Juramento a Bandeira Nacional. Disponível em: https://www.asaartigosmilitares.com.br/p/juramento-a-bandeira-nacional. Acesso em: 20 out. 2025a.

BENTO, Claudio Moreira. Informativo Guararapes. Forte de Coimbra – Dois séculos de história, de fé e de glórias. Disponível em: https://www.ahimtb.org.br/Forte-coimbra.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

CULT CINEMA CLASSICS. A stranger in town 1943 (comedy, drama) Frank Morgan, jean rogers, Richard Carlson | movie. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XpFe9Mxi9pE&t=300s. Acesso em: 21 out. 2025a.

DEFESA AÉREA NAVAL. Esquema de ataque das forças invasoras paraguaias de 1864, contra o Forte de Coimbra. Disponível em: https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/Forte-de-coimbra-uma-fortaleza-no-pantanal. Acesso em: 19 out. 2025b.

DO EXÉRCITO, Centro de Comunicação Social. Forte de Coimbra - Uma Fortaleza no Pantanal. Brasília: Cidade Gráfica e Editora LTDA, 2013.

DO OESTE, Comando Militar. Forte de Coimbra. Campo Grande: CMO, 2013.

DORATIOTO, Franciso. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

44 Paráfrase da cena final do filme: O ilustre incógnito [A STRANGER IN TOWN], em 1943 de Frank Morgan, Jean Rogers, Richard Carlson.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2018.

FILHO, Synésio Sampaio Goes. As Fronteiras do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das Fronteiras do Brasil. Niterói: iNGÁ, 2021.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. A Guerra do Paraguai: Verdades e mentiras - Volume I. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 2000.

JUSBRASIL. Direito Marítimo: da era das grandes navegações à Globalização Contemporânea. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-maritimo-da-era-das-grandes-navegacoes-a-globalizacao-contemporanea/4479584392. Acesso em: 19 out. 2025c.

LETRAS. Oração do Guerreiro do Pantanal. Disponível em: https://www.letras.mus.br/exercito-brasileiro/1300632/. Acesso em: 19 out. 2025a.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. A humanidade e suas Fronteiras: Do Estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NETO, Hélio Franchini. Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil. Rio de Janeiro: Tapbooks, 2019.

SOUZA, Daniel. Comentário Estúdio I. Disponível em: https://www.facebook.com/GloboNews/videos/o-discurso-dele-%C3%A9-de-um-militar-brasileiro-tradicional--ele-est%C3%A1-no-lugar-onde-se/2655481087975511/. Acesso em: 19 out. 2025.

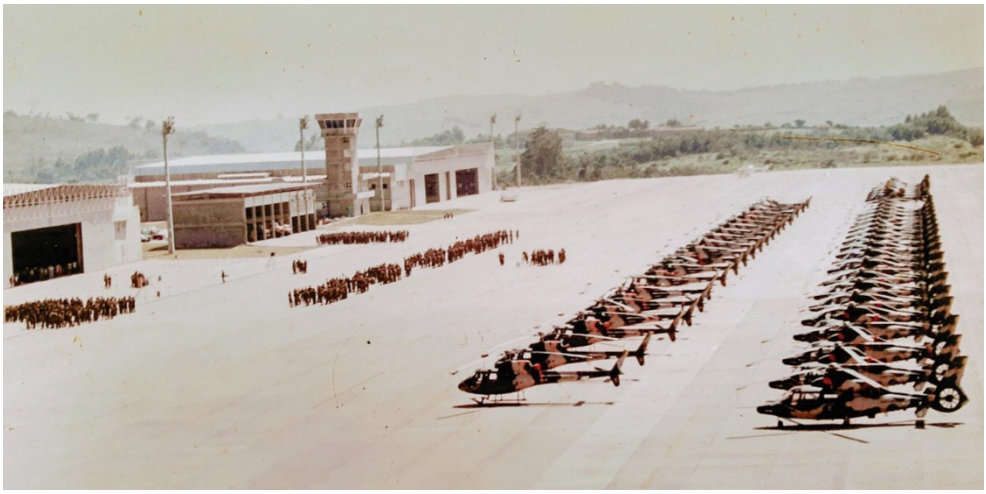
SPEECHES, Winston Churchill. THEIR FINEST HOUR speech by Winston Churchill [BEST SOUND]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6j-jhxeHIjvU. Acesso em: 20 out. 2025.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

1991 – UM ANO DE GRANDES E IMPORTANTES TRANSFORMAÇÕES NA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

Antônio Geraldo Rodrigues[1]

Figura 1. Pátio de aeronaves no Setor Sul, do Comando de Aviação do Exército, no início da década de 1990



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

1 Oficial superior do Exército Brasileiro (Ministério da Defesa), atualmente no posto de Coronel da Reserva. É Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, 1990). Possui especialização em Gerente de Manutenção de Aeronaves pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx, 1993). Concluiu o Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO, 2003). Possui Pós-graduação lato sensu em Bases Geo-Históricas para a Formação Estratégica pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME, 2004); Curso Avançado de Aviação pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx, 2005); Pós-graduação lato sensu em Logística de Aviação do Exército pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx, 2007); e Especialização em Logística e Mobilização Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG, 2008). Atuou como Subcomandante do Centro de Instrução de Aviação do Exército, em Taubaté – SP; integrou a equipe que desenvolveu o projeto, montagem e inauguração do Espaço Cultural da Aviação do Exército; colaborou no livro iconográfico dos 35 anos de recriação da Aviação do Exército e no projeto de entronização do Cap Ricardo Kirk como Patrono da Aviação do Exército. É o atual Gestor Cultural da Aviação do Exército.

RESUMO

A Aviação do Exército é recriada em 1986 e retorna ao voo, com asas rotativas, a partir de abril de 1989. Em 1991 é dado um salto sem precedentes com relação ao vetor aéreo da Força Terrestre. A Brigada de Aviação do Exército foi transferida de Brasília-DF para Taubaté-SP. Nasce o Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército, atual Centro de Instrução de Aviação do Exército, onde foi desenvolvida a doutrina de emprego em combate da Aviação, colocada em prática através do Curso de Piloto de Combate (CPC), com inéditas realizações: tiro com armamento axial na aeronave HA-1 Esquilo, voo noturno fora de sede (Taubaté-SP) e manutenção em campanha. No mesmo ano, a Companhia de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército é transformada no Batalhão Logístico de Aviação do Exército, atual Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército. A frota aérea, que até o final de 1990 era constituída de 16 (dezesseis) aeronaves HA-1 Esquilo e 07 (sete) aeronaves HM-1 Pantera, passa a ter 52 (cinquenta e duas) aeronaves com o recebimento, em 1991, de 29 (vinte e nove) aeronaves HM-1 Pantera, garantindo a aeromobilidade para a força de superfície. Além de todos esses aspectos, a Aviação do Exército teve seu batismo de fogo na Operação Traíra, através da Patrulha Cruzeiro. Essa operação real na Amazônia resultou no Destacamento de Aviação em Manaus, gênese do atual 4º Batalhão de Aviação do Exército. Todos esses aspectos, que serão desenvolvidos neste artigo, ressaltam a importância do ano de 1991 para as Asas da Força Terrestre e também para a aeromobilidade do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Aviação do Exército, 1991, aeromobilidade.

ABSTRATC

The Army Aviation was recreated in 1986 and returned to flight, with rotary wings, in April 1989. In 1991, an unprecedented leap forward was made in relation to the Army's air transport capabilities. The Army Aviation Brigade was transferred from Brasília, DF, to Taubaté, SP. The Army Aviation Training Center, now the Army Aviation Training Center, was created, where the doctrine of combat use of aviation was developed and put into practice through the Combat Pilot Course (CPC), with unprecedented achievements: axial weapon firing in the HA-1 Esquilo aircraft, night flights outside headquarters (Taubaté, São Paulo), and field maintenance. In the same year, the Army Aviation Maintenance and Supply Company was transformed into the Army Aviation Logistics Battalion, now the Army Aviation Maintenance and Supply Battalion. The air fleet, which until the end of 1990 consisted of 16 (sixteen) HA-1 Esquilo aircraft and 7 (seven) HM-1 Pantera aircraft, increased to 52 (fifty--two) aircraft with the receipt, in 1991, of 29 (twenty-nine) HM-1 Pantera aircraft, ensuring aeromobility for the surface force. In addition to all these aspects, the Army Aviation had its baptism of fire in Operation Traíra, through the Cruzeiro Patrol. This real operation in the Amazon led to the establishment of the Aviation Detachment in

Manaus, the genesis of the current 4th Army Aviation Battalion. All these aspects, which will be further developed in this article, highlight the importance of the year 1991 for the Wings of the Ground Force and also for the aeromobility of the Brazilian Army.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 1991 foi repleto de realizações e evoluções para a atual Aviação da Força Terrestre.

O renascimento, em 03 de setembro de 1986, o início da ocupação e sequência das obras no Forte Ricardo Kirk, na localidade de Taubaté-SP, a partir de 04 de janeiro de 1988, a histórica chegada da primeira aeronave, o helicóptero de reconhecimento e ataque HA-1 Esquilo, em 21 de abril de 1989, o primeiro desfile aéreo em 7 de setembro de 1989 em Brasília-DF, a Operação Amazônia com a Patrulha Ajuricaba em 1990, mostrando pela primeira vez nossas aeronaves nas regiões Norte e Centro-Oeste, são fatos históricos que já mostravam a importância da retomada do vetor aéreo pela Força Terrestre.

O ano de 1991, foco principal deste artigo, concentrou atividades que foram fundamentais na consolidação administrativa, logística, operacional e doutrinária da Aviação do Exército. Foi uma fase de suma importância com realizações e evoluções que traçaram o caminho da aeromobilidade para a Força.

Foi um ano extremamente atípico, pois colocou em prova a capacidade, a genialidade e a operacionalidade de uma estrutura embrionária para a época, tendo em vista que a atividade aérea, com asas rotativas no Exército Brasileiro, iniciou em 1989.

Com a criação da Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex) e do 1º Batalhão de Helicópteros (1º Btl Hlcp), no final de 1989, e a transferência do comando da Bda Av Ex de Brasília-DF para Taubaté-SP, no final de 1990, o vetor aéreo do Exército Brasileiro passa para um novo patamar operacional a contar do ano de 1991. A estrutura nível batalhão (unidade), que era o 1º Batalhão de Aviação do Exército, é elevada a nível brigada (grande unidade) com a Brigada de Aviação do Exército em Taubaté-SP.

O Forte Ricardo Kirk recebe sua própria escola voltada para a formação, especialização e aperfeiçoamento dos recursos humanos da nova Aviação. O Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército (NuCIAvEx), que no ano seguinte transformou-se no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), iniciou os seus trabalhos com 27 (vinte e sete) cursos e estágios, desenvolveu a doutrina de emprego das "Asas da Força Terrestre" para o combate, colocou em prática a doutrina através do Curso de Piloto de Combate (CPC) e realizou, no referido curso: o primeiro teste de tiro axial, com metralhadoras 7,62 mm, utilizando a aeronave HA-1 Esquilo como plataforma de ataque, o primeiro voo noturno fora de sede (Taubaté-SP), utilizando a aeronave HM-1 Pantera, e os primeiros trabalhos de manutenção em campanha.

No mesmo ano a Aviação do Exército amplia de forma notável sua frota com o recebimento de 29 (vinte e nove) aeronaves de manobra e emprego geral HM-1 Pan-

tera, de tal forma que, no final de 1991, a frota total contabilizava 16 (dezesseis) aeronaves HA-1 Esquilo e 36 (trinta e seis) aeronaves HM-1 Pantera. As 52 (cinquenta e duas) aeronaves já tornavam possível um largo espectro de operações aeromóveis. O Exército Brasileiro começa a enxergar o ganho operacional com sua nova Aviação de asas rotativas. A aeromobilidade deixa de ser um sonho e torna-se uma realidade para a nossa Força Terrestre.

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO DE 1986 A 1990

A Aviação do Exército foi recriada no dia 03 de setembro de 1986, por meio do Decreto nº 93.206. Nesta mesma data, foram publicados os Decretos nº 93.207 e nº 93.208; aquele criou a Diretoria de Material de Aviação do Exército (DMAvEx), órgão de apoio com sede em Brasília-DF e subordinado ao Departamento de Material Bélico; e este, o 1º Batalhão de Aviação do Exército (1º BAvEx), primeira unidade operacional da Aviação do Exército. Em 21 de outubro do mesmo ano, três Portarias – sendo duas Ministeriais e uma do Estado-Maior do Exército – são emitidas com importantes determinações que visavam implantar a Aviação do Exército:

- Portaria Ministerial n° 047-RES: estabeleceu que o 1° BAvEx iniciaria suas atividades a partir de 1° de janeiro de 1988. Esse intervalo de tempo entre a criação da Av Ex e o início de suas atividades foi necessário para a aquisição de aeronaves, construção do Hangar, da Torre e das demais instalações vitais às operações do 1° BAvEx. Sendo assim, em 04 de janeiro de 1988, o 1° BAvEx começou suas operações, dividindo espaço com o 2º Batalhão Ferroviário e com a empresa Odebrecht, que ainda construíam as instalações necessárias;

- Portaria Ministerial n° 048-RES: organizou e determinou o funcionamento da DMAvEx a partir de 1° de novembro daquele ano. Essa rapidez entre a organização e o início de suas atividades decorreu principalmente da premência em capacitar seus quadros e desenvolver a concorrência internacional para aquisição dos helicópteros, equipamentos, suprimentos e outros meios materiais para a composição do 1° BAvEx e

- Portaria n º 101-4ª Sch/EME: aprovou o Quadro de Organização do Batalhão de Aviação do Exército com a seguinte constituição: Companhia de Comando e Serviço, Companhia de Fuzileiros Aeromóvel, Companhia de Manutenção e Suprimento, Companhia de Helicópteros de Reconhecimento e Ataque e Companhia de Helicópteros de Manobra.

Este Quadro de Organização apresentava, além dos embriões das futuras organizações militares da Aviação do Exército, uma Companhia de Fuzileiros Aeromóvel.

Entretanto, conforme relatado pelo Comandante Pioneiro – Cel Refm Telles – e informações disponíveis na Revista Verde-Oliva de agosto de 1989, a Companhia de Fuzileiros Aeromóvel não existiu na prática. Em seu lugar, foi criada a Companhia de Segurança, voltada para a defesa e manutenção da segurança das instalações.

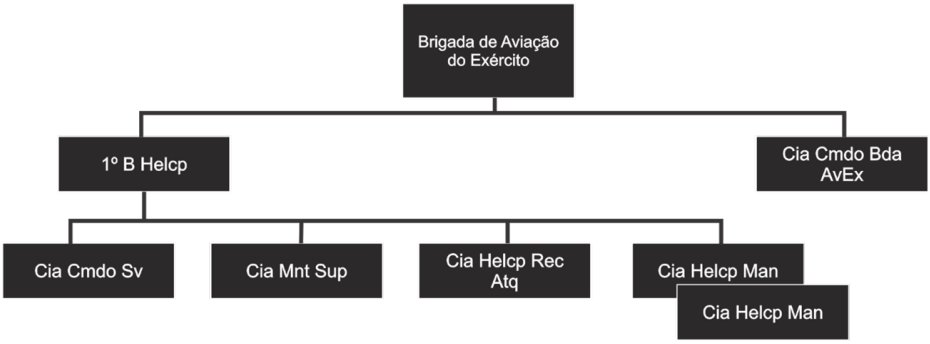
Segundo o Cel Wanderley (2008), a Comissão de Implantação da Aviação do

Exército continuou existindo até 1987, quando evoluiu para Seção de Aviação do Exército. Segundo o Cel Silva Maia (2014), a criação da Seção de Aviação do Exército atendeu a uma proposta da 3ª Subchefia do EME, onde funcionava a Comissão de Implantação. Este ato foi fundamental para o estudo, planejamento, coordenação e controle no âmbito do assessoramento das diretrizes ministeriais relativas à Aviação do Exército.

Com a finalidade de adequar sua organização, a Aviação do Exército realizou sua primeira reestruturação em 24 de novembro de 1989, por meio do Decreto nº 98.445, que extinguiu a DMAvEx e a Seção de Aviação do Exército. Como consequência, nasce a Brigada de Aviação do Exército, com sede em Brasília-DF.

Em 28 de novembro de 1989, a Portaria Ministerial nº 57 criou o 1º Batalhão de Helicópteros (1º B Helcp) e a Base de Aviação de Taubaté (BAvT) – ambas subordinadas à Brigada de Aviação do Exército – começando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1990.

Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex) em Taubaté-SP



No final de 1990, a sede do Comando da Brigada de Aviação do Exército foi transferida de Brasília-DF para Taubaté-SP (Decreto nº 99.660, de 31 de outubro de 1990). A partir daí, empreende-se uma readequação da estrutura organizacional vigente, tendo como primeiro passo a extinção da recém-criada Base de Aviação de Taubaté (BAvT), dando lugar à Companhia de Comando da Brigada de Aviação do Exército (Port Min nº 19-RES, de 28 de novembro de 1990). A denominação "BAvT" foi mantida para todo o complexo aeromilitar do Exército localizado em Taubaté-SP. AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023. A mesma Portaria Ministerial reorganizou a estrutura do 1º B Helcp, o qual passou a operar com a seguinte composição: uma Companhia de Comando e Serviço, uma Companhia de Manutenção e Suprimento, uma Companhia de Helicópteros de Reconhecimento e Ataque, e duas Companhias de Helicópteros de Manobra. AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

Sobre as razões que motivaram a transferência da Bda Av Ex de Brasília para Taubaté, o Cel Refm Luiz Claudio, na obra "Aviação do Exército: uma história que

muitos contaram, de 1985 a 1994", afirma que o Gen Refm Nery costumava dizer:

"se o comandante não estivesse junto da sua tropa não seria comandante de nada. Comandante da tropa, seja ela qual for, tem que estar sempre junto de seus comandados."

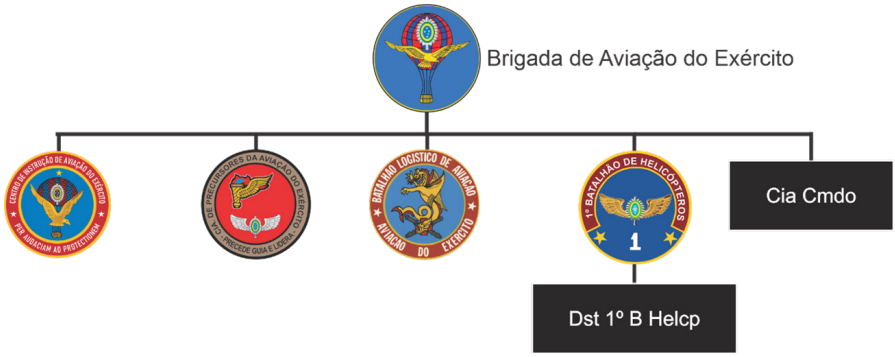
Para colocar seus planos em prática, o General optou por transferir a sede da Brigada de Brasília para Taubaté. Houve opiniões contrárias.

Segundo ele:

"Muitos oficiais, em Brasília, falaram: 'Nery, você tem que ficar perto do poder. Você tem que ficar perto do comando, do ministro, para você conseguir desenvolver a aviação mais rápido'. Eu respondia: 'Não. Eu posso vir na ponte aérea para Brasília. Mas dar ordens para aqueles pilotos, que nós chamávamos de pica-fumo, eu tinha que estar bem perto."

E o General acrescenta:

"Pois bem; como é que eu iria conseguir comandar esta tropa especializada, eu estando em Brasília e eles em Taubaté, SP? Eles eram uma parada. Só tinha cara cobra. Cabeça de turma. A verdade é que quando abríamos o voluntariado para o curso de piloto a maioria dos que se apresentavam eram os primeiros de cada turma da Academia de Agulhas Negras."



Em 1991, após uma fase inicial de aquisição de experiência, a Aviação do Exército passou por um processo de expansão, sendo criado o Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército (NuCIAvEx) como uma seção do Estado-Maior da Brigada. E, por meio da Portaria Ministerial nº 022-RES de 26 de setembro do mesmo ano, nasce o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), iniciando suas atividades já em 1º de janeiro de 1992. Inicialmente, e de forma ainda experimental, estabeleceu-se na Port nº 082-1ª SCH/EME-RES, de 28 de outubro de 1991, que a estrutura organizacional da nova unidade seria a seguinte: quatro Divisões (de Ensino, Administrativa, de Cursos e de Recursos) e duas subunidades (Companhia de Comando e Serviço e Companhia Auxiliar de Instrução Aérea). AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

Pela Portaria Ministerial nº 027-RES de 07 de outubro de 1991, é criada a Companhia de Precursores da Aviação do Exército (Cia Prec Av Ex), a contar de 1° de janeiro de 1992. Esta subunidade tinha participação direta no cumprimento de operações aeromóveis, proporcionando auxílios à navegação (eletrônico e visual), controle do tráfego aéreo de helicópteros, assessoria no planejamento e no transporte de Unidades apoiadas, assim como no preparo do pessoal e da carga durante o embarque e carregamento. AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

A Cia Prec Av Ex era experimentalmente constituída por uma Seção de Comando, um Pelotão de Precursores, um Pelotão de Controle de Voo e Meteorologia e um Pelotão de Salvamento e Resgate que, na prática, realizava também a atividade de Bombeiro de Aviação (Portaria nº 087-1ª SCH/EME-RES, de 27 de novembro de 1991). AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

O CENTRO DE INSTRUÇÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO – CIAVEX



Nas palavras do Cel Refm Luiz Claudio, na revista "AvEx Asas da Força Terrestre, edição Nr 10, ano 2023", como foram os primeiros passos para a criação do Centro de Instrução de Aviação do Exército em 1991:

"Durante o período do meu curso de piloto na Força Aérea Brasileira (FAB), continuei envolvido com os trabalhos na Seção de Doutrina Contra Guerrilha do Estado Maior do Exército. Ao final do curso, voltei para Brasília, na recém-criada Brigada de Aviação do Exército, para desenvolver – em sinergia com o então Ten Cel Jeannot, grande profissional e companheiro de formação acadêmica – os trabalhos voltados para a doutrina de emprego da nova Aviação do Exército. Realizei estudos baseados em manuais escolares e também desenvolvi trabalhos de minha autoria. Em Brasília, eu já sabia sobre a importância da Aviação para o Exército. Em Taubaté, quando a Brigada de Aviação do Exército havia sido transferida para lá, passei a desempenhar trabalhos voltados para a segurança de voo. Na primeira grande operação da Aviação, Operação Amazônia / Patrulha Ajuricaba, participei como piloto e oficial de segurança de voo. Isso permitiu que eu desenvolvesse parâmetros necessários à atividade aérea. Porém, a minha intenção desde o início era desenvolver os trabalhos necessários para o adestramento dos novos aeronavegantes. Após convencer o Gen Nery, comandante da Brigada de Aviação à época, iniciei os trabalhos para a

criação do Centro de Instrução de Aviação do Exército, com o objetivo de formar os recursos humanos da nova Aviação com os meios próprios e atender as necessidades doutrinárias do Exército Brasileiro, ou seja, uma nova filosofia de emprego operacional, diferente dos bancos escolares das Forças Coirmãs. A missão foi cumprida. Recebemos recursos para a criação da nova "Escola de Aviação Militar". Tivemos muita dificuldade. Inicialmente, chegamos a utilizar algumas salas dos pavilhões da atual Base de Aviação de Taubaté. Simultaneamente – e com recursos escassos – foram construídas as primeiras edificações para o funcionamento da nova instituição de ensino voltada para a Aviação do Exército."

Na obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994" o Cel Refm Luiz Cláudio, Comandante Pioneiro do CIAvEx, comenta sobre os desafios na implantação da Escola:

"Nós recebemos a ordem de tornar a Aviação do Exército uma força realmente operacional. Esse era o real encargo do Centro de Instrução. Deveria ser criada uma doutrina de emprego para os pilotos e para os pequenos escalões, pelo menos até unidade."

Na mesma obra, o Cel R1 Ferraro, nomeado subcomandante do NuCIAvEx em 1991, comenta:

"A partir daí, 1991, 1992, 1993, é que eu posso dizer que vivenciei uma das maiores epopeias no que se refere à unidade de aviação neste período da Aviação do Exército."

Continua afirmando com autoridade:

"Nós vivemos em 1991, 1992 e 1993 uma fase indelével. Nestes três anos, nós chegamos a um estágio operacional parecido com o da aviação do exército francês. Não em termos materiais, porque eles têm 700, 800 helicópteros, têm míssil etc, mas iguais em termos operacionais. Nós fizemos trinta anos em três anos."

Em outros trechos da obra o Comandante Pioneiro do CIAvEx justifica a seleção rigorosa:

"Se não tivesse os melhores pilotos para ensinar, primeiro o centro cairia em descrédito; segundo não teria a segurança necessária para as atividades que iriam acontecer."

Sobre a reunião, explica entre risos lembrando o episódio que viu:

"…que tratava com uma plateia absolutamente incrédula. Quando apresentei o cenário, cheguei a ouvir alguns risos. Tive que ser muito persuasivo naquela oportunidade para que o pessoal entendesse exatamente o que a gente ia passar a fazer a partir daquele ponto. Mas eu acho que fui suficientemente persuasivo, tanto que rapidinho quem não entendera passou a entender, assim que entenderam se apaixonaram pela ideia e logo passaram a ser mais radicais do que eu nos projetos. Tocamos em frente com essa característica de se fazer coisas novas."

Segundo o Cel Refm Luiz Cláudio, os cursos do centro foram organizados pelo levantamento da maneira de empregar a aviação:

"Por exemplo, ela vai operar fora das bases, dos aeroportos? O helicóptero vai ter que pousar nas clareiras, vai precisar se esconder embaixo das árvores? Estas e muitas outras premissas deveriam definir o tipo de pilotos e especialistas que deve-

ríamos ter, que soubessem atuar a partir dessa realidade."

Ainda com suas palavras, um dos problemas do centro eram as manobras de voo, que deveriam ser diferentes:

"Íamos voar de uma maneira diferente, e se nós vamos voar de uma maneira diferente, em uma maneira que não existia até aquela ocasião, a nossa nova maneira de voar tem que ser aceita por quem nos presta apoio. O centro não deixava de ser uma unidade de pesquisa. Se nós fazíamos coisas que nunca haviam sido feitas anteriormente, isso também gerava incompreensões."

A DOUTRINA DE EMPREGO DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

Cel Refm Luiz Claudio, na revista "AvEx Asas da Força Terrestre", edição Nr 10, ano 2023, comenta sobre o nascimento da doutrina de emprego da Aviação do Exército:

"Em relação à doutrina de emprego, essa foi realmente nova, baseada nos meus estudos na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, com a bibliografia existente na época. Eu conseguia estudar e desenvolver a nossa doutrina quando não estava envolvido nas atividades do meu curso de piloto na Força Aérea (Pirassununga e Santos). Era um trabalho personalizado, uma nova forma de emprego, uma nova personalidade, diferente da Marinha e da FAB. Comecei a pensar nos diversos tipos de missões das nossas aeronaves em apoio à Força Terrestre. O assalto aeromóvel, como seria? A necessidade de escolta com aeronaves, o horário para a missão e tudo que fosse necessário para o sucesso, sem perdas dos helicópteros e suas tripulações. Muitos detalhes começam a ser avaliados: voo a baixa altura, uso de cartas para navegação - lembrando que na época não existia o Sistema de Posicionamento Global (GPS) – uso de helicópteros armados para escolta, as equipes para balizar os pontos de pouso, os abastecimentos em campanha... Na missão de reconhecimento, a Aviação do Exército vai à frente para informar onde está a tropa inimiga. Antigamente utilizavam-se aviões para fotografar o terreno. O helicóptero, com toda a sua versatilidade, permite maior precisão e detalhes sobre as tropas inimigas e suas instalações. Em muitas situações, o apoio da FAB com fotografias aéreas, permitia apenas a observação do terreno, sem detalhes. Os helicópteros da Aviação do Exército - em analogia à antiga Cavalaria montada de outrora - vai à frente da tropa na marcha para o combate, realizando reconhecimentos detalhados sobre o terreno. Isso levanta a necessidade da aeronave de ataque, um verdadeiro carro de combate aéreo, ou seja, a nova "Cavalaria Aérea". Tal demanda vem acompanhada de uma grande preocupação no que diz respeito à segurança de voo, tendo em vista que as missões de combate da Aviação do Exército são perigosas e exigem extrema dedicação e preparação das suas tripulações, muito além do que seria um voo normal ligando o ponto A ao ponto B. Os primeiros militares que foram à França tiveram contato com a Aviação do Exército Francês e puderam trazer informações importantes para o desenvolvimento da nossa doutrina de emprego. O então Cap Magane – nosso saudoso pioneiro, considerado o primeiro piloto de combate da Aviação do Exército

após sua recriação – trabalhou no desenvolvimento do voo tático, que seria o emprego das nossas aeronaves operando próximo ao solo. Esse tipo de voo visa ao sigilo das operações, evitando observações inimigas, fuga dos radares e fogos da artilharia antiaérea adversária. O então Cap Ferraro, segundo piloto de combate a obter conhecimento da doutrina francesa, foi responsável por desenvolver o emprego das frações nos mais variados tipos de missões, com informações de grande importância para a gênese do nosso curso de piloto de combate. Gostaria de citar também o então Cap Diniz, que conseguiu a documentação de emprego em campanha das aeronaves e a documentação sigilosa sobre a doutrina francesa de combate aéreo de helicópteros. O "salto do golfinho", exemplo de manobra francesa, passou a fazer parte da nossa doutrina de emprego. Em todos os estudos, sempre foi uma preocupação acompanhar a tropa em combate. A base de subunidade (esquadrilha) passou a ser o foco dos trabalhos. A Aviação do Exército não podia ficar presa ao apoio de aeródromos já existentes. Buscar a autonomia em qualquer situação e local tornou-se uma das metas para o desenvolvimento doutrinário. Os novos cursos do pioneiro Centro de Instrução de Aviação do Exército foram fundamentais para a prática dos exercícios em campanha e o desenvolvimento da nossa doutrina de emprego, a qual passou a ter personalidade própria."

Na obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994", o Cel Refm Luiz Cláudio é categórico ao afirmar que:

"A doutrina da Aviação do Exército praticamente nasceu no Centro de Instrução. Foi feita por mim e pelos instrutores, desenvolvida nos inúmeros exercícios de campanha e nas maneabilidades, com e sem a tropa de terra que conosco participavam das operações aeromóveis. O Centro foi o único cadinho, o único lugar capaz de produzir e de testar toda experiência possível de gerar a doutrina que aconteceu lá."

A partir daí, outras foram sendo criadas, como por exemplo, um manual de emprego de pequenas frações, implementado pelo Cel R1 Alexandre Carnaval.

A doutrina foi desenvolvida até o nível do curso avançado porque:

"A doutrina da aviação é peculiar até um determinado nível de emprego, dali para cima não há o que se criar porque já está subentendido na doutrina de todo o Exército. A base da doutrina do centro foi o Manual Escolar da ECEME, que contou com a minha colaboração."

O Cel Refm Luiz Claudio escreveu o manual escolar do batalhão quando ainda era instrutor da ECEME. Na obra ele afirma ainda que a principal característica dos trabalhos era praticar, escrever e executar.

Ele relata:

"Aquela manobra em Montes Claros foi um exemplo, foi um exercício em que nós empregamos todos os cursos praticamente. No encerramento do ano, já estávamos terminando o primeiro Curso Avançado de Aviação, depois o Curso de Piloto de combate, a manobra final, o Curso de Formação de Sargentos Mecânicos também, e isso nos abriu uma frente enorme. Na oportunidade, se fez todo tipo de operação, tiro real, instalamos radares de vigilância, realizamos operação aeromóvel etc. Foi uma ótima oportunidade de testar a doutrina, já que a situação simulava uma frente enorme, uma frente de divisão. Basicamente, se operava em uma situação na qual um

dependia do outro. Quando uma fração de helicópteros saía para a missão, sabia que deveria reabastecer em uma determinada Zona de Reunião, basicamente um ponto na carta. Se não chegasse lá dentro de uma faixa de horário definida, o reabastecimento seria desativado, e outro local seria aberto. Isso obrigava todos a dependerem do pessoal de terra, que deveria saber se orientar igualmente. Decolava, e o momento de retornar para a base ficava para trás, não haveria mais combustível para voltar. Se não achasse o ponto, ficaria sem combustível e teria que pousar com pane seca. Os instrutores foram seus próprios fiscais, seus próprios críticos, seus próprios deuses, dizendo a si mesmo se estavam pecando ou não; mas deu certo."

O CURSO DE PILOTO DE COMBATE (CPC)

Figura 2. Foto Primeira Turma do Curso de Piloto de Combate (CPC)



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

Na revista "AvEx Asas da Força Terrestre", edição Nr 10, ano 2023, o Cmt Pioneiro do CIAvEx e grande mentor da doutrina de emprego comenta sobre o Estágio de Pilotagem Tática (EPT) e sobre o Curso de Piloto de Combate (CPC):

"Na minha época não existia o EPT, apenas o CPC. O CPC passou a ser nossa prioridade, tendo em vista que a doutrina de emprego foi desenvolvida junto com o referido curso. O voo normal não atendia nossas demandas para o curso. Passamos a realizar voos de combate, dentro de uma nova realidade que, na época, gerou muita polêmica e controvérsias. Houve significativa resistência a este tipo de manobra, fruto da preocupação de especialistas em manutenção e em segurança de voo: aqueles, em razão do controle da aeronave em situações adversas que extrapolavam os parâmetros previstos nos manuais técnicos; estes, devido à alta probabilidade de ocorrência de acidentes. Nós, como pilotos, sabendo dessas condições adversas nos voos táticos, estávamos sempre atentos à manutenção e aos limites de voo das aeronaves. Lembro do retorno de um exercício, no estado de Minas Gerais, em que minha aeronave extrapolou um dos parâmetros operacionais durante um voo tático. Pousei em Barbacena-MG para que os mecânicos realizassem a inspeção. As outras aeronaves podiam continuar o trajeto, mas decidi que todos deveriam aguardar a liberação do meu helicóptero, pois o grupo constituía uma unidade, uma estrutura única de

combate. Naquele tempo, já existiam outras unidades aéreas que utilizavam muitas horas de voo. Isso provocava um certo desconforto, tendo em vista o esforço aéreo exigido para as nossas manobras escolares. Em alguns casos, o comando da Brigada de Aviação do Exército – à época comandada pelo Gen Nery – orientava o CIAvEx no sentido de reduzir o consumo de horas de voo em prol das outras unidades aéreas. Lembro também de uma situação em que simulamos um combate aéreo com duas aeronaves na área da nossa base de aviação em Taubaté-SP. O exercício gerou uma repercussão negativa e foi solicitado o pouso imediato. Deixo claro que, apesar do pioneirismo e audácia nas instruções voltadas para o emprego em combate, sempre tivemos a preocupação de voar com segurança. Acredito que nossos trabalhos resultaram em bons frutos, haja vista que, após mais de 30 anos, continuamos com o voo e as manobras voltadas para o combate. Hoje temos o EPT separado do CPC, situação não vivida na minha época."

Os trechos abaixo, tirados da obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994.", elucidam, com diversas citações, como foi a criação e execução do Curso de Piloto de Combate (CPC):

O Cel R1 Ferraro e o saudoso Cel Magane se dedicaram a organizar o CPC. Nas palavras do Cel Ferraro:

"Nós montávamos a estrutura do curso; publicávamos em boletim os estágios de comprovação. Nós íamos voar para verificar se aquilo era viável. Ao término dos voos, nós publicávamos no boletim do centro a viabilidade, a homologação daquele estágio."

Observação importante do Cel Refm Luiz Cláudio:

"Jamais foi feito nada que não estivesse absolutamente correto no que concerne à manutenção que não estivesse nos manuais de voo adotados, que não fosse permitido pelo envelope de emprego das aeronaves. Porque se o centro era uma unidade escola não só os preceitos da segurança de voo como o cumprimento criterioso dos regulamentos que eram adotados praticamente para todos os cursos eram cumpridos e exigidos."

Comentário do Cel R1 Ferraro quando entregou o relatório do seu CPC na França ao Cel Refm Luiz Cláudio:

"Tinha os exercícios todos traduzidos. Eu me lembro que o coronel olhou os exercícios e, como ele tinha muita experiência em exercícios terrestres, os olhos dele brilharam. Levou para casa; era uma sexta-feira. Na segunda-feira, ele já veio com o planejamento do curso de piloto de combate quase completo."

Os militares viviam a situação de pilotos e alunos. Eram duas a três horas de voo de manhã e outras tantas à tarde. Alguns desciam de um aparelho e subiam em outro.

O Cel Refm Luiz Cláudio relata que:

"O primeiro curso brevetou não só os candidatos vindos de outras unidades como os instrutores, que passaram a ostentar a manicaca. Foram incluídos nos exercícios de campanha e das técnicas que envolviam a interação com a tropa terrestre. Foram realmente instrutores e alunos desenvolvendo as técnicas de pilotagem e os preceitos de emprego tático a fundo."

O saudoso Cel Magane conta que era Piloto Básico (PB) e, segundo a regra em vigor, só poderia decolar com um Piloto Operacional (PO) ou Instrutor de Voo (IV). Acontece que estes eram mais entre voados, mas não sabiam executar as mesmas manobras que ele. Também não podia voar com o Cel R1 Ferraro que ainda era PB.

Ainda observa que:

"É uma situação interessante, que exemplifica uma das fases que a aviação passou; se aceitou determinado risco para poder nascer. Eu fiz todas as manobras adaptando os parâmetros de velocidade ideal para cada fase qual o procedimento, quanto de torque deveria ser utilizado, alturas de voo etc. Nasceu o manual de manobra da pilotagem tática, que era o manual básico para o início da formação no CPC."

Revela o saudoso Cel Magane sobre decisões importantes do Cel Refm Luiz Cláudio:

"O Cel Luiz Claudio criou o estágio de avaliação do currículo do curso de piloto de combate, me autorizando a voar como instrutor de voo (IV) para poder desenvolver os parâmetros das manobras no Esquilo. Ao final do estágio, eu, o Ferraro e mais dois ou três IV estávamos em condições de ministrar instruções de pilotagem tática porque tínhamos passado para os IV as técnicas. Ele criou, também, o estágio de padronização e elaboração dos exercícios táticos do CPC, que nos autorizava a executar os exercícios táticos que fariam parte do curso com alguns pilotos que seriam instrutores. No primeiro CPC, não houve grau, pois ainda não sabiam como seria a avaliação. Também não existia experiência para se organizar a ficha de avaliação de comandante, e a turma era formada com instrutores e alunos pertencentes ao NuCIAvEx e ao 1° B Helcp."

O saudoso Cel Magane avalia que:

"eu diria que, a despeito dos riscos que nós corremos em muitos aspectos, e tivemos várias situações de risco, a aviação evoluiu muito nessa fase."

Lembrou também que:

"nessa época, a cada ano nós fazíamos dois CPC porque já existia uma quantidade grande de pilotos formados, e era necessário nivelar todo mundo com a técnica e o emprego tático."

Finalizando os trechos da obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994", referentes ao CPC, o saudoso Cel Magane afirma que foi matriculado na EsAO no 1° semestre de 1992. Percebeu que na escola quase não se tocava em aviação; apenas eram realizadas palestras sobre o tema. Identificou então uma lacuna na formação do piloto:

"O CPC capacita até o nível de comando de pelotão para que o oficial possa operar em uma esquadrilha de helicópteros. Para ser oficial de estado-maior, para ser chefe de seção de unidade de aviação, para ter a visão do emprego que a ESAO dava, não havia nenhum curso de aviação no CIAvEx."

Fato histórico do 1º CPC, e que não pode ser esquecido, foi o primeiro tiro utilizando a aeronave HA-1 Esquilo como plataforma de ataque, na Fazenda Boa Esperança do Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Conforme descrito pelo General R1 Avellar, piloto da aeronave no primeiro teste: "Foram utilizadas 02 (duas) metralhadoras 7,62 mm MAG, da Marinha do Brasil,

colocadas nas laterais do helicóptero, em posição axial, para tiro frontal. Durante essa campanha pioneira de tiro foram criados os procedimentos, "check list" e tráfegos de tiro. Os instrutores do CIAvEx receberam toda a padronização para o tiro e os alunos do 1º Btl Hlcp, que voavam na aeronave HA-1 Esquilo, foram instruídos para que pudessem operar o helicóptero armado."

O Cel R1 Ferraro relembra fatos inéditos para a Aviação do Exército durante o 1º CPC:

"Na Operação Pioneira do CPC 91/1, realizada na AMAN, uma aeronave HM-1 Pantera realizou o primeiro voo noturno, fora de Taubaté-SP, com pouso em ZPH (zona de pouso de helicóptero) balizada por tropa terrestre. Na época, os pilotos que realizaram essa missão foram os capitães Bassoli e Fenley. Na mesma missão, em 10 de junho, na região de Quatis, o então Tenente Coronel Luiz Cláudio, Comandante do CIAvEx, detalha o planejamento da Operação Pioneira (CPC 91/1) para o Curso de Cavalaria da AMAN. Foi a primeira operação de uma fração de helicópteros do Exército Brasileiro com tropa terrestre, ou seja, foi o primeiro exercício doutrinário com a realização de uma força tarefa aviação-força de superfície."

O Cel R1 Ferraro ressalta:

"No ano de 1991 foram realizadas as primeiras intervenções de manutenção das aeronaves da Aviação do Exército fora de sede, ou seja, em campanha. Nos dois cursos de Piloto de Combate, as bases ficavam no campo, onde eram realizados os trabalhos de manutenção e abastecimento das aeronaves. Não houve qualquer incidente de manutenção."

Todos os trechos tirados da obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994", o texto do Cel Refm Luiz Claudio na entrevista da revista "AvEx Asas da Força Terrestre", edição Nr 10, ano 2023, as palavras do General R1 Avellar e as memórias do Cel R1 Ferraro mostram a genialidade, determinação, operacionalidade, conhecimento, experiência, responsabilidade e visão de futuro de militares que, mesmo sendo pioneiros na arte de voar, mudaram a história da doutrina militar terrestre no emprego do vetor aéreo na terceira dimensão do campo de batalha, permitindo a aeromobilidade em combate e, consequentemente, escrevendo um novo capítulo com as operações aeromóveis.

Pela audácia!

Outros aspectos importantes da obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994":

Em 1991, o Cel Luiz Cláudio solicitou ao Padre Francisco, primeiro capelão militar da AvEx, uma expressão em latim que representasse o momento de suma importância para a Aviação:

"tem que ser uma frase que diga que só se chega a uma situação de segurança se a gente correr o risco durante o treinamento! O piloto tem que atingir a segurança pela audácia no treinamento." Chegou-se ao "Per Audaciam Ad Protecionem", isto é, "Pela audácia até a proteção."

Era uma filosofia. Para a Aviação se tornar operacional era necessário algo novo. Não poderia deixar de cumprir algo temendo problemas. Nesse caso, não se teria confiança ou não se cumpriria a missão.

Em sua avaliação, o especialista "tem plena consciência do que é possível fazer, e do que não é, e do grau de risco que ele irá assumir."

Conclui ainda taxativamente:

"Essa base firme de confiança e conhecimento, essa responsabilidade com sua capacidade profissional, só pode ser obtida com essa filosofia: enfrentar o risco de forma consciente traz a segurança para as situações futuras, de você jamais se omitir de fazer determinado treinamento porque ele pode ser perigoso. Vencer o medo, cercado de todos os cuidados. Aí você fica em paz com sua consciência e tem certeza de que o dinheiro que você ganhou foi bem utilizado."

Ao ser interrogado sobre a resistência à implantação do centro de instrução, o Cel Refm Luiz Claudio afirma:

"O comandante do Batalhão de Helicópteros não queria liberar os oficiais selecionados para serem instrutores, foi preciso negociar para conseguir os melhores pilotos, precisando ceder em alguns casos."

Afiança também o acerto das atividades. Para demonstrar isso, apresenta como resultado o seguinte:

"Ao final do primeiro ano, vinte e um cursos realizados, zero acidentes, e o pessoal formado no Centro indo para suas unidades e transmitindo aquela empolgação e aqueles conhecimentos para seus companheiros. É claro que valeu a pena todo esse trabalho e todo esse aborrecimento que nós tivemos."

Questionado sobre o sucesso do CIAvEx, o Cel Refm Luiz Claudio responde enfaticamente:

"Sucesso é você que está dizendo. Eu acredito que, realmente, se a Unidade CIAvEx foi muito bem-sucedida, o sucesso é TODO dos oficiais, que entenderam muito bem a missão deles e a abraçaram REALMENTE, com seus enormes riscos. Sonharam o meu sonho com muito mais competência do que eu. Toda escola sempre é muito querida, não só por quem é instrutor mas também pelos alunos. Isso ajuda a criar uma bonita sinergia. Essa honestidade de princípios dos integrantes do centro foi o principal fator de sucesso. Eles entenderam a missão e a levaram até mais a sério do que eu. E isso é mantido até hoje, como dá para perceber. O fator do sucesso, talvez a credibilidade, o respeito, o profissionalismo e a dedicação, difícil de se encontrar em outros lugares com tamanha intensidade. E isso é natural, considerando-se a atividade. Pergunte a um aluno do curso de comando sobre sua especialização. Ele só irá falar do curso dele com respeito e admiração. A mesma coisa nos cursos do centro. Isso é muito natural porque estamos falando de riscos, de desafios. Isso faz parte da magia, que constrói as grandes coisas, que viabiliza os grandes projetos. O sucesso é a missão operacional, misturado com a competência, misturado com a magia da atividade de voo. Não podia ser de outra maneira, ainda mais com o pessoal que estava lá cumprindo a missão."

O Batalhão Logístico de Aviação do Exército - "DRAGÃO ALADO"



Com a finalidade de proporcionar apoio logístico a todos os elementos orgânicos da Brigada de Aviação do Exército, foi criado o Batalhão Logístico de Aviação do Exército (B Log Av Ex), em 26 de setembro de 1991 (Portaria Ministerial nº 023-RES), iniciando suas atividades em 1º de janeiro de 1992. O B Log Av Ex era experimentalmente constituído pela Companhia de Comando e Serviço, Companhia de Intendência de Aviação, 1ª e 2ª Companhia de Material Bélico e Companhia de Saúde de Aviação (Portaria nº 086-1ª SCH/EME-RES, de 27 de novembro de 1991). AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

Na revista "AvEx Asas da Força Terrestre", edição Nr 02, ano 2020, o Cel Refm Wanderley de Castro comenta quando recebeu a notícia que seria o Comandante Pioneiro do Batalhão Logístico de Aviação do Exército, atual Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército:

"Recebi com plena satisfação, considerando que nessa ocasião o Batalhão Logístico de Aviação do Exército (Btl Log Av Ex) já estava praticamente cumprindo a missão de apoio logístico para as demais Unidades Aéreas (UA), seja no complexo da Aviação do Exército em Taubaté, seja desdobrado com suas frações no Território Nacional. Ao longo do ano de 1991, foi apresentado um anteprojeto do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército (Btl Mnt Sup Av Ex) ao Gen Nery, então Comandante (Cmt) da Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex). Como consequência, recebi ordem do Cmt da Bda Av Ex de propor um Btl Log Av Ex. Na época eu era o Chefe da 4ª Seção/Bda Av Ex, desempenhando as funções da extinta Diretoria de Material de Aviação do Exército (D M Av Ex). Em setembro de 1991 a proposta do Btl Log Av Ex foi aprovada pelo Estado Maior do Exército (EME). O Btl Log Av Ex absorveu a Companhia de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército (Cia Mnt Sup Av Ex) e um efetivo de oficiais, subtenentes e sargentos de outras unidades para dar início aos trabalhos de apoio logístico para o Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército (Nu C I Av Ex) e para o 1º Batalhão de Helicópteros de Aviação do Exército (1º Btl Hlcp Av Ex). O Btl Mnt Sup Av Ex prestaria o apoio de Aviação para as UA, como nos dias atuais. O apoio do material comum, não aviação, seria realizado "por área" através das unidades logísticas convencionais. Quando o Btl Log Av Ex sofreu a modificação, em setembro de 1993, a sua estrutura já estava alterada e sendo operada como Btl Mnt Sup Av Ex."

A evolução de subunidade para unidade logística, ou seja, a transformação da Cia Mnt Sup Av Ex em Btl Log Av Ex, atual Btl Mnt Sup Av Ex, provocou um grande salto na logística de Aviação do Exército e, consequentemente, elevado ganho em vários aspectos: suprimento específico, ferramental especial, pessoal qualificado, instalações adequadas e documentação técnica. Esse novo conceito de organização militar chegava no momento certo para garantir a alta disponibilidade da nova frota que crescia de forma exponencial.

PATRULHA CRUZEIRO E O CONFLITO DO TRAÍRA

O batismo de fogo da Aviação do Exército

Figura 3. Patrulha Cruzeiro e o Conflito do Traíra
Pintura a óleo sobre tela – Autor Francischetti



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

Tudo começou no dia 26 de fevereiro de 1991, quando uma patrulha de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) atacou um destacamento do 3º Pelotão Especial de Fronteira, na região da Serra do Traíra, fronteira do Brasil com a Colômbia, resultando em três soldados mortos e nove feridos, além do roubo de equipamentos e armamentos.

Em 08 de março de 1991, diante dessa situação, a Aviação do Exército inicia a sua primeira missão real de combate: a "Patrulha Cruzeiro".

Sem dúvida, uma missão inédita no aspecto operacional, com o emprego de quatro aeronaves (dois HA-1 Esquilo e dois HM-1 Pantera) e mais de 21 (vinte e um)

militares sob o comando do então Tenente Coronel Jeannot. Após o deslocamento de Taubaté-SP até o local do conflito na região da Serra do Traíra-AM, foram realizadas ações conjuntas e combinadas, apoiando as Forças Especiais e a Infantaria de Selva, mostrando a importância do vetor aéreo para as operações da Força Terrestre em situação real na fronteira do Brasil.

Inúmeras operações de infiltração e exfiltração de tropas do 1º Batalhão Especial de Fronteira (BEF), transporte constante de vacinas antirrábicas para os militares do destacamento, vítimas dos morcegos hematófagos, além de diversos suprimentos necessários à missão, tornou-se o cotidiano dos aeronavegantes e demais militares da Aviação do Exército.

Foram, também, realizadas diversas missões de reconhecimento dos marcos fronteiriços e a construção de helipontos em selva amazônica. A primeira equipe de manutenção estabeleceu-se em Vila Bittencourt e, posteriormente, retraiu para a cidade de Tabatinga. A manutenção das aeronaves na sua primeira instalação, na Vila Bittencourt, mostrou-se um excelente laboratório de aprendizagem de manutenção em campanha.

A Aviação do Exército mostrou a importância de seu emprego na região amazônica. Por meio fluvial, a tropa normalmente levava de 2 (dois) a 3 (três) dias para percorrer o trajeto da Villa Bittencourt ao destacamento do Traíra, haja vista a transposição de duas pequenas cachoeiras, o que exigia que os barcos fossem retirados da água e transportados a braço através da floresta, com as respectivas cargas. O helicóptero cumpria a mesma tarefa, porém, em menos de 30 (trinta) minutos de voo.

Um exemplo dos problemas da população local, conforme o relato do Cel R1 Chiavegatto:

"Certa vez, fui acionado para o transporte de suprimento alimentício para um pelotão colombiano, próximo ao destacamento do Traíra, que já estava há dias sem comida."

Com a conquista dos objetivos da missão, a recuperação do armamento subtraído e, sobretudo, a pronta resposta à afronta guerrilheira, a Missão Traíra recebeu ordem de desmonte.

Esta desativação foi uma grande operação, tendo em vista a retirada de todo o pessoal e material em uma única leva, evitando um possível ataque das FARCS (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) contra o baixo poder de combate das nossas Forças, caso estivessem reduzidas.

A última aeronave a decolar do local do destacamento, levando uma pesada carga externa, pousou já de noite em Villa Bittencourt, graças ao balizamento por meio de lanternas do pessoal de terra da Aviação do Exército.

Nas 03 (três) citações abaixo, podemos observar alguns detalhes importantes sobre a "Operação Traíra" e a "Patrulha Cruzeiro" na obra "Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994":

O Gen Refm Nery recorda: "Em consequência, o Exército tomou providências de ocupar a fronteira com mais tropas vindas da região da Amazônia e da Brigada Paraquedista, apoiadas pela Brigada de Aviação com seus helicópteros. Imediatamente determine o deslocamento de um destacamento precursor ao comando do então Tenente-Coronel Jeannot em apoio a essas operações."

O Gen Refm Jeannot comenta que em determinado encontro com um oficial da FAB, durante a Operação Traíra, afirmou: "Coronel, eu reconheço que nós não temos experiência em atividades aeronáuticas. Mas uma coisa eu entendo bem, que é de operações militares de exército. E eu identifico que nessa operação o centro de gravidade é Vila Bittencourt, e eu entendo que a aviação orgânica das forças terrestres tem que estar no centro de gravidade."

Para o Cel R1 Medina o grande ensinamento do Traíra, que serviu para sua vida e em outra oportunidade que correu risco é que: "O medo e a situação de risco te ensinam a saber se controlar. Você certamente vai estar assustado, estará receoso, sempre preocupado no que é que vai acontecer, mas o fato de você vencer esse sentimento é onde te amadurece. Você aprende; eu entendo que aprendi até que ponto o risco é controlado."

O destacamento da Aviação permaneceu na região até o início de 1992, quando foi transferido para Manaus, lá permanecendo com algumas aeronaves de manobra HM-1 Pantera, em sistema de rodízio mensal para as tripulações que vinham de Taubaté-SP.

O sistema de permanência da Aviação na Região Norte foi chamado de "Destacamento Amazônia", com a base provisória estabelecida no 1º Batalhão de Infantaria de Selva de Manaus-AM.

Sobre o assunto, o ato administrativo contemplado na Portaria no 017 (Res), de 13 de maio de 1992, formalizou a criação, a contar de 01 de janeiro de 1992, do Destacamento do 1º Batalhão de Helicópteros (Dst 1° B Helcp) em Manaus-AM, subordinado à Bda Av Ex e sob o controle operacional do Comando Militar da Amazônia (CMA).

O Dst 1º B Helcp pode ser considerado a gênese do atual 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx) e, sem dúvida, o início de um trabalho que resultou na permanência constante das "Asas da Força Terrestre" na Amazônia.

A Companhia de Manobra do 1º Batalhão de Helicópteros e a chegada de 29 (vinte e nove) aeronaves de manobra HM-1

Figura 4. Foto aeronave HM-1 AS365K PANTERA



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

HM-1 AS365K PANTERA

Dados operacionais:

- Velocidade de Cruzeiro: 120 kt (230km/h)
- Autonomia Total: 3h 40m ou 5h (com Tanque extra)
- Autonomia p/ Plj: 3h ou 4h 20 m (com Tanque extra)
- Armamento: 01 Mtr Lateral 7,62mm
- Qtd de Tropa: Até 09 militares (sem Tanque extra)
- Carga Externa: até 1.600 kg

O ano de 1991 foi fundamental para a aeromobilidade do Exército Brasileiro. A Companhia de Manobra, do 1º Batalhão de Helicópteros, recebeu 29 (vinte e nove) aeronaves de manobra HM -1 Pantera.

Esse modelo de helicóptero foi escolhido tendo em vista sua capacidade de transportar até 09 (nove) combatentes, equivalente a 01 (um) grupo de combate (GC). No final do ano em referência, toda a frota HM-1, composta de 36 (trinta e seis) aeronaves, estava pronta e em condições de operar para a Aviação do Exército.

Para que possamos ter uma ideia da capacidade de transporte da Força Terrestre em operações aeromóveis, vamos comparar o ano de 1990 com 1991. No final de 1990, com 07 (sete) aeronaves HM-1 Pantera, a Aviação do Exército possuía a capacidade máxima de transportar, em uma única leva, 63 (sessenta e três) combatentes. No final de 1991, após o recebimento de 29 (vinte e nove) aeronaves, completando a frota de 36 (trinta e seis) HM-1 Pantera, a Aviação do Exército passava a transportar até 324 (trezentos e vinte e quatro) combatentes em uma única leva. Cabe ressaltar que esses dados são teóricos, pois, na prática, o cálculo de aeronaves em operação, com um programa adequado de manutenção, gira em terno de 70% a 80% de disponibilidade de toda a frota.

A aeromobilidade atinge o seu potencial máximo. As operações aeromóveis tornam-se uma realidade.

O Ten Cel R1 Esteve, Comandante Pioneiro da Companhia de Manobra, relembra aspectos importantes e inéditos ocorridos no ano de 1991:

"Foi um grande desafio receber 29 (vinte e nove) helicópteros em um ano. Os voos eram intensos e surgiam missões inéditas. Nessa época implantamos e desenvolvemos o voo por instrumentos (Instrument Flight Rules – Regras de Voo por Instrumento - IFR). Realizei o treinamento com os pilotos do NuCIAvEx que ficaram responsáveis pela seção de voo IFR."

O Comandante Pioneiro da Companhia de Manobra complementa:

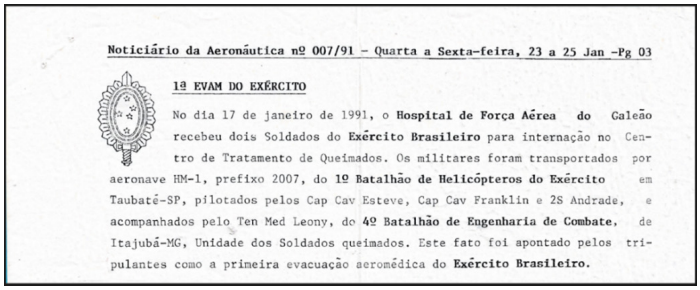
"Os tripulantes e as aeronaves da Companhia de Manobra muitas vezes ficavam à disposição do NuCIAvEx, tendo em vista que este estabelecimento de ensino não dispunha de material e pessoal para implantar todos os cursos necessários. Durante o dia eram desenvolvidas as técnicas de voo tático e à noite eram realizados os voos IFR para qualificação de novos instrutores. Além disso, a Companhia realizava missões de emprego geral."

"A reduzida equipe de manutenção da Companhia de Manobra possuía excepcionais mecânicos que atuavam como tripulantes e também realizavam a manuten-

ção dos helicópteros. O profissionalismo, a abnegação, o interesse e o comprometimento das primeiras turmas de mecânicos e gerentes possibilitaram uma cadência de voo extraordinária em 1991."

"Conseguimos, de janeiro a dezembro, com nossos valiosos recursos humanos, receber 29 (vinte e nove) aeronaves, voar muito, sem incidentes/acidentes, e montar uma estrutura operacional e logística que atingiu todos os objetivos propostos para a época."

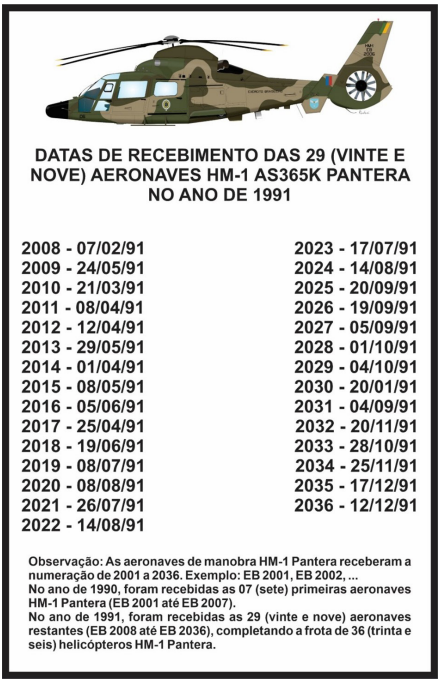
Um fato histórico, de suma importância, foi a realização da primeira missão de evacuação aeromédica (EVAM) da Aviação do Exército, em 17 de janeiro de 1991, sob condições meteorológicas de voo por instrumento (IMC – Instrument Meteorological Conditions), partindo de Itajubá-MG, local do incêndio, com destino ao hospital da Força Aérea Brasileira na Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro-RJ, conduzindo dois militares com graves queimaduras. A imagem do Noticiário da Aeronáutica, com as informações da 1ª EVAM do Exército, detalham a missão.



Noticiário da Aeronáutica nº 007/91 – Quarta a Sexta-feira, 23 a 25 Jan -Pg 03

1ª EVAM DO EXÉRCITO

No dia 17 de janeiro de 1991, o **Hospital de Força Aérea do Galeão** recebeu dois Soldados do **Exército Brasileiro** para internação no Centro de Tratamento de Queimados. Os militares foram transportados por aeronave HM-1, prefixo 2007, do **1º Batalhão de Helicópteros do Exército** em Taubaté-SP, pilotados pelos Cap Cav Esteve, Cap Cav Franklin e 2S Andrade, e acompanhados pelo Ten Med Leony, do **4º Batalhão de Engenharia de Combate**, de Itajubá-MG, Unidade dos Soldados queimados. Este fato foi apontado pelos tripulantes como a primeira evacuação aeromédica do **Exército Brasileiro.**



DATAS DE RECEBIMENTO DAS 29 (VINTE E NOVE) AERONAVES HM-1 AS365K PANTERA NO ANO DE 1991

2008 - 07/02/91	2023 - 17/07/91
2009 - 24/05/91	2024 - 14/08/91
2010 - 21/03/91	2025 - 20/09/91
2011 - 08/04/91	2026 - 19/09/91
2012 - 12/04/91	2027 - 05/09/91
2013 - 29/05/91	2028 - 01/10/91
2014 - 01/04/91	2029 - 04/10/91
2015 - 08/05/91	2030 - 20/01/91
2016 - 05/06/91	2031 - 04/09/91
2017 - 25/04/91	2032 - 20/11/91
2018 - 19/06/91	2033 - 28/10/91
2019 - 08/07/91	2034 - 25/11/91
2020 - 08/08/91	2035 - 17/12/91
2021 - 26/07/91	2036 - 12/12/91
2022 - 14/08/91	

Observação: As aeronaves de manobra HM-1 Pantera receberam a numeração de 2001 a 2036. Exemplo: EB 2001, EB 2002, ...
No ano de 1990, foram recebidas as 07 (sete) primeiras aeronaves HM-1 Pantera (EB 2001 até EB 2007).
No ano de 1991, foram recebidas as 29 (vinte e nove) aeronaves restantes (EB 2008 até EB 2036), completando a frota de 36 (trinta e seis) helicópteros HM-1 Pantera.

Ilustração do Professor Doutor Rudnei Dias da Cunha

Informações coletadas no Centro de Operações de Apoio Logístico (COAL) do Btl Mnt Sup Av Ex.

CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho ressalta algumas colocações do General Refm Nery sobre o ano de 1991. Ele foi o primeiro Comandante da Bda Av Ex no Forte Ricardo Kirk, em Taubaté-SP, e esteve no Comando no ano em referência. Segundo suas palavras:

"A Aviação do Exército torna-se uma realidade quando analisamos o ano de 1991:

- Era uma atividade inteiramente nova para o Exército. A relevância da experiência anterior perdeu-se no tempo;
- Possuía elevado grau de complexidade administrativa e operacional;
- Exigia rigores de procedimentos técnicos e operacionais, em volumes ainda não experimentados no Exército;
- Requeria elevados níveis de qualificação profissional, superiores ao padrão médio existente no Exército;
- Exigia um sistema de apoio logístico muitas vezes superior em volume e padrão ao que demandava outras atividades do Exército;
- Necessitava um volume de recursos financeiros, em divisas e moeda nacional, incomum ao Exército;
- Necessitava íntima ligação com atividades e entidades congêneres, civis e militares, nacionais e estrangeiras e
- Deveria integrar-se a sistemas de proteção ao vôo, tráfego aéreo, busca e salvamento e outros, estranhos ao Exército."

O Gen Nery ressalta também:

"A fim de evitar a "Fase heróica da antiga Aviação Militar" com perdas desastrosas de vidas, equipamentos e credibilidade, estabelecemos a aviação com um regime funcional e estrutura adequados aos padrões internacionais, para que suas ações específicas fossem planejadas, executadas e controladas de forma centralizada, de tal maneira que proporcionasse:

- Ligações com os diversos órgãos civis e militares ligados à Aviação;
- Flexibilidade e agilidade na tomada das decisões;
- Melhor aproveitamento dos recursos disponíveis respeitando as prioridades estabelecidas;
- A consolidação da doutrina, normas e procedimentos indispensáveis à Aviação e
- A criação de uma escola, que foi o Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército, com capacidade para cerca de 27 (vinte e sete) cursos."

Sem dúvida, 1991 foi um ano emblemático para a Aviação do Exército, com importantes transformações. Vários trabalhos inéditos e muitas missões desafiaram os pioneiros na arte de voar combate para a Força Terrestre. Ao mesmo tempo, de

forma notável e valendo-se do lema "Pela Audácia e Proteção", atingimos objetivos inimagináveis para a época:

- A transferência da Brigada de Aviação do Exército para Taubaté-SP e a determinação do Gen Nery na busca constante de uma aviação operacional e que fosse uma referência para o Exército Brasileiro;

- Após pouco mais de dois anos e meio, a Aviação do Exército passa a voar com 52 (cinquenta e duas) aeronaves, sendo 36 (trinta e seis) de manobra (HM-1 Pantera) e 16 (dezesseis) para missões de reconhecimento, ataque e instrução (HA-1 Esquilo);

- O Núcleo do Centro de Instrução de Aviação do Exército (NuCIAvEx), atual CIAvEx, com seu Comandante Pioneiro e seus emblemáticos instrutores, passa a funcionar com 27 (vinte e sete) cursos e estágios, gerando uma grande autonomia para o Exército na preparação dos recursos humanos específicos de aviação. Dentre os estágios, é realizado o Primeiro Estágio de Operações Aeromóveis, desmistificando a nova Aviação do Exército perante a Força Terrestre;

- É criada, através da nova "Escola de Aviação", a doutrina de emprego em combate para o novo vetor aéreo do Exército. Com isso, a aeromobilidade e as operações aeromóveis tornam-se uma realidade;

- O NuCIAvEx, atual CIAvEx, de forma incansável, torna real o Curso de Piloto de Combate (CPC), colocando em prática a nova doutrina de emprego das "Asas da Força Terrestre". Cabe ressaltar as realizações inéditas do tiro axial com metralhadoras 7,62 mm, utilizando a aeronave HA-1 Esquilo como plataforma de ataque, do primeiro voo noturno fora de Taubaté-SP, ou seja, fora de sede, e as primeiras intervenções de manutenção em campanha;

- A aeromobilidade proporcionada pelas asas rotativas do Exército nas execuções de diversas missões reais durante a Operação Traíra, com a Patrulha Cruzeiro, cria a manutenção da consciência situacional ao decisor naquele teatro de operações e fora dele também atinge inegável ganho de credibilidade junto a muitos pensadores militares que passaram a incluir o vetor aéreo na doutrina de combate da Força Terrestre;

- A partir da Operação Traíra, as aeronaves e tripulações da Aviação do Exército passam a operar de forma contínua na Amazônia, resultando no destacamento em Manaus-AM, gênese do atual 4º Batalhão de Aviação do Exército e

- A transformação de uma subunidade em unidade logística específica de aviação, ou seja, a transformação da Cia Mnt Sup Av Ex em Btl Log Av Ex, atual Btl Mnt Sup Av Ex, passa a garantir uma grande disponibilidade dos meios aéreos na "Nova Aviação de Asas Rotativas". O "Dragão Alado", como ficou conhecido, forneceu o suporte necessário para que a frota de 52 (cinquenta e duas) aeronaves pudessem voar combate com segurança.

Conforme as palavras do Cel R1 Ferraro: "O ano de 1991 foi o mais importante, audacioso e decisivo ano para a Aviação do Exército."

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Luís Azambuja Contreiras. Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2016.

AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.

AvEx – ASAS DA FORÇA TERRESTRE EM REVISTA. Taubaté-SP, edição 02/2020.

AvEx – ASAS DA FORÇA TERRESTRE EM REVISTA. Taubaté-SP, edição 05/2021.

AvEx – ASAS DA FORÇA TERRESTRE EM REVISTA. Taubaté-SP, edição 07/2021.

AvEx – ASAS DA FORÇA TERRESTRE EM REVISTA. Taubaté-SP, edição 10/2023.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 11, 2025

BRIGADA DE INFANTARIA AEROMÓVEL, UMA CASA DE SOLDADOS: 30 ANOS DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM OPERAÇÕES AEROMÓVEIS.

Wellington Ferreira Gomes[1]

RESUMO

Desde as primeiras guerras da História, a mobilidade das forças de combate tem sido um fator determinante, mas na guerra moderna a mobilidade assumiu uma importância ainda maior. Hoje, uma força de combate com rápida mobilidade aérea que lhe permite agir em momentos e locais decisivos, que seja modular, sustentável e interoperável, capaz de executar tarefas na guerra de amplo espectro, certamente, tais capacidades se referem às forças aeromóveis. Nesse sentido, a única grande unidade tática do Exército Brasileiro dotada dessas capacidades é a Brigada de Infantaria Aeromóvel. Criada para as necessidades do combate em profundidade, a Brigada Aeromóvel é uma nobre força de manobra que deve ser mantida com alto poder de dissuasão e reservada para ações estratégicas que desequilibrem o inimigo no campo de batalha. No entanto, embora esta grande unidade está comemorando esse ano seu trigésimo aniversário de transformação doutrinária, de Brigada Motorizada para Brigada Aeromóvel, trinta anos depois, pouco se sabe sobre suas raízes históricas. Este artigo visa preencher esta lacuna, buscando resgatar a história da aeromobilidade do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Mobilidade. Aeromobilidade. Brigada Aeromóvel.

1 Coronel de Artilharia, Turma de 1997 Cinquentenário da Escola Militar de Resende. Mestre em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- Rio, Brasil.

ABSTRACT

Since the earliest wars in history, the mobility of combat forces has been a decisive factor, but in modern warfare, mobility assumes even greater significance. Today, a combat force with rapid air mobility, enabling it to operate at critical moments and locations, that is modular, sustainable and interoperable, capable of executing tasks in full-spectrum warfare, undoubtedly, such capabilities refer to airmobile forces (air assault). In this sense, the only Brazilian Army large tactical unit equipped with these capabilities is the Airmobile Infantry Brigade. Established to meet the needs of deep combat, the Airmobile Brigade is a distinguished maneuver force that must be maintained with high deterrence power and reserved for strategic actions designed to disrupt the enemy on the battlefield. However, although this large unit is celebrating its thirtieth anniversary this year, marking a doctrinal transformation from a Motorized Brigade to Airmobile Brigade, little is known about its historical origins. This article aims to fill this gap, seeking to recover the air mobility Brazilian Army history.

Keywords: Mobility. Airmobility. Airmobile Brigade

1. INTRODUÇÃO

> O Exército precisa se preocupar em escrever o registro do presente para que os pesquisadores e historiadores no futuro possam resgatar a história do passado.
> Cel Silva Maia

Comumente se compara a estratégia do jogo de xadrez com a estratégia da guerra. O próprio teórico militar Clausewitz (1976) no clássico On war compara a manobra de um exército aos movimentos das peças de uma partida de xadrez.

Nesse sentido, simbolicamente, o tabuleiro retrataria o campo de batalha, os jogadores representariam os estrategistas militares e as peças do jogo seriam os elementos de manobra.

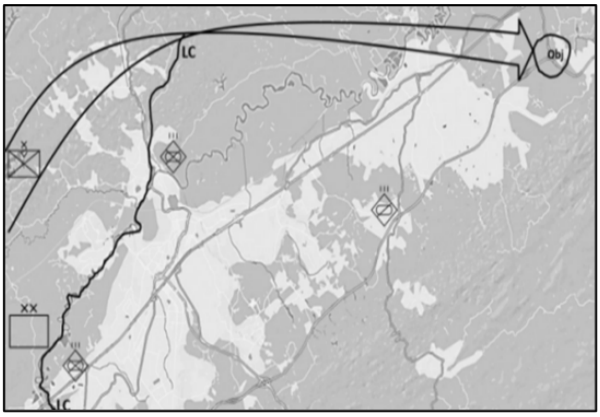
No contexto do xadrez, existe uma peça essencial para a estratégia do jogo, a saber, o cavalo. Esta peça tem uma mobilidade peculiar que o diferencia das outras. Ela se move do ponto "A" para o "B" por cima de outras peças em forma de "L"[2], podendo chegar atrás das peças do jogador adversário e se posicionar em qualquer parte do tabuleiro onde outras peças não podem ir, cujo lance pode vir a criar as condições necessárias para um xeque ou xeque-mate.

No contexto militar, uma força aeromóvel se compara a mobilidade do cavalo do jogo de xadrez, pois ela segue esse mesmo princípio, isto é, uma força de combate que se move do ponto "A" para o "B" transpondo outras tropas por via aérea, podendo realizar um movimento desbordante profundo na retaguarda do inimigo e chegar

2 Avançando duas casas em uma direção e depois uma casa na direção perpendicular.

em qualquer parte do terreno onde outras forças não conseguiriam, cuja ação pode vir a desestabilizar o inimigo no campo de batalha. (Ver Figura 1).

Figura 1: Assalto aeromóvel



Fonte: Comando de Operações Terrestres

Desde os primeiros registros dos conflitos bélicos, a mobilidade das forças de combate tem sido um fator determinante, contudo, na guerra do Mundo Moderno a presteza da mobilidade assumiu uma importância ainda maior.

Na Campanha da Itália, por exemplo, durante a fase da perseguição[3] às forças alemãs em retirada, o Comando da FEB percebeu que para impedir a fuga do inimigo precisava de rapidez na mobilidade de sua infantaria que marchava a pé.

Para isso, o general Mascarenhas de Moraes precisou tomar uma decisão ousada: embarcar as tropas da Infantaria Divisionária nas viaturas tratoras de obuses da Artilharia Divisionária. O resultado final dessa decisão contribuiu na rendição de uma divisão alemã (148º Divisão de Infantaria) em Fornovo di Taro (MORAES, 1984).

Na contemporaneidade, uma força de combate com rápida mobilidade aérea, que lhe permite agir nos momentos e lugares decisivos, que possui características como "flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade e interoperabilidade", que seja vocacionada para a execução de tarefas específicas na guerra de amplo espectro, sem dúvida, tais capacidades se referem às forças aeromóveis (BRASIL, 2023, p. 1-1).

Nesse sentido, a única grande unidade tática do Exército Brasileiro dotada dessas capacidades é a Brigada de Infantaria Aeromóvel (Bda Inf Amv). Criada em decorrência da necessidade contemporânea de se realizar o combate em profundidade, a Bda Inf Amv é uma nobre peça de manobra que deve ser mantida como poder dissuasório e reservada às ações estratégicas que desequilibrem o inimigo no campo de batalha.

Mas o que vem a ser o termo "aeromóvel" no léxico militar? Quando surgiram

3 A fase da perseguição às forças alemãs na Campanha da Itália, vai de 23 de abril a 2 de maio de 1945.

as primeiras manifestações desta nova concepção no pensamento militar? Segundo o mais recente Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, o termo "aeromóvel" tem como conceito basilar o que se segue abaixo:

> Atividade, operação ou organização relacionada com o emprego de forças de combate e seu equipamento, que se deslocam em aeronaves orgânicas, nas proximidades da área de combate, em reforço ou sob o controle operacional do comandante da força que a emprega, para engajar-se no combate (BRASIL, 2018, p. 20-21).

A abordagem desse conceito é fundamental para compreendermos que a mobilidade tática das forças aeromóveis não são realizadas exclusivamente por aeronaves de asas rotativas (helicópteros), mas sim por todo e qualquer meio aéreo orgânico da Força que a emprega, e que possibilite o seu desembarque em solo próximo ao inimigo.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que a primeira operação de assalto aeromóvel[4] a ser registrada na História Militar não foi cumprida com o emprego de helicópteros, mas por planadores de assalto com tropa paraquedista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, foi no período pós-Segunda Guerra que o pensamento militar ocidental enunciaria as ideias inovadoras que se consubstanciariam nas operações aeromóveis dos tempos atuais. Em outras palavras, seria a formulação de um conceito revolucionário que incorpora em uma só doutrina a mobilidade e flexibilidade da cavalaria, a valentia e audácia do paraquedista, e a manobrabilidade aérea do helicóptero. Tudo isso, formando um grande "pacote" de força.

Para o general Harry Kinnard, primeiro comandante da 1ª Divisão de Cavalaria Aérea (1st Air Cavalry Division), os paraquedistas tinham "'uma certa mentalidade... admiravelmente adaptada ao tipo de coisa... que deveríamos fazer com helicópteros'... [um] 'estado de espírito aeromóvel'"[5] (CARLAND, 2003, p. 12, tradução nossa, grifo nosso).

Aliás, no contexto historiográfico das operações aeromóveis, é importante separar a aeromobilidade da aviação militar, em razão de que esta não foi criada em função daquela, mas que em dado momento de suas trajetórias, uma encontrou o potencial da outra na união de esforços.

Também se faz necessário pontuar o fato de que os estudos sobre a aeromobilidade, enquanto doutrina, apresentam certas inconsistências sobre suas origens. Ora os estudos apontam para a Alemanha, ora direcionam para a França, ora conduzem aos Estados Unidos.

---

4 Missão de combate, realizada num quadro de operações aeromóveis, na qual uma força-tarefa aeromóvel, [...], desloca tropa adestrada e equipada, visando à conquista e à manutenção de regiões do terreno e a participação na destruição de forças inimigas (BRASIL, 2023, p. 45).

5 Texto original: "'a certain mentality... admirably adapted to the kind of thing... we ought to be doing with helicopters'... 'airmobile state of mind'".

Sobre isso, neste trabalho consideramos a evolução histórica das operações aeromóveis de forma não linear, tendo como marco temporal a Segunda Guerra Mundial (2ª GM) até seu estabelecimento como doutrina analisada, testada e comprovada[6] em combate na Guerra do Vietnã.

Os procedimentos metodológicos de investigação tiveram um caráter científico do tipo exploratório, em face da escassez de estudos e trabalhos específicos no Brasil. Portanto, buscou-se extrair por meio de um levantamento bibliográfico e documental o máximo de dados oriundos de fontes secundárias através de livros, teses, ensaios, artigos e vídeos-documentários, bem como em sítios eletrônicos não governamentais. Buscou-se, também, fontes de história oral através de depoimentos de veteranos colhidos mediante entrevistas em programas do tipo podcast.

Esta pesquisa justifica-se por ser um tema diferenciado, cuja profundidade do estudo da aeromobilidade no Brasil ainda é inexistente, além de contribuir de modo mais amplo ao campo da História Militar sobre a mais recente revolução militar do Mundo Contemporâneo.

Nesse contexto, apesar da Bda Inf Amv estar comemorando o seu trigésimo aniversário de transformação doutrinária, de motorizada para aeromóvel, celebrados em 16 de junho de 2025[7], passados esses trinta anos ainda pouco se sabe sobre suas raízes históricas.

O presente artigo visa preencher essa lacuna, buscando resgatar do obscurantismo a história da aeromobilidade. Assim, vamos apresentar a história concisa das operações aeromóveis no mundo ocidental, na sequência abordaremos a gênese da aeromobilidade no Exército Brasileiro e, por fim, o processo de transformação da Brigada de Infantaria Aeromóvel.

1. EVOLUÇÃO CONCISA DAS OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

A Arte da Guerra, obra clássica dos tempos da China Antiga escrita há mais de 2.500 anos, elaborada pelo estrategista militar Sun Tzu, é o tratado sobre a guerra mais antigo do mundo, mas ainda assim continua relevante nos tempos atuais, cujas lições podem ser aplicadas no contexto das operações aeromóveis. Por exemplo, dos treze capítulos da obra, o capítulo cinco tem como tema principal a "Energia" anímica dos exércitos.

Nesse capítulo, Sun Tzu parece usar a energia de duas formas: uma no sentido da variabilidade do uso da força ou os diferentes modos de aplicá-la; a segunda, no sentido da inesperabilidade da ação enérgica ou a aplicação máxima da força concentrada no tempo e local oportuno.

---

6 Na perspectiva histórica do Exército dos Estados Unidos, consideramos que esta Instituição Militar foi a única que realizou metodologicamente estudos por especialistas das mais diversas áreas dos sistemas operacionais, testes em jogos de guerra, análises em diversos cenários e simulação em diferentes situações de combate.

7 Decreto [Presidencial] de 14 de Junho de 1995, publicado no Diário Oficial da União nº 114, de 16 junho de 1995, Ano CXXXIII (133), Seção 1, p. 8711. O aniversário da Bda Inf Amv é contado da publicação oficial

Alguns trechos abaixo nos dão esses entendimentos:

> 5. Em todas as lutas, o método direto pode ser usado para entrar na batalha, mas métodos indiretos serão necessários para garantir a vitória. 6. Táticas indiretas, aplicadas com eficiência, são inesgotáveis como o Céu e a Terra,[...]; 11. O direto e o indireto se alternam.[...] **Quem pode esgotar as possibilidades de sua combinação?**[...] 13. A qualidade da **decisão é como o mergulho oportuno de um falcão, que lhe permite atacar e destruir sua vítima.**[...] 15. A energia pode ser comparada ao arquear de uma besta; a decisão, ao soltar de um gatilho.[...] 21. Daí sua capacidade de escolher os homens certos e utilizar a energia combinada.[...] 23. Assim, **a energia desenvolvida por bons combatentes é como o impulso de uma pedra redonda rolando montanha abaixo.** (LIONEL GILES, 2000, p. 15-18, tradução nossa, grifos nosso).[8]

Deste modo, as principais lições que podemos extrair da obra de Sun Tzu no contexto das operações aeromóveis são as evoluções e infinitas possibilidades de manobras, as investidas rápidas com alta letalidade e a obtenção de grandes resultados estratégicos por pequenas frações especializadas.

Outra lição extraída refere-se às ofensivas diretas e indiretas. Uma ofensiva direta por sua natureza é do tipo ortodoxo ou convencional, porém, uma ofensiva indireta é de um modelo de ataque heterodoxo, inovador e ousado.

"Inovação e Ousadia" é justamente o título do trabalho do coronel canadense Bernd Horn (2014) que trata sobre a heterodoxia do ataque alemão à fortaleza Eben-Emael, na Bélgica, durante a 2ª GM.

2.1 Inovação e ousadia alemã

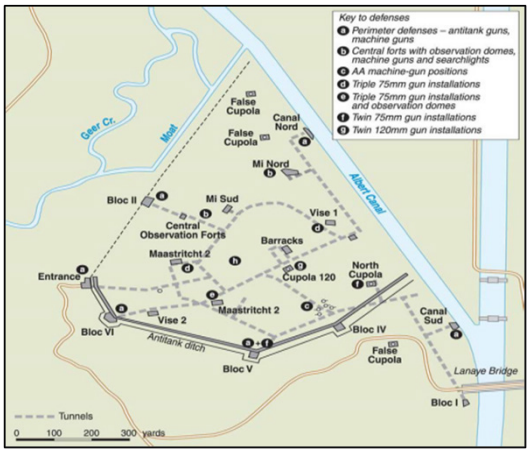
De acordo com o historiador militar francês Paul Gaujac (1990), os alemães foram os primeiros a usar a terceira dimensão no campo de batalha, também conhecida como Batalha Ar-Terra, com o emprego de planadores de assalto.

Na primavera de 1940, havia um obstáculo para a grande ofensiva alemã à Europa Ocidental – refiro-me à fortaleza Eben-Emael (Ver Figura 2). Esta Fortaleza está localizada no topo de uma colina entre o Rio Mosa e o Canal Alberto, seu formato de defesa era triangular, cercada por canais, defendida por torres de artilharia,

8 Texto original: "5. In all fighting, the direct method may be used for joining battle, but indirect methods will be needed in order to secure victory. 6. Indirect tactics, efficiently applied, are inexhaustible as Heaven and Earth. [...] 11. The direct and the indirect lead on to each other in turn. [...] Who can exhaust the possibilities of their combination? [...] 13. The quality of a decision is like the well-timed swoop of a falcon which enables it to strike and destroy its victim. [...] 15. Energy may be likened to the bending of a crossbow; decision to the releasing of a trigger. [...] 21. Hence his ability to pick out the right men and utilize combined energy. [...] 23. Thus the energy developed by good fighting men is as the momentum of a round stone rolled down a mountain."

casamatas com armas automáticas, além de 1200 defensores distribuídos ao longo de túneis subterrâneos (ELLIS, 2002).

Figura 2: Esboço do Forte Eben-Emael



Fonte: WWII History Magazine (August, 2013)

Segundo o pesquisador em história militar Roy Stevenson (2014, p. 16, tradução nossa), o assalto iniciou-se às "4h25 da manhã, na escuridão que antecede o amanhecer de 10 de maio de 1940, nove planadores alemães deslizaram silenciosamente até parar no topo da colina da fortaleza mais fortemente defendida da Europa, descarregando 71 paraquedistas alemães altamente treinados."[9]

E Horn (2014) complementa:

> Sem hesitar, os Fallschirmjägers saíram dos planadores pelas portas traseiras e pela capota frontal... O tempo era essencial. Afinal, sobre seus ombros, aparentemente, repousava o sucesso da invasão da França! A **força de assalto, em grande inferioridade numérica, apostava que a velocidade, a inovação e a violência [ou a energia] da ação prevaleceriam.**[10] (HORN, 2014, p. 4-5, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse caso, tanto a força de assalto de paraquedistas,[11] quanto a mobilidade

9 Texto original: *"4:25 AM in the predawn darkness of May 10, 1940, nine German gliders silently skidded to a stop on the hilltop of the most heavily defended fortress in Europe, disgorging 71 highly trained German Fallschirmjäger."*

10 Texto original: *"Without hesitation, the Fallschirmjägers exited the gliders through the rear doors and the front canopy... Quickly capitalizing on their momentary advantage the assaulting detachments wasted no time in executing their tasks... Time was of the essence. After all, on their shoulders eemingly rested the success of the invasion of France! The heavily outnumbered assaulting force was gambling that speed, innovation and violence of action would carry the day."*

11 Segundo Ellis (2002), as forças aeroterrestres alemãs foram formadas pela Luftwaffe (Força Aérea Alemã).

aérea proporcionada pelos planadores, estavam sob o controle operacional da Força Armada que a empregou, a Luftwaffe. Os membros da força de assalto não saltaram de paraquedas sobre a posição, eles desembarcaram em solo (ver Figura 3) em um terreno onde outras tropas não poderiam chegar. Por fim, realizaram um assalto de surpresa, em profundidade e de forma letal sobre o inimigo.

A razão de escolhermos essa operação militar do passado como a primeira da História da Aeromobilidade, está no fato de sua ação seguir com os princípios conceituais das operações aeromóveis do presente, abrangendo os aspectos táticos, operacionais e estratégicos.

Fig. 3: Fallschirmjägers desembarcando do planador de assalto



Fonte: Christopher Ailsby (Hitler's Sky Warriors)

Ademais, há um consenso entre especialistas, pesquisadores e entusiastas em História Militar de que essa ação militar apresentou caraterísticas de operações aeromóveis, conforme observamos no trecho a seguir, extraído de um dos artigos:

> O alto risco com o potencial de surpresa de novos métodos de guerra aérea estava prestes a dar frutos. A primeira grande operação do DFS 230 também foi uma das mais famosas: o desembarque e a captura do forte belga de bloqueio Eben Emael, em 10 e 11 de maio, consolidaram a fama das tropas aerotransportadas alemãs, bem como a do DFS 230. Integrado nas operações da 'Blitzkriege', que foram tão bem-sucedidas para o lado alemão, **o [planador] DFS 230 provou ser um cavalo de batalha das unidades aeromóveis**[12]. (SACHSENHOFER, 2021, [artigo eletrônico], tradução nossa, grifo nosso).

12 Texto original: *"The high stakes with the surprise potential of novel methods of aerial warfare were to pay off. The first major operation of the DFS 230 was also one of the most famous: the landing and capture of the Belgian blocking fort Eben Emael on 10 and 11 May established the fame of German airborne troops as well as that of the DFS 230. Embedded in the operations of the 'Blitzkriege', which was so successful for the German side, the [glider] DFS 230 proved itself as a workhorse of airmobile units."*

Isso posto, podemos afirmar que a conquista à fortaleza Eben-Emael foi a primeira operação aeromóvel do Mundo Contemporâneo, contudo, foi durante a Guerra da Argélia que a aeromobilidade de paraquedistas viu sua primeira aplicação sistemática, usando não mais o planador e sim o helicóptero como plataforma de mobilidade aérea.

2.2 Aéromobiles de l'Armée française (Aeromóveis do Exército francês)

O conflito que começou na Argélia (1950-1953) – antigo território ultramarino francês –, ocorreu num amplo contexto internacional da Guerra Fria e das Guerras Coloniais contra a dominação francesa, movidas por complexas clivagens étnicas, culturais e ideológicas.

De acordo com o general francês Jean-Marc Marill (1992), ex-Diretor do Centro Histórico de Arquivos do Ministério da Defesa da França, quando o conflito argelino estourou (1º nov. 1954), a maioria das unidades francesas que participaram das operações haviam saído do longo e dramático Conflito da Indochina (1946-1954).

Portanto, foram esses homens marcados pela guerrilha na Indochina que tiveram que enfrentar uma rebelião na Argélia, cuja dimensão geográfica não era de modo algum comparável à da Península Indochinesa, porém, haviam semelhanças entre si de uma guerra de contrainsurgência.

Segundo o analista de assuntos estratégicos Étienne de Durand (et al., 2011), uma das lições aprendidas pelos franceses na antiga Indochina[13], quando confrontados com insurgentes que se beneficiavam de melhor conhecimento do terreno e de maior apoio popular, foi a crônica falta de mobilidade na guerra de guerrilha.

Para contrapor a esse óbice, o Exército francês visualizou o emprego de helicópteros não apenas para a observação aérea ou para as evacuações aeromédicas, mas para além da vanguarda. Assim, providenciou-se uma missão de observadores militares para um outro conflito, a Guerra da Coreia:

> [...] já considerava operações reais de helicópteros e preparava um programa para mobilizar cerca de cem aeronaves. Sob a liderança do General [Henri Eugène] Navarre, Comandante-em-Chefe na Indochina, cogitou-se a criação de uma primeira unidade. Em dezembro de 1953, uma **missão foi enviada ao Japão e à Coreia** para coletar todas as informações das forças americanas que facilitariam o estabelecimento e o uso de formações de helicópteros terrestres na Indochina[14] (GAUJAC, 1990, p. 69, tradução nossa, grifo nosso).

13 De modo restrito, a antiga Indochina Francesa abrangia os territórios do Camboja, Vietnã e Laos.

14 Texto original: *"... envisage déjà de véritables opérations héliportées et prépare un programme de mise en oeuvre d'une centaine d'appareils. Sous l'impulsion du général Navarre, commandant en chef en Indochine, la création d'une première unité est mise à l'étude. En décembre 1953, une mission est envoyée au Japon et en Corée pour recueillir auprès des forces américaines toutes les informations propres à faciliter la mise sur pied et l'emploi de formations terrestres d'hélicoptères en Indochine."*

Nessa missão, os observadores militares franceses perceberam nas forças americanas uma nova mentalidade organizacional no emprego de helicópteros, estruturada para a mobilidade de forças de combate e de apoio ao combate.

O resultado dessa missão gerou o relatório Étude des formations d'hélicoptères de l'armée de Terre américaine, cuja concepção era de que o helicóptero devia ser considerado um veículo aéreo de assalto capaz de desempenhar funções nas diversas fases do combate moderno, tais como o envolvimento vertical (GAUJAC, 1990).

Apesar de todo esse empreendimento, o conflito na Indochina termina sem que nenhuma ação de mobilidade aérea de forças de combate por helicópteros fosse executada. No entanto, na Guerra da Argélia a liderança militar francesa deu prosseguimento ao projeto de aeromobilidade de paraquedistas por aeronaves de asas rotativas, fruto das experiências na Guerra da Indochina e das inovações táticas adquiridas com os norte-americanos na Guerra da Coreia.

Na Argélia, o primeiro assalto aeromóvel por helicópteros foi realizado em 4 de maio de 1955 (ver Figura 4), na região de Aurès, área montanhosa no leste do país, transportando cerca de vinte legionários paraquedistas (GAUJAC, 1990).

Segundo o coronel francês Benoît Michel (2012, p. 17), "Essa mobilidade tática, combinada com técnicas de combate aerotransportado baseadas em surpresa e velocidade, produziu rapidamente resultados convincentes e foi aplicada sistematicamente"[15] na Argélia.

Figura 4: Assalto aeromóvel na Argélia



Fonte: Arquivo pessoal de Paul Gaujac

2.3 Rivalidades entre as Forças dos EUA pelo domínio do ar

Diferentemente do senso comum, não foram as necessidades da guerra convencional ou de contrainsurgência que estimulou a aeromobilidade com helicópteros, mas sim a ameaça de uma guerra nuclear que impulsionou a aeromobilidade.

Segundo o tenente-coronel Eugene W. Rawlins (1976), no ano de 1946, o

15 Texto original: "Cette mobilité tactique, associée aux techniques du combat aéroporté basé sur l'effet de surprise et la rapidité, donne très rapidement des résultats probants et va être appliquée pour la première fois de manière systématique".

Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos deu início aos estudos sobre o uso de helicópteros em resposta às observações dos testes nucleares, realizados no Atol de Bikini, nas Ilhas Marshall.

Rawlins (1976) comenta que na visão da Alta Administração do Corpo de Fuzileiros daquela época, as forças navais seriam muito vulneráveis a ataques nucleares, a menos que fossem amplamente dispersas.

Para isso, as lideranças navais estabeleceram uma comissão especial para encontrar soluções na Era Nuclear. Uma das recomendações foi buscar alternativas para o movimento de tropas num assalto anfíbio, partindo dos navios para terra, usando meios aéreos como veículos de transporte para substituir as atuais embarcações de desembarque anfíbio (RAWLINS, 1976).

Ainda segundo Rawlins (1976), a comissão apresentou, em 16 de dezembro de 1946, um relatório preliminar recomendando que:

> '... dois programas paralelos fossem iniciados, os quais proporcionariam o desenvolvimento **tanto do hidroavião de transporte quanto de um helicóptero de transporte.'**
> A organização de um esquadrão experimental de helicópteros dos Fuzileiros Navais também foi recomendada 'o mais breve possível para o treinamento de pilotos e mecânicos e para o desenvolvimento prático de táticas e técnicas de helicópteros para uma operação navio-terra'. Por fim, foi sugerido que 'as Escolas do Corpo de Fuzileiros Navais fossem orientadas a apresentar uma **doutrina provisória para o emprego de helicópteros'** [16](RAWLINS, 1976, p. 14, tradução nossa, grifos nosso).

No tocante à doutrina, em novembro de 1948, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos publicou uma instrução provisória PHIB-31/Amphibious Operations. Employment of Helicopters (Tentative) – na capa deste manual, há uma inscrição informando que é o primeiro documento do mundo que trata do emprego de helicópteros em operações anfíbias (USMC, 1948).

O emprego inicial em operações de assalto aéreo do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos ocorreu em 20 set. 1951, transportando 224 fuzileiros em 21 helicópteros Sikorsky para a zona de combate (Figura 5), a fim de conquistar uma colina (DURAND et al., 2011).

Os fuzileiros navais norte-americanos desempenharam um papel importante na Guerra da Coreia com o uso inaugural de helicópteros, transitando das operações de resgate e ligação para o de transporte e assalto, um prelúdio para as operações aeromóveis em larga escala.

---

16 Texto original: *"...'two parallel programs be initiated which would provide for the development of both the transport seaplane and a transport helicopter.' Organization of a Marine helicopter experimental squadron was also recommended at the 'earliest practical date for the training of pilots and mechanics and for the practical development of helicopter tactics and techniques for a ship-to-shore operation'. Finally, it was suggested that the 'Marine Corps Schools be directed to submit a tentative doctrine for helicopter employment'."*

Contudo, os dados da pesquisa apontam que no decorrer do conflito na Coreia, as operações navais nesse formato foram operações limitadas, ocasionais e executadas em objetivos pontuais do terreno, cujos efeitos práticos na guerra foram pouco efetivos.

Seguindo nessa mesma linha de pensamento militar, o Exército dos EUA também defendia o emprego de helicópteros para o transporte de tropas. O planejamento do Exército para o ambiente de guerra nuclear foi estimulado pela política de defesa "New Look", introduzida pelo governo Eisenhower[17] através do potencial dissuasor de retaliação maciça, substituindo as forças convencionais por armas atômicas (HORWOOD, 2006, p. 27).

Fig. 5: Helicópteros Sikorsky H-19 na Coreia (1951)



Fonte: Rawlins (Marines and Helicopters, 1946-1962)

Consequentemente, segundo o Prof. Dr. Ian Horwood (2006), professor de História sobre Estudos da Guerra da York St John University, em 1956, o Exército dos EUA instituiu a reestruturação Pentômica[18] a qual as divisões eram divididas em cinco forças-tarefa, supostamente capazes de operar independentes face à ameaça de um ataque nuclear. Assim, os helicópteros ofereceriam um meio aéreo rápido de dispersão das forças diante de tal ameaça.

Isso posto, tais estruturações organizacionais e doutrinárias das décadas de 1940 e 1950, demonstram o quanto as lideranças norte-americanas manifestavam o interesse na projeção de poder ar-terra, posicionando-se bem à frente das possibilidades operacionais da época e prenunciando noções e conceitos da doutrina aeromóvel explorados anos depois.

Outro fator relevante na História da Aeromobilidade foi a rivalidade entre as forças. Desde os primórdios da aviação militar, tanto os exércitos quanto as marinhas têm discutido sobre como os novos meios aéreos deveriam ser usados, como deveriam ser desenvolvidos e quem deveria controlá-los. A disputa se tornou mais intensa

17 Dwight David Eisenhower foi o 34º Presidente dos Estados Unidos de 1953 até 1961. Antes disso, durante a Segunda Guerra Mundial, como general do Exército dos EUA foi Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa.

18 Referente a pentagonal-atômica.

quando se criou as forças aéreas (HORWOOD, 2006).

Segundo Horwood (2006, p. 2, tradução nossa), a rivalidade se acentuou quando o Exército dos EUA tomou a decisão de empregar o helicóptero como "principal método de manobra, suplantando a mobilidade de veículos a pé ou rodoviários para grandes formações de armas combinadas até o tamanho de uma divisão: uma técnica conhecida como 'aeromobilidade.'" [19]

Essa decisão também encontrou resistências dentro do próprio Exército e colocou em xeque as relações institucionais de cooperação com a Força Aérea dos EUA.

Ainda de acordo com Horwood (2006), a fim de evitar que o Exército adquirisse aeronaves mais capazes que representassem ameaça às funções e tarefas da Força Aérea, esta impôs uma série de limitações que restringiam as funções da aviação orgânica do Exército, negando-a da capacidade de realizar o transporte aéreo de suas próprias tropas.

Esse autor (2006) prossegue afirmando que:

> A controvérsia continuou até meados da década de 1950, com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea insistindo que o helicóptero era 'apenas mais uma aeronave' e que a Força Aérea tinha todo o direito, portanto, de operar esquadrões de aeronaves de assalto, enquanto unidades semelhantes do Exército deveriam ser dissolvidas[20] (HORWOOD, 2006, p. 22, tradução nossa, grifo nosso).

Originalmente, o termo aeromobilidade não implicava unidades de combate dedicadas a assaltos aéreos, munidas de aviação e apoio de fogo orgânicos. Até meados da década de 1950, a mobilidade se restringia ao transporte de tropas e suprimentos para a zona de combate por via aérea. Essa combinação de palavras ("aéreo" + "mobilidade") só adquiriu o significado atual a partir dos anos 1960.

Nesse contexto, surgiram notáveis líderes militares que estabeleceram no campo da teoria da guerra uma ideia revolucionária que marcou os tempos da Guerra Fria, cujos reflexos doutrinários são mantidos até os dias atuais. Esses homens são os pais fundadores da aeromobilidade, notadamente, os generais James Maurice Gavin e Hamilton Hawkins Howze.

O general James Gavin, antigo comandante da 82ª Divisão Aerotransportada (82nd Airborne Division) durante a 2ª GM (Figura 6), expôs no artigo de sua autoria, intitulado Cavalry, and I Don't Mean Horses[21], publicado no periódico Harper's Magazine, em abril de 1954, a importância da mobilidade da cavalaria ao longo da História das Guerras.

---

19 Texto original: "primary method of maneuver, supplanting foot or road vehicle mobility for large combined arms formations up to divisional size: a technique known as 'airmobility'."

20 Texto original: "The controversy continued into the mid-1950s with the Air Force Chief of Staff insisting that the helicopter was "just another aircraft' and that the Air Force had every right, therefore, to operate assault aircraft squadrons while similar Army units should be disbanded."

21 Em tradução livre: "Cavalaria, e não me refiro a cavalos"!

Segundo Gavin (1954), a cavalaria é um elemento de manobra por excelência. Durante sua evolução como arma assumiu o papel central no fator mobilidade, seja buscando o contato com o inimigo, seja realizando reconhecimento em força ou, ainda, na ação de choque.

No entanto, quando ocorreu a transição do cavalo para o blindado, as lideranças do Exército dos Estados Unidos iniciaram um processo de endeusamento dos carros de combate, preocupando-se em aumentar a blindagem em detrimento da mobilidade (GAVIN, 1954).

Fig. 6: Gen. James Gavin



Fonte: WWII History-2013

Fruto dessa constatação e baseado nas suas experiências vividas na Guerra da Coreia, Gavin propõe literalmente uma cavalaria nos céus, conforme se observa no trecho a seguir:

> Onde estava a cavalaria de Walker em 26 de novembro de 1950, quando seu punhado de divisões foi atingido com completa e avassaladora surpresa por trinta divisões chinesas? Unidade após unidade, caiu em emboscada e sofreu a pior derrota da história das armas americanas. Onde estava a cavalaria? [...] E não me refiro a cavalos. Refiro-me a helicópteros e aeronaves leves, para transportar soldados armados com armas automáticas e armas antitanque portáteis [...][22] (GAVIN, 1954, p. 54, tradução nossa).

Gavin influenciou claramente o pensamento militar sobre a aeromobilidade, visto que suas ideias e recomendações moldaram a forma como as operações aeromóveis foram se desenvolvendo.

Por meio de seu artigo, Gavin fez uma contribuição significativa

22 Texto original: *"Where was Walker's cavalry on November 26, 1950, when his handful of divisions was struck with complete and overwhelming surpr ise by thirty Chinese divisions? Urrit after unit stumbled into ambush and suffered the worst defeat in the history of American arms. Where was the cavalry? It was, and still is, in the minds of military planners and historians. And I don't mean horses. I mean helicopters and light aircraft, to lift soldiers armed with automatic weapons and handcarried antitank weapons [...]".*

> para a história da guerra de assalto aéreo. Ao defender a reintrodução de um elemento eficaz de cavalaria nas forças terrestres do Exército dos EUA, ele forneceu legitimidade intelectual e prática aos entusiastas da guerra de helicópteros que... desejavam desenvolver o helicóptero como um veículo de cavalaria de combate armado[23] (CARLAND, 2003, p. 3, tradução nossa).

Um desses entusiastas da "cavalaria aérea" era o general Howze (Figura 7), reconhecido no Exército dos EUA como a força intelectual por trás do conceito de aeromobilidade. Howze liderou o desenvolvimento da teoria e da doutrina aeromóvel.

Segundo o Prof. Dr. Richard Weinert (1991), pesquisador do Escritório Histórico do Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos, foi em outubro de 1957 que o general Howze usou a expressão "aeromóvel" pela primeira vez, descrevendo nos seguintes termos:

> Em um futuro mais distante, aproxima-se a probabilidade de grandes unidades completamente aeromóveis – a cavalaria aérea. As possibilidades de seu emprego na fase fluida do combate terrestre estimulam a imaginação: como forças de cobertura operando à frente de elementos terrestres mais pesados, protegendo flancos longos e vulneráveis das principais forças da cavalaria, atacando formações inimigas de direções inesperadas com o máximo de surpresa (WEINERT, 1991, p. 182, tradução nossa).

Segundo o historiador John Carland (2003), pesquisador do Escritório de História do Departamento de Estado Norte-americano, o Secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara, ficou insatisfeito com as propostas do programa do Exército para mobilidade tática para as décadas 1960-70, estabelecendo o Conselho de Requisitos de Mobilidade Tática do Exército para examinar novos conceitos e avaliar ideias inovadoras.

Fig. 7: gen. Hamilton Howze



Fonte: John M. Carland

23 Texto original: *"Through his article, Gavin made a significant contribution to the history of air assault warfare. In advocating the reintroduction of an effective cavalry element into the land forces of the U.S. Army, he provided intellectual and practical legitimacy to helicopter warfare enthusiasts who,[...] , desired to develop the helicopter as an armed combat cavalry vehicle and to devise accompanying tactical concepts."*

Para isso, McNamara nomeou o General Howze como presidente desse Conselho. Suas instruções ao Conselho Howze[24] indicavam os resultados que desejava:

> O conselho precisava adotar uma 'nova e ousada visão' sobre a mobilidade na guerra terrestre, e fazê-lo 'em uma atmosfera dissociada de pontos de vista tradicionais e políticas passadas.'[...] 'Ficarei desapontado', escreveu ele, 'se o... reexame apenas produzir mais do mesmo, em vez de um plano para implementar conceitos novos e talvez pouco ortodoxos que nos darão um aumento significativo na mobilidade'[25] (CARLAND, 2003, p. 10, tradução nossa).

Para isso, McNamara nomeou o General Howze como presidente desse Conselho. Suas instruções ao Conselho Howze indicavam os resultados que desejava:

> Em três meses de intensos trabalhos, o Conselho Howze realizou cerca de quarenta experimentos doutrinários, empregando para esse fim uma Divisão para testes (Figura 8) e diversas aeronaves de asa rotativa em diferentes situações táticas. Este Conselho chegou à conclusão de que "a adoção pelo Exército do conceito aeromóvel... é necessária e desejável"[26] (CARLAND, 2003, p. 11, tradução nossa) e propôs uma série de recomendações para a estruturação da força terrestre dos EUA.

Fig. 8: 11ª Divisão de Assalto Aéreo em treinamento



Fonte: armyaviationmagazine.com

O que o general Howze apresentou, grosso modo, foi justamente a ideia geral do general Gavin de proporcionar aeromobilidade aos paraquedistas, assumindo parte

24 O Conselho Howze é o nome informal do Conselho de Requisitos de Mobilidade Tática do Exército dos EUA

25 Texto original: "The board had to take a 'bold 'new look' at land warfare mobility, and to do so 'in an atmosphere divorced from traditional viewpoints and past policies.'[...] 'I shall be disappointed,' he wrote, 'if the... re-examination merely produces more of the same, rather than a plan for implementing fresh and perhaps unorthodox concepts which will give us a significant increase in mobility'."

26 Texto original: "adoption by the Army of the airmobile concept . . . is necessary and desirable".

das tarefas e funções da antiga doutrina da cavalaria a cavalo, conforme percebemos a seguir:

> O Conselho também recomendou a organização de uma brigada de combate de cavalaria aérea com 316 aeronaves, das quais 144 seriam helicópteros de ataque. Sua função era a **clássica da cavalaria: proteger, reconhecer e travar ações de retardamento.** Ao contrário da divisão de assalto aéreo, que foi projetada para participar da batalha em terra, toda a brigada de combate de cavalaria aérea deveria ser aerotransportada, incluindo sua capacidade antitanque[27] (TOLSON, 1999, p. 22-23, tradução nossa, grifo nosso).

Apesar dos óbices de toda ordem e contrariando todas as expectativas, foi aprovada em 1965 a adição de uma divisão aeromóvel à estrutura organizacional do Exército dos EUA e, em 1º jul. 1965, foi ativada oficialmente a 1ª Divisão de Cavalaria Aérea (1st Air Cavalry Division)[28] (CARLAND, 2003).

Em meados de outubro de 1965, o Exército Norte-Vietnamita iniciou sua principal operação no Planalto Central. O vale de Ia Drang (ver Figura 9) foi a região do primeiro grande confronto entre as forças norte-americanas e norte-vietnamitas durante a Guerra do Vietnã.

Nesse contexto, o 1º Batalhão do 7º Regimento de Cavalaria[29], comandado pelo Tenente-Coronel Harold G. Moore, iniciou a operação crucial da Campanha de Ia Drang, em nov. 1965. "Hal" Moore havia escolhido a zona de desembarque X-RAY (ver Mapa 1) como a melhor posição para o desembarque aeromóvel, tendo os helicópteros Hueys (UH-1D) para o transporte de assalto.

Sobre o apoio dos helicópteros, o coronel "Hal" Moore declarou:

> Tenho a mais alta admiração, elogios e respeito pelo excepcional profissionalismo e coragem dos pilotos e tripulações do UH-ID, que enfrentaram fogo inimigo inúmeras vezes para nos ajudar. Eles nunca se recusaram a entrar; seguiram as instruções com maestria; foram excelentes[30] (TOLSON, 1999, p. 78, tradução nossa).

---

27 Texto original: "The Board also recommended the organization of an air cavalry combat brigade having 316 aircraft, 144 of which would be attack helicopters. Its function was the classical one for cavalry-to screen, reconnoiter, and wage delaying actions. Unlike the air assault division which was designed to join battle on the ground, all of the air cavalry combat brigade was to be airborne including its anti-tank capacity".

28 Atualmente, a 101ª Divisão Aerotransportada (Assalto Aéreo) é a única divisão de assalto aéreo do Exército dos EUA.

29 General George Armstrong Custer liderou o 7º Regimento de Cavalaria na Batalha Little Bighorn, 1876, onde foi derrotado e morto junto com seus homens numa batalha contra uma coalizão de nativos americanos.

30 Texto original: "I have the highest admiration, praise and respect for the outstanding professionalism and courage of the UH- ID pilots and crews who ran a gantlet of enemy fire time after time to help us. They never refused to come in; they followed instructions beautifully; they were great."

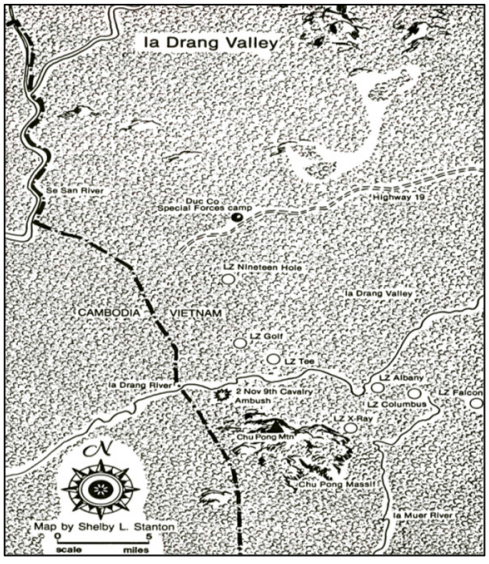
Figura 9: “Valor no Vale da Morte”



Fonte: Military Heritage Magazine - Spring, 2025

Nenhum combate demonstrou a validade de uma doutrina de forma tão impressionante quanto na Campanha do Vale de Ia Drang. Foi nessa batalha que as lideranças norte-americanas constataram que a ação da 1ª Divisão de Cavalaria Aérea (1st Air Cavalry Division) foi decisiva para o sucesso da doutrina aeromóvel.

Mapa 1: Zona de desembarque “X-RAY”



Fonte: Shelby Stanton (Anatomy of a Division)

O general Westmoreland [31] declarou: “A capacidade dos americanos de enfrentar e derrotar as melhores tropas que o inimigo pudesse colocar no campo de batalha foi mais uma vez demonstrada sem qualquer sombra de dúvida, assim como a validade do conceito aeromóvel do Exército.”(TOLSON, 1999, p. 83, tradução nossa).[32]

31 General William Westmoreland, comandante das forças dos Estados Unidos no Vietnã (1964-68).

32 Texto original: “The ability of the Americans to meet and defeat the best troops the enemy could put on the field of battle was once more demonstrated beyond any possible doubt, as was the validity of the Army’s airmobile concept.”

2. GÊNESE DA AEROMOBILIDADE NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Cabe reiterar que é desejável separar a história da aeromobilidade da história da aviação militar. Isto porque, a aviação do Exército Brasileiro (EB) é marcada por idas e vindas cuja origem, de acordo com fontes oficiais, remete aos tempos da Guerra do Paraguai, empregando balões de observação.

Porém, o que nos interessa é a gênese da aeromobilidade no Exército, isto é, onde e quando tudo começou. Sobre isso, os dados apontam para uma única direção: República Dominicana.

No trecho a seguir, publicado no periódico Diário de Notícias (RJ), verificamos a gênese do preparo do Exército Brasileiro em operações aeromóveis:

> O início do treinamento de tropas brasileiras neste tipo de operações [aeromóveis] data da experiência do Exército Brasileiro em São Domingos, quando um núcleo de oficiais e sargentos do 1º/REsI[33] adestraram-se em estágios junto as tropas norte-americanas da 82ª Divisão Aeroterrestre e do 11º Assalto Aéreo, tendo ministrado instrução para toda a Brigada Latino Americana, incluindo-se tropas de Honduras, Nicarágua e Paraguai (TREINO COM HELICÓPTERO, 1968, p. 8, grifo nosso).

No ano de 1965, tropas brasileiras por meio da Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS) foram enviadas à República Dominicana sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) para intervir na crise político-ideológica que havia eclodido naquele país.

Segundo o Prof. Dr. da ECEME, coronel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (2020), a FAIBRAS[34] foi uma força de paz que atuou em São Domingos no período de 1965 a 1966, durante todo o momento de instabilidade política do país. Os efetivos de cada contingente – ao todo três – desdobrados no Caribe foram cerca de 1.200 homens do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais.

De acordo com o coronel norte-americano Robert Barry (1966), um amplo programa de instrução foi conduzido em meados de maio de 1965 pela 82ª Divisão Aerotransportada (82nd Airborne Division) em São Domingos, incluindo instruções em operações aeromóveis para as unidades divisionais.

No âmbito da FAIBRAS, a execução da instrução foi regulada pela "Nota de Instrução n.13 LA"(MEIRA MATTOS, 1967, p. 57), um programa de instrução desenvolvido para os contingentes latino-americanos. (Ver Figura 10).

Segundo o general Meira Mattos (1967), comandante da FAIBRAS, as instruções foram desenvolvidas nos três contingentes da FAIBRAS sucessivamente, porém, de modo gradual e com níveis de preparação diferenciados.

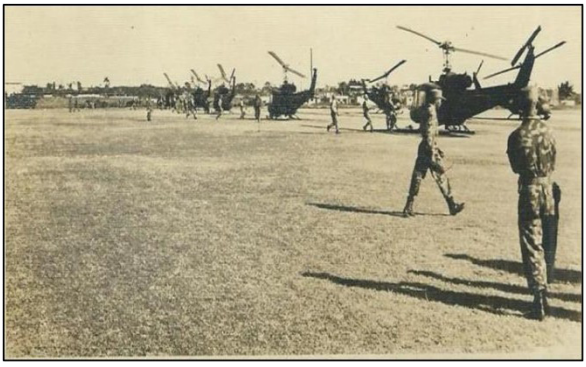
---

33 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria.

34 O Decreto Legislativo n. 38, 20 maio 1965, autoriza o Presidente da República (PR) a enviar contingentes das Forças Armadas à República Dominicana e o Decreto n. 56.308, 21 maio 1965, o PR cria a FAIBRAS.

O 1º Contingente desembarcou em plena guerra civil, sofrendo sérias restrições no tocante às instruções especiais, apesar disso, as de transporte em helicópteros foram iniciadas. Já o 2º Contingente desembarcou em plena fase de manutenção da ordem, deste modo, foi possível dar prosseguimento às instruções especializadas em operações aeromóveis. A atuação do 3º Contingente se caracterizou pela manutenção da segurança e estabilidade, sendo possível atingir um nível elevado na instrução da tropa, entretanto, não consta no rol das instruções especializadas para esse Contingente as operações aeromóveis (MATTOS, 1967).

Fig. 10: Pioneirismo aeromóvel no Exército Brasileiro



Fonte: Meira Mattos (Revista ADN Nov/Dez 1967)

Meira Mattos (1967) afirma que a Brigada Latino Americana, Grande Unidade a quem estava subordinada a FAIBRAS, optou por centralizar as instruções[35] aeromóveis de modo a obter a padronização de conhecimentos às companhias de infantaria e a de fuzileiros navais. Para isto, foram constituídas equipes de instrução e quadros de trabalho semanal (QTS). (Ver Quadro 1).

No caso das Operações Helitransportadas (Aeromóveis), foram designados quatro instrutores e cinco monitores, mais as tripulações de sete helicópteros da 283º Companhia de Aviação do Exército dos EUA. Um dos instrutores, o qual é citado no artigo de Meira Mattos, era o então Capitão de Infantaria Mário Dias Domingues da Silva.[36]

35 "É oportuno salientar, como informação, que as unidades norte-americanas operando na República Dominicana, organizaram uma Área de Instrução de Batalhão, montada com todos os detalhes e por onde passavam sucessivamente os Batalhões em rodízio periódico" (MATTOS, 1967, p. 59).

36 Antigo Comandante do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras, no período de 1972 a 1974.

Quadro 1: QTS DE INSTRUÇÃO EM OPERAÇÕES AEROMÓVEIS (1965-1966)

DIAS	D	D+1	D+2	D+3	D+4
MANHÃ	Noções sumárias do emprego tático em Operações Aeromóveis. Medidas de segurança.	Treinamento de embarque e defesa do Helicóptero.	Treinamento de embarque e defesa do Helicóptero.	Revisão e aperfeiçoamento da instrução.	Execução do Assalto Aéreo
TARDE	Treinamento de embarque e desembarque. Treinamento da defesa do helicóptero.	Revisão e aperfeiçoamento da instrução.		Estudo dos problemas táticos pelos Cmt Pel, GC, Mrt, Mtr e Can SR.[37]	

Fonte: Adaptado de Meira Mattos (Revista A Defesa Nacional Nov/Dez 1967)

O Coronel PMRJ Wilton Soares Ribeiro, veterano da FAIBRAS, comenta em sua obra a respeito do então capitão Mário Dias (Figura 11) no tocante aos trabalhos atinentes às operações aeromóveis:

> O Oficial se dedicou, de forma integral, durante todo o tempo da Campanha na Rep Dom a registrar conhecimentos visando à criação e ao aperfeiçoamento da nova doutrina do emprego de tropa por meio de asas móveis [ou rotativas]. Foi dele o mérito de decodificar e assumir, a partir de um determinado período, todos os ensinamentos iniciados pelos Oficiais Norte-Americanos naquela modalidade de conjugação de esforços de uma nova leitura de guerra por meios terrestres, aéreos e aquáticos. O Capitão Mário Dias consolidou a doutrina técnica e tática que ainda hoje é empregada no Exército Brasileiro nas Operações Helitransportadas (RIBEIRO, 2023, p. 104, grifo nosso).

Figura 11: Major Mário Dias



Fonte: "INFANTARIA" 2021

37 Pelotão (Pel); Grupo de Combate (GC); Morteiros (Mrt); Metralhadoras (Mtr); e Canhão sem recuo (Can SR).

O conceito de operações helitransportadas "É aquela na qual as fôrças de combate e seu equipamento são deslocados sôbre o campo de batalha em helicópteros, sob o contrôle do comandante da tropa terrestre, para engajar-se em combate em terra" (MATTOS, 1967, p. 61).

Se faz necessário ressaltar que o manual de campanha estadunidense (Field Manual FM 57-35 - Airmobile Operations, 1963) – documento usado como parâmetro doutrinário –, não consta o termo "helitransportada" (heliborne em inglês). A possível explicação para essa mudança na nomenclatura em português pode estar relacionada ao fato da expressão ter sido usada, inicialmente, pelos militares norte-americanos para diferenciar do termo "aerotransportada" (airborne em inglês).

Segundo Ribeiro (2023), nas instruções de maneabilidade de assalto aéreo (Figura 12) buscava-se o adestramento continuado por reiteradas repetições, a fim de obter a massificação de procedimentos e de atitudes. Ainda segundo este autor (2023), as reações dos militares perante esse tipo invulgar de material eram as mais variadas possíveis, em razão de que a quase totalidade da tropa brasileira nunca tinha voado, muito menos em aeronaves de asas rotativas.

Fig. 12: Maneabilidade de Assalto Aéreo da FAIBRAS



Fonte: Arquivo pessoal do Cel PMRJ Wilton S. Ribeiro

Ao final da missão da FAIBRAS na República Dominicana, a equipe de instrução em Operações Helitransportadas conseguiu o objetivo de ministrar à tropa um saber doutrinário inovador que alcançou excelentes resultados de adestramento.

Em face dessa experiência brasileira em operações de paz e da evolução dos conflitos internacionais dos anos 1960, Meira Mattos sugeriu criar um centro de formação e treinamento de organizações militares, com o intuito de evitar atropelos e improvisações na seleção de uma Organização Militar (OM) destinada ao emprego fora do país.

Em outras palavras, um centro de excelência na área de instruções especializadas com o objetivo de fornecer condições de liderança, melhores práticas, atualizações doutrinárias e treinamentos operacionais em um nicho doutrinário específico.

> Dêsse modo estariam asseguradas a continuidade da experiência, a unidade de doutrina, a seleção, o treinamento adequados e a constituição de unidades autônomas de emprêgo imediato. Essa fôrça, em suma constituiria o embrião nacional de uma futura Fôrça de Paz, pronta para intervir a qualquer momento e em qualquer local, em defesa da democracia (MATTOS, 1967, p. 60).

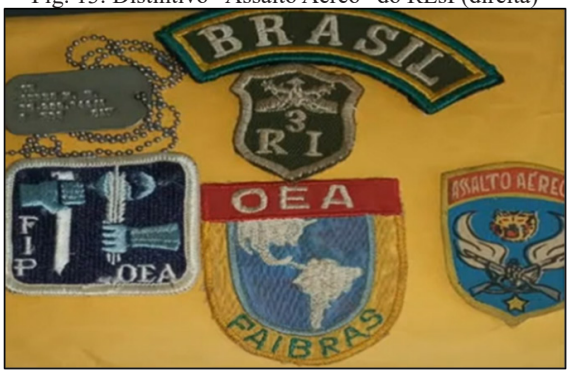
Os dados da pesquisa nos dão uma visão de que a sugestão do general Meira Mattos não passou em vão. Após o término da missão na República Dominicana, os ex-integrantes da FAIBRAS deram continuidade ao projeto de um centro de formação e treinamento de unidades no próprio Regimento Escola de Infantaria (REsI).

No ano de 1968, o Exército realizou estudos em técnicas de assalto aéreo e um exercício em operações de combate dessa natureza no valor pelotão. Para isso, contou com elementos do REsI que criaram até um distintivo específico (ver Fig. 13) e com a cooperação da Força Aérea Brasileira que empregou helicópteros semelhantes aos modelos utilizados na República Dominicana.

Segundo a reportagem do periódico Diário de Notícias (RJ):

> O exercício foi coroado de êxito, tendo a Equipe de Instrução de Operação Helitransportada do Centro de Treinamento Especializado do REsI, realizado uma demonstração para o Grupamento de Unidades-Escola, EAO, Primeira DI e Nu Div. Aért.[38], que culminou com a realização de assalto aéreo com efetivo no valor de um pelotão (TREINO COM HELICÓPTERO, 1968, p. 8, grifo nosso).

Fig. 13: Distintivo "Assalto Aéreo" do REsI (direita)



Fonte: Arquivo pessoal do Cel PMRJ Wilton S. Ribeiro

Infelizmente, as lições aprendidas da FAIBRAS na República Dominicana e no embrionário centro difusor em operações aeromóveis no Brasil, não deram prosseguimento em função de diversos fatores de ordem conjuntural, tanto no plano internacional quanto no plano doméstico.

38 Respectivamente: 1ª Divisão de Infantaria e o Núcleo de Divisão Aeroterrestre.

4. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO EM INFANTARIA AEROMÓVEL

Seria demasiadamente simplista imaginar que a alteração da 12ª Brigada de Infantaria Motorizada para 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) tenha sido, exclusivamente, uma mera decisão de mudança de denominação tomada no ano de 1995.

Na verdade, foi um longo processo de transformação a qual encontramos suas raízes históricas no ano de 1970, num contexto de plena Guerra Fria entre duas Grandes Potências Mundiais, os Estados Unidos da América (EUA) e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)[39], ambas capazes de projetar poder econômico, militar, político e cultural de forma global.

Nesse contexto, houve a necessidade de aprimoramento contínuo através da análise dos conflitos passados e contemporâneos que possibilitaram colher diversos ensinamentos e obter lições aprendidas com as guerras da Indochina, Coreia, Argélia, Vietnã e Malvinas.

Ademais, acredita-se que os trabalhos desenvolvidos pela FAIBRAS e pelo REsI nos anos 1960, buscando estabelecer uma doutrina própria em operações aeromóveis, deixaram um legado que influenciou positivamente a Alta Administração do Exército Brasileiro nas décadas seguintes.

Segundo o coronel Valentini (2013), havia nos anos de 1960 um anseio por reformulação na estrutura organizacional da Força Terrestre, com grande ênfase na aquisição de Material de Emprego Militar moderno juntamente com atualização doutrinária.

Foi nesse ambiente complexo dos tempos passados, o nascedouro de uma nova cultura militar que possibilitou a transformação na Bda Inf Amv dos tempos atuais, projetando poder de combate por meio de um conjunto de novos recursos bélicos e novas capacidades.

4.1 As guerras como catalisadoras de mudanças no Exército Brasileiro

A mudança na reestruturação do Exército, almejada desde meados dos anos 1960, com forte influência da Guerra do Vietnã, se processou institucionalmente a partir do ano de 1970 quando um grupo de oficiais do Estado-Maior do Exército (EME) realizaram estudos acerca dos problemas e suas causas nas áreas de doutrina, instrução, pessoal, material e estrutura (HISTÓRIA, 1984).

O resultado foi um documento norteador para a modernização e reestruturação do Exército que ficou conhecido como o Plano Diretor de Organização do Exército de 1970 ou simplesmente Plano Diretor de 1970. Este documento balizaria as transformações da Força Terrestre no período 1970-1973 (SILVA, 2013).

De acordo com o Ten Cel Aguiar Siqueira (2019), o Plano Diretor de 1970 previa para o Exército uma maior operacionalidade com melhor eficiência, conforme observamos a seguir:

39 Foi um Estado socialista que existiu de 1922 a 1991, resultado da Revolução Comunista de 1917.

> racionalizar a estrutura administrativa e operacional, buscando a plena eficiência no desempenho da atividade-fim da Instituição; assegurar a estratégia da presença em todo o território nacional, pela permanência física ou pela mobilidade e adequar as Forças Terrestres às necessidades prioritárias de segurança (BRASIL, 1970, p. 2 apud AGUIAR SIQUEIRA, 2019, p. 30).

Nesse documento oficial do EME, a reestruturação da Força Terrestre se processou à base de brigadas como grandes unidades de combate – até o início da década de 1970, a estrutura organizacional de emprego do Exército era baseada em regimentos divisionários –, assim, criou-se a 12ª Brigada de Infantaria[40], sediada em Caçapava no Estado de São Paulo.

O Plano Diretor de 1970 também descrevia a criação de unidades de aviação leve com dois esquadrões de helicópteros para operações aeromóveis, previstas para serem ativadas após o ano de 1973, baseados nas guarnições do Rio de Janeiro e Brasília (SILVA, 2013).

No entanto, apesar do país viver um período marcado por crescimento econômico e desenvolvimentista, conhecido como "milagre econômico" (1968-1973), não foi possível o Exército dotar uma infantaria com aeromobilidade. Seriam necessários mais duas décadas e muita "diplomacia" na relação civil-militar[41] para estabelecer uma brigada aeromóvel.

O coronel Márcio Campos (2011) afirma na sua tese de doutorado que o conflito militar no entorno geopolítico sul-americano (Guerra das Malvinas), ocorrido no ano de 1982, serviu como um catalisador que acelerou um novo processo de modernização da Força Terrestre.

Em decorrência da observação sobre as experiências dos exércitos argentinos e britânicos na Guerra das Malvinas, foram determinados estudos para mudanças organizacionais e doutrinárias no Exército Brasileiro por meio de uma nota[42] oficial emitida nos seguintes termos:

Considerando a atual situação no Atlântico Sul e suas possíveis repercussões no equilíbrio estratégico continental e em nossa própria organização, determino ao Estado-Maior do Exército que: a. Analise o Plano de Organização e Articulação, visando, essencialmente, aos seguintes aspectos:... necessidade de um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de 'força de intervenção', indispensável à pretendida estratégia de dissuasão; (CAMPOS, 2011, p. 144 grifo nosso).

Em 1983, surge a modernização da Força batizada de "Força Terrestre 1990", ou apenas FT-90[43], um projeto baseado nas lições aprendidas da Guerra das Malvi-

---

40 Criada pelo Boletim Reservado Divisionário nº 001, de 7 fev. 1972, da 2ª Divisão de Exército.

41 Grosso modo, segundo o cientista político Samuel Huntington (The Soldier and the State), a relação civil-militar descreve a dinâmica de poder entre as instituições militares e as instituições políticas de um Estado nacional.

42 Nota Ministerial nº 009, 8 jun. 1982, do Ministro do Exército (Gen. Ex. Walter Pires de Carvalho e Albuquerque).

43 Segundo informações extraídas da obra "História do Estado-Maior do Exército" (1996), o processo de modernização da Força Terrestre do projeto FT-90 era estimada em três etapas: a FT-90 com objetivo

nas que previa uma série de atualizações doutrinárias e organizacionais em diversos sistemas operacionais do EB. Nessas atualizações, surgem as brigadas de pronta-resposta denominadas "Forças de Pronto-Emprego" e "Forças de Ação Rápida" (CAMPOS, 2011, p. 161).

Segundo o Prof. Dr. Paulo Kuhlmann (2007), professor de Relações Internacionais da UEPB, dentre as grandes unidades a serem criadas, alteradas ou transformadas para os anos de 1985/1986 como Forças de Pronto Emprego figurava uma brigada aeromóvel a ser ativada em Formosa-GO.

Entretanto, não foi possível novamente a implantação dessa brigada, ocorrendo apenas a alteração de denominação de 12ª Brigada de Infantaria para 12ª Brigada de Infantaria Motorizada[44], mantendo sua sede em Caçapava/SP.

De acordo com o coronel Silva Maia (2014), autor do livro Aviação no Exército – uma visão histórica, na segunda metade dos anos 1980 (1985-89) a 3ª Subchefia do EME promovia ciclos de palestras e debates sobre doutrina, envolvendo temas relativos ao emprego de helicópteros, operações aeromóveis e forças de pronto emprego/forças de ação rápida.

É importante frisar que os estudos do EME nos anos 1980, buscaram definir a missão geral da aviação no sentido de "'Proporcionar aeromobilidade à Força Terrestre, nas ações de combate,..., aumentando sua capacidade operacional', que deixa bem claro que a Aviação do Exército foi criada para atuar em proveito da manobra terrestre" (MAIA, 2014, p. 147, grifo nosso).

A partir de 1990, ano após ano, a Política Militar Terrestre do Exército (SIPLEX)[45] passava por constantes atualizações, buscando o equilíbrio entre a modernidade da Força com a racionalização de seus meios (HISTÓRIA, 1996).

Foi a nova conjuntura internacional da década de 1990, que levou o EME a reforçar a criação e/ou transformação de unidade e grandes unidades de infantaria leve. No período do primeiro quinquênio (1990-1994), o EME participou de intercâmbios doutrinários com o Exército dos EUA abordando diversos temas, inclusive temáticas relacionadas à aeromobilidade:

7º Intercâmbio Doutrinário (Brasil, 1990): Operações Aeromóveis;... 8º Intercâmbio Doutrinário (EUA, 1991):... Apoio Logístico às Operações Aeromóveis;... 9º Intercâmbio Doutrinário (Brasil, 1992):... Conflitos de Baixa Intensidade;... 10º Intercâmbio Doutrinário (EUA, 1993):... Brigadas e Unidades Leves;... 11º Intercâmbio Doutrinário (Brasil, 1994):... Operações de Assalto Aeromóvel;... Realizou, ainda, diversos Intercâmbios de Cooperação de Especialistas (ICE), com o Exército dos EUA, abrangendo, entre outros, os seguintes temas:... Emprego de Helicópteros (1991);... Operações de Infantaria Leve no Deserto (1993); (HISTÓRIA, 1996, pp. 247-248).

---

estratégico até o ano de 1990; a segunda etapa, de médio prazo, marca a FT-1991/2001; e a de longo prazo, através da FT-2001/2015.

44 Alterada pelo Decreto Presidencial n. 92.170, de 18 dez 1985.

45 O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) é uma metodologia de planejamento estratégico do Exército Brasileiro que orienta o planejamento organizacional e as ações estratégicas do Exército, de acordo com marcos legais como a CF/1988, buscando a garantia da Defesa Nacional.

Nesse contexto, a 12ª Brigada de Infantaria Motorizada foi transformada em 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel)[46] em 1995, selecionada para atuar como Força de Ação Rápida em qualquer área estratégica do território nacional, mantendo sua sede em Caçapava-SP (HISTÓRIA, 1996).

As razões para essa escolha nos parece óbvia: a primeira, porque uma de suas unidades orgânicas, o 5º Batalhão de Infantaria Leve[47], sediado em Lorena-SP, já era uma OM de Pronto Emprego desde 1993[48]; e a segunda, pela proximidade com o 1º Batalhão de Aviação do Exército (1º BAvEx), localizado na cidade de Taubaté-SP, atualmente denominada de Comando de Aviação do Exército (CAvEx).

No presente ano de 2025, trinta anos depois, ocorreu uma nova alteração na sua denominação, de 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) para Brigada de Infantaria Aeromóvel, também reconhecida por sua denominação histórica de "Brigada Fornovo di Taro" (ver Figura 14).

Segundo dados das fontes, a transformação da 12ª Bda Inf L (Amv) em Bda Inf Amv ocorreu em virtude do momento de transformação da Brigada, impulsionado pelo "Macroprojeto Bda Inf Amv 2040", com o objetivo de induzir a modernização e o fortalecimento da Brigada por meio da implementação integrada de subprojetos nas áreas de Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Ensino, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI).

As primeiras entregas desse Macroprojeto foram a criação da 2ª Companhia de Precursores, a implementação das Forças-Tarefa Aeromóveis e o fortalecimento da Mística Aeromóvel. Tudo isso, baseado no culto aos valores e às tradições desta tropa diferenciada do EB.

Fig. 14: 30 anos da Brigada de Infantaria Aeromóvel



Fonte: Exército Brasileiro

46 Transformada pelo Decreto Presidencial, de 14 de junho de 1995.
47 Sua atual denominação é 5º Batalhão de Infantaria Aeromóvel.
48 Portaria Ministerial Nr 096-Res., de 3 nov. 1993, Diretriz para a Instituição de OM de Pronto Emprego; e Portaria Ministerial Nr 062-Res., de 8 nov. 1994, Diretriz para a Implantação da Força de Pronto Emprego (HISTÓRIA, 1996).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições militares são providas de doutrinas tradicionais desenvolvidas ao longo de anos ou até mesmo décadas que orientam a organização, o preparo e o emprego das forças armadas de um Estado-nação.

Face a isso, exércitos têm hesitado em adotar métodos de combate novos e não comprovados no campo de batalha sem antes conduzir estudos, testes e revisões detalhadas. Assim, são frequentemente consideradas instituições inerentemente conservadoras, relutantes a mudanças e a inovações significativas.

Por definição, inovação é a criação de algo novo, uma maneira diferente de estruturar materiais, pessoas e organizações por meio de um processo ou método original de fazer as coisas ou, ainda, é agregar valor a algo já existente, adicionando novas funcionalidades.

A inovação tem sido um componente presente na história das guerras e, muitas vezes, influenciou na balança de poder entre as grandes potências do Mundo Moderno. O assunto ganhou relevância intelectual nos círculos acadêmicos com o advento do conceito de revolução militar.

Conceitualmente, revolução pressupõe amplas transformações e a maior parte da literatura militar concentra-se em mudanças drásticas nas técnicas e/ou nos métodos de guerra como, por exemplo, a adoção da blitzkrieg pela Alemanha no início da 2ª GM.

Desse modo, dialeticamente, são as próprias instituições militares que frequentemente se encontram na vanguarda das transformações e das inovações tecnológicas, organizacionais e metodológicas que as fazem se manter competitivas e bem-sucedidas no uso da força, marca registrada do ofício da guerra.

Nesse sentido, ao longo do tempo e de um conflito para outro, novos meios de mobilidade e novas dimensões de atuação militar foram sendo incorporadas ao campo de batalha, induzindo mudanças e impondo constantes modernizações na estruturação das forças terrestres.

Na arte da guerra contemporânea, uma das grandes transformações revolucionárias na mobilidade das forças de terra foi a exploração da terceira dimensão e, nesse universo, o emprego da aeromobilidade. As diferentes maneiras como instituições e lideranças militares conseguiram implantar a aeromobilidade nos seus exércitos são histórias que valem a pena serem contadas, mesmo que seja em poucas linhas.

Como pudemos observar neste trabalho, os alemães foram os pioneiros no combate em terceira dimensão durante a 2ª GM, aplicando uma estratégia enérgica e disruptiva sobre o poder de combate do inimigo por meio de um assalto aeromóvel – no caso em específico, a fortaleza Eben-Emael do Exército belga. O primeiro da História da Aeromobilidade.

Comentamos que as piores lições dos franceses no Conflito da Indochina foi a falta de mobilidade tática de suas forças de terra e que as lideranças militares não queriam repetir este fato na Guerra da Argélia. Com o advento do helicóptero, o Exército francês conseguiu visualizar o emprego do helicóptero para além da vanguarda, considerando-o um veículo aéreo de assalto capaz de desempenhar novas funções no combate moderno.

Abordamos, também, que uma das grandes inovações do Exército dos Estados Unidos, em seu esforço para derrotar um inimigo habilidoso como o Exército Norte-Vietnamita e destemido como os guerrilheiros vietcongues, foi o desenvolvimento e criação da 1st Air Cavalry Division. Um produto de força resultado da visão de futuro do general Gavin combinado com a formulação da estrutura organizacional militar do general Howze, pais fundadores da aeromobilidade.

No Brasil, podemos afirmar que a gênese da aeromobilidade nasceu a sessenta anos atrás, fruto do empenho e determinação de militares de escol do Exército, tais como o general Meira Mattos e o coronel Mário Dias.

Acredita-se que o então coronel Meira Mattos, como comandante da FAIBRAS, foi o principal articulador institucional, estabelecendo relações de cooperação de instrução em operações aeromóveis entre as instituições do Exército Brasileiro (FAIBRAS) e a do Exército dos EUA (82nd Airborne Division e a 11th Air Assault Division).

Ademais, Meira Mattos foi um dos pensadores militares que moldou gerações de oficiais de estado-maior através de uma mentalidade estratégica, organizacional e doutrinária cujos registros das técnicas e táticas de assalto aeromóvel estão publicados em livro[49] e artigos militares de sua autoria.

Quanto ao então capitão Mário Dias, suas qualificações em técnicas de ensino, adquiridas dentro de um contexto por modernização da Força Terrestre, aliado ao seu entusiasmo profissional lhe deram as capacidades necessárias para aplicar a metodologia de instrução em operações aeromóveis do Exército dos EUA aos militares brasileiros, adaptada à realidade doutrinária do EB.

Por fim, analisamos que guerras ocorridas no século XX, como a do Vietnã e a das Malvinas, tiveram forte influência nas decisões do Estado-Maior em buscar reorganizar o Exército Brasileiro, reestruturando sua Força Terrestre com o fim de proporcionar-lhe condições de aeromobilidade. Concluímos, portanto, que o molde atual da Bda Inf Amv é o resultado de um longo processo de transformação doutrinária.

Ao descrever e analisar as experiências em operações aeromóveis de exércitos de ontem, este artigo de cunho histórico pode ajudar a líderes de hoje a se tornarem melhores pensadores e inovadores no amanhã.

Digo que os leais membros da Irmandade Aeromóvel carregam na sua alma mater um código de honra próprio; montados em cavalos aéreos, vibram ao relincho dos rotores; correm em suas veias o sangue expedicionário dos febianos; e suas botas ao solo impõem respeito por onde passam. Estes homens são os "gorros-beje". A estes bravos, a nossa vibrante saudação: AEROMÓVEL! ALÉM DA VANGUARDA!

REFERÊNCIAS

AGUIAR SIQUEIRA, Júlio César. A evolução da estrutura organizacional do Exér-

49 Livro do general Meira Mattos et al. : A Experiência do FAIBRAS na República Dominicana (1966).

cito Brasileiro entre 1970 e 2005. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Altos Estudos Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

AILSBY, Christopher. Hitler's Sky Warriors: German Paratroopers in Action, 1939–1945. Staplehurst, UK: Spellmount Limited, 2000.

ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO das Forças Armadas de Terra. Encerramento do Curso de Técnica de Ensino. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, v. 33, n. 12.241, 11 out. 1962, p. 9, 1ª seção.

BARRY, Robert F. Power Pack: 82nd Airborne Division, 1965-1966. Portsmouth, VA, 1966. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll11/id/1319>. Acesso em: 7 set. 2025.

BORBO, Julio. A Cavalaria Aérea do Vietnã. Em: YouTube. 2022. 45min28s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QypjN-DnW9M>. Acesso em: 5 set. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo n. 38, 20 maio 1965. Autoriza o Presidente da República a enviar contingente das forças armadas à República Dominicana, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Decreto n. 56.308, 21 maio 1965. Cria o Destacamento Brasileiro de Força Armada Interamericana – FAIBRAS.

_____. Presidência da República. Decreto de 14 de Junho de 1995, publicado no Diário Oficial da União n. 114, 16 de junho de 1995, Ano 133, Sec. 1, p. 8711, Imprensa Nacional. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/06/1995&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=104>. Acesso em: 20 jul. 2025.

_____. Exército. Estado-Maior. Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (EB20-MF-03.109), 5ª ed., 2018.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha Brigada de Infantaria Aeromóvel (EB70-MC-10.319), 1ª ed., 2023.

CARLAND, John M. How We Got There: Air Assault and the Emergence of the 1st Air Cavalry Division (Airmobile), 1950-1965. The Land Warfare Papers, no. 42, may 2003. Disponível em: <https://www.ausa.org/sites/default/files/LWP-42-Air-Assault-and-the-Emergence-of-the-1st-Cavalry-Division-Airmobile-1950-1965.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CAMPOS, Márcio Teixeira de. A Guerra das Falklands/Malvinas e suas repercus-

sões no Exército Brasileiro. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CEL PMRJ WILTON. [Locução de]: Coronel Fernando Montenegro. Entrevistado: Cel PMERJ Wilton Soares Ribeiro. [S. l.]: Kid Preto - Veteranos, 9 jul. 2024. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e1HxftZGXQQ&t=1134s>. Acesso em: 16 set. 2025.

CLAUSEWITZ, Carl von. On war. Translated by Michael Howard and Peter Paret. United States, Princeton University Press, 1976.

DURAND, E.; MICHEL, B.; TENENBAUM, E. La guerre des hélicoptères. L'avenir de l'aéromobilité et de l'aérocombat. Institut Français des Relations Internationales, n. 32, 2011. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/migrated_files/documents/atoms/files/fs32aeromobilite.pdf Acesso em: 14 ago. 2025.

ELLIS, Chris. 7th Flieger Division: Student's Fallschirmjager Elite. Ian Allan Publishing, 2002. Disponível em: <https://cuttersguide.com/pdf/ww2/uploads/april2025/pdf/7th_Flieger_Division-Students_Fallschirmjger_Elite.pdf> Acesso em: 14 ago. 2025.

GAVIN, James Maurice. Cavalry, and I don't mean horses. Harper's Magazine, April 1954, pp. 54-60. Disponível em: <https://harpers.org/archive/1954/04/cavalry-and-i-dont-mean-horses/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GAUJAC, Paul. Du parachute à l'hélicoptère de combat. Revue Historique des Armées, n. 178, pp. 63-73, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/rharm.1990.6862>. Acesso em: 11 ago. 2025.

HISTÓRIA do Estado-Maior do Exército: trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Cel Art QEMA Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

HISTÓRIA do Estado-Maior do Exército (1984-1996): trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Cel Inf QEMA Valmir Fonseca Azevedo Pereira. Brasília: Estado-Maior do Exército Editora, 1996.

HORN, Bernd. Innovation and Daring: the capture of Eban Emael, 10 May 1940. Ottawa, Ontario [Canadá]: Wing Winnipeg Publishin Office, 2014. Disponível em: <https://publications.gc.ca/collections/collection_2024/mdn-dnd/D4-10-14-2014-eng.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HORWOOD, Ian. Interservice rivalry and airpower in the Vietnam War. Combat Studies Institute Press, 2006. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2025.

HUNTINGTON, S. P. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

LIONEL GILES, M. A. Sun Tzu on the Art of War. The oldest military treatise in the world. Translated from the Chinese. Leicester, England: Allandale Online Publishing, 2000.

MARILL, Jean-Marc. L'héritage indochinois: adaptation de l'Armée française en Algérie (1954-1956). In: Revue Historique des Armées, n. 187, 1992. Algérie 1954 - 1962. pp. 26-32. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/rharm.1992.4132>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MEIRA MATTOS, C. A instrução do FAIBRAS na República Dominicana. A Defesa Nacional, v. 54, n. 616, pp. 55-82, 1967.

MICHEL, B. Les opérations aéroportées. La profondeur stratégique en question. Institut Français des Relations Internationales (IFRI), Focus Stratégique, n. 37, 2012. Disponível em: <https://www.ifri.org/sites/default/files/migrated_files/documents/atoms/files/fs37michel.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MORAES, J. B. Mascarenhas de,. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. República Dominicana 1965: guerra civil e intervenção. A Defesa Nacional, n. 842, dez. 2020.

_____, Fernando Velôzo Gomes. Violência e Pacificação no Caribe: Tropas brasileiras em operações de paz na República Dominicana (1965-1966) e no Haiti (2004-2005): um estudo comparado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

_____, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RAWLINS, Eugene W. Marines and Helicopters, 1946-1962. Washington, D. C. (US): History and Museums Division Headquarters, U. S. Marine Corps, 1976. Disponível em: <https://www.usmcu.edu/Portals/218/Marines and Helicopters 1946-1962 PCN 19000306900.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RIBEIRO, Wilton Soares. Recuedos de la Rep Dom e outras histórias. Maricá, RJ: Editora Proverbo, 2023.

SACHSENHOFER, Roland. Silent into battle: the [glider] DFS 230. Site iModeler.com, 2021. Disponível em: <https://imodeler.com/2021/05/silent-into-battle-the-dfs-230/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes. Dissertação de Mestrado, Curso de Altos Estudos Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

STEVENSON, Roy. The Fall of Eben-Emael In WWII History Magazine, pp. 16-25, Special Edition, 2014. Mclean, Virginia [U.S.]: Sovereign Media Publishing, 2014.

THE AIRMOBILE CONCEPT: LTG Harry Kinnard. [Locução de]: Ken Harbaugh. Entrevistado: Lieutenant General Harry Kinnard. Warriors In Their Own Words, 22 fev. 2024. Evergreen Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?-v=CX4PkOjwdV4>. Acesso em: 16 set. 2025.

TOLSON, J. J. Vietnam Studies Airmobility, 1961-1971. Department of the Army: Washington, 1999. Disponível em: <https://history.army.mil/portals/143/Images/Publications/catalog/90-4.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

TREINO COM HELICÓPTERO. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, v. 38, n. 13.878, 15 fev. 1968, p. 8, 1ª seção.

USMC. PHIB-31. Amphibious Operations: Employment of Helicopters (Tentative). NAVMC-4544. Quântico, Virgínia: Marine Corps Schools, 1948. Disponível em: <https://sobchak.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/10/phib-31_employment_of_helicopters__1st_helicopter_doctrine_.pdf> Acesso em: 18 ago. 2025.

WEINERT, Richard P. A history of army aviation, 1950-1962. Disponível em: <https://www.tradoc.army.mil/wp-content/uploads/2020/10/a236573-History-of-Army-Aviation-1950-to-1962-Weinert.pdf>. Acesso em: 1º set. 2025.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE POUPEX

poupex.com.br